

Fábio Rodrigues da Costa

Condições Periféricas:
Desenvolvimento Geográfico
Desigual no Paraná

CONDIÇÕES PERIFÉRICAS:

Desenvolvimento Geográfico
Desigual no Paraná

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

Reitor Antonio Carlos Aleixo
Diretor do Campus Eder Rogério Stela

Editora da Fecilcam

Diretora Ceres Ribas
Vice-Diretor Marcos Schebeleski
Coordenador Marcos Clair Bovo
Secretária Patrícia Grotti Schebeleski

Conselho Editorial do Livro

Márcio Mendes Rocha
Marcos Clair Bovo
Marcio Roberto Ghizzo
Henrique Manoel da Silva

Diagramação

Fábio Rodrigues da Costa

Capa

Cleverson de Lima

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

C837c COSTA, Fábio Rodrigues da

Condições periféricas: desenvolvimento geográfico desigual no Paraná /
Fábio Rodrigues da Costa. Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2016.
217 p.

Bibliografias.
ISBN 978-85-88753-39-6

1. Geografia. 2. Produção do Espaço. 3. Reestruturação Produtiva.
I. COSTA, Fábio Rodrigues da. II. Universidade Estadual do Paraná.
III. Fecilcam. IV. Título.

CDD 21.ed. 910.7

Fábio Rodrigues da Costa

CONDIÇÕES PERIFÉRICAS:

Desenvolvimento Geográfico
Desigual no Paraná

Editora da Fecilcam
Campo Mourão
2016

Sumário

Introdução.....	9
1 AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NO PARANÁ.....	15
Ocupação e produção do espaço.....	17
A modernização da base técnica na produção agrícola.....	35
A disparidade espacial do processo de industrialização.....	46
A mobilidade da população.....	56
Os novos fluxos territoriais.....	66
2 A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS.....	73
O conceito de produção do espaço.....	74
A valorização capitalista do espaço	78
O desenvolvimento geográfico desigual.....	82
Municípios periféricos – uma noção geográfica.....	98
3 CONTRADIÇÃO E DESIGUALDADE.....	117
A dinâmica do esvaziamento populacional.....	123
Espacialidades socialmente críticas	140
Condições Periféricas.....	147
Redes geográficas e subordinação territorial.....	164
Desenvolvimento local	184
Palavras Finais.....	199
Referências.....	204

Introdução

O presente livro foi originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Maringá, e tem como intuito analisar o desenvolvimento geográfico desigual no Estado do Paraná a partir do conceito de produção do espaço.

A produção do espaço é o resultado de múltiplas determinações e conexões em escalas diferentes, transitando do local a dimensão global. Os estudos de Geografia devem considerar a articulação dialética entre o particular e o universal, o que permite um melhor entendimento dos processos. “Nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional. Toda a compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam [...]. (SPOSITO, 2011, p. 130).

A produção/reprodução do espaço no modo de produção capitalista ocorre a partir da contradição entre o processo produtivo social e a propriedade privada dos meios de produção. Para a produção capitalista existir é necessário o trabalho social, no entanto o valor excedente resultado do trabalho pertence apenas aos donos dos meios de produção. Com isso, a sociedade está dividida em classes distintas e antagônicas, porém complementares para a produção/reprodução do capital e do espaço.

Sendo o espaço compreendido como produto, meio e condição da atividade dos seres humanos, não podemos considerá-lo independente e desconectado da própria sociedade, visto que é a partir das múltiplas relações e contradições existentes na sociedade que o espaço é produzido e reproduzido. A reprodução do espaço recria as condições nas quais se realizam o processo de reprodução do capital, do poder e da vida humana. (CARLOS, 2011).

O espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia como ciência, é produto do trabalho social dos seres humanos organizados em sociedade com a finalidade de atender certas necessidades. Sobre o domínio do capital, o espaço é produzido com o interesse de multiplicação dos lucros, o que não exclui os movimentos de contestação e luta contra as hegemonias dominantes.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Os objetivos do livro são analisar a influência do capital na constituição de municípios periféricos no estado do Paraná a partir do processo de reestruturação produtiva; compreender a ação do Estado e do capital no processo de produção do espaço paranaense; entender o esvaziamento populacional nos municípios periféricos; estudar a mobilidade da população (saúde, serviços, ensino superior, consumo e trabalho) e verificar a dependência econômica, a subordinação territorial e os indicadores sociais nos municípios selecionados para a análise empírica.

A realização do estudo se justifica pela necessidade de entender e desvendar as contradições, desigualdades e interações presentes no espaço geográfico paranaense. Com isso, propomos a noção de municípios periféricos levando em consideração os aspectos socioeconômicos e espaciais e não apenas à distância. Santos (2007), explicou que a noção de periferia esteve carregada na noção de distância, que norteou a maioria das teorias espaciais e locacionais. A essa noção é preciso opor outra, a de periferia socioeconômica. O uso da noção de periferia socioeconômica permite um melhor entendimento das desigualdades espaciais, visto que uma parcela significativa dos municípios e da população paranaense não se beneficiou do crescimento econômico verificado nas últimas décadas. Propomos (re) pensar o significado de periferia em virtude dos novos fluxos de capital e da maior continuidade espacial necessário para a sobrevivência do modo de produção capitalista.

Também se justifica em razão da necessidade em aprofundar os estudos sobre municípios com população total inferior a cinco mil habitantes. Visto que na maioria das pesquisas desenvolvidas o enfoque principal está na análise de espaços dinâmicos como a Região Metropolitana de Curitiba, ou as cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, Toledo, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Francisco Beltrão, Pato Branco, entre outras.

Em muitas pesquisas o encantamento ou desencantamento recai sobre as metrópoles e regiões metropolitanas. Acreditamos que ao debruçar os esforços no desenvolvimento da noção de municípios periféricos estamos contribuindo para uma melhor compreensão das profundas e complexas contradições e problemáticas enfrentadas por uma parcela significativa dos municípios paranaenses.

A opção por estudar municípios com população total inferior a cinco mil habitantes é motivada em virtude da intensidade no declínio da população, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980, continuando nas décadas seguintes, porém com redução no ritmo. A perda de centralidade e

de funções urbanas, também relacionadas ao esvaziamento populacional, são temas relevantes e considerados no texto do livro. Esses municípios convivem com indicadores sociais abaixo da média paranaense e apresentam dificuldades para se integrarem nos fluxos de crescimento. No entanto, não devemos desconsiderar a sua importância para seus habitantes, assim como para uma melhor compreensão das novas dinâmicas capitalistas.

É preciso esclarecer os motivos que levaram a escolha do município como opção de investigação. Entendemos que é no município (escala local) que se materializam as ações políticas, econômicas e sociais capazes de promover melhorias nas condições de vida da população, sem desconsiderar, é claro, as imbricações com as demais escalas geográficas. Compartilhamos da compreensão de Silva (1986), que entende o município como uma subdivisão político-administrativa de um país para fins de desempenhar funções próprias de governo local.

A instituição municipal teve origem em Roma, no século I a.C. possivelmente no governo de Júlio César, com a *Lex Julia Municipalis*. Os romanos concediam a certos lugares do Império a condição de pessoa jurídica de direito público interno. Com isso não estavam apenas inovando no campo do direito, mas também no do governo, pois buscavam certa descentralização ao outorgarem a determinados espaços a faculdade de autogoverno, na condição de município. (SILVA, 1986).

Os romanos, no referido período, tinham a intenção de descentralizar a administração sem perder a característica de unidade territorial. A *Lex Julia Municipalis* é considerada um marco na área do direito e da administração pública.

Com relação ao Brasil, para Silva (1986), o município tem existido ininterruptamente desde sua introdução em 1532, sendo também a única unidade de governo local. No entanto, é a partir da Constituição Federal de 1988, que passou, gradativamente, a adquirir maior autonomia, através da descentralização de inúmeras políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu as competências do município e entregou os poderes de auto-gestão, autonomia administrativa e autonomia financeira. Segundo a Constituição do Brasil (BRASIL, 1998, p. 25) Art. 18. “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” Com isso a organização do país está dividida em: União (nacional), Estados e o Distrito Federal (unidades da federação) e o municípios (local).

Ao optar pela escala local como objeto de análise e investigação não estamos desconsiderando as demais escalas geográficas, pois é a partir

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

da imbricação entre elas que se torna possível entender as desigualdades espaciais. Ao estudar o município não perdemos de vista as conexões regionais, nacional e global que constitui um todo complexo e articulado.

Para atingir os objetivos propostos partimos da lei do desenvolvimento desigual e combinado e da teoria do desenvolvimento geográfico desigual com o intuito de compreender as disparidades sócio-espaciais que produziram no estado do Paraná municípios fortemente dinâmicos, dinâmicos, intermediários e municípios periféricos. O desenvolvimento desigual é uma marca da produção do espaço capitalista e está relacionado com as contradições na própria estrutura do capital. A teoria do desenvolvimento desigual procura entender a espacialidade geográfica das disparidades em suas diferentes escalas (SMITH, 1988). Tem como propósito desvendar os processos e os padrões das desigualdades geográficas produzidas pelo capitalismo nas escalas geográficas.

Na concepção de Harvey (2004) o desenvolvimento geográfico desigual se apresenta como uma necessidade do modo de produção capitalista e reduz as oportunidades de vida em um determinado lugar com a finalidade de incrementá-las em outro.

A perspectiva do livro está na concepção dialética histórico-geográfica analisando a produção e reprodução do espaço e atentando para a possibilidade do devir e da transformação, enxergando a proposta marxista como uma concepção de mundo enfocada na emancipação dos seres humanos.

O livro está estruturado em três partes. Na primeira avaliamos o processo de ocupação do Paraná, a produção do espaço e como se deu a reestruturação produtiva a partir da modernização da agricultura, da industrialização e urbanização. Para Soja (1993) o conceito de reestruturação é entendido como uma ruptura de tendências e mudança em direção à outra ordem, uma nova configuração da vida social, econômica e política. A reestruturação é desencadeadora de intensas lutas competitivas pelo controle das forças, implica transição, fluxos e mudança. No Paraná, inicialmente, o setor primário foi o responsável pela ocupação. A maioria da população vivia no meio rural e veio para o mesmo em razão da expansão na atividade agropecuária. Com a modernização da agricultura, a partir da década de 1970, apoiada pela ação do capital e do Estado ocorreram intensas transformações. Parte da população deixou o campo em virtude das novas técnicas de produção e se deslocou inicialmente para as cidades mais próximas. Porém, muitas dessas cidades não ofereciam emprego nem melhores condições de vida. Até mesmo porque a maioria das cidades surgiu em razão de um modelo de planejamento que levava em conta as

necessidades do campo o do grande número de pessoas que ali viviam. Municípios que até a década de 1960 cresciam economicamente e em número de habitantes sofreram nas décadas seguintes com o esvaziamento. A industrialização concentrada em poucos locais e o intenso processo de urbanização também contribuiu decisivamente para a alteração do modelo anteriormente estabelecido e impulsionaram novas dinâmicas territoriais.

Na segunda parte explicamos os caminhos transitados pelo pensamento para a construção da noção de municípios periféricos. Discutimos os avanços teóricos na Geografia a partir do desenvolvimento do conceito de produção do espaço e a valorização capitalista do espaço. Também discutimos a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para a constituição da noção de municípios periféricos foram considerados os seguintes argumentos teóricos: esvaziamento populacional, dependência econômica, subordinação territorial e indicadores sociais críticos. Na sequência explicamos os procedimentos metodológicos de pesquisa utilizados e descrevemos os caminhos percorridos. O intuito foi integrar as abordagens qualitativas e quantitativas.

Na terceira parte estudamos sete municípios periféricos com população inferior a cinco mil habitantes, são eles Brasilândia do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Farol, Godoy Moreira, Mato Rico, Nova América da Colina e Sulina. Os resultados dos trabalhos de campo e entrevistas *in loco* revelaram o intenso esvaziamento populacional - especialmente de jovens que terminam o ensino médio e migram para procurar trabalho, a dificuldade de obtenção e geração de recursos próprios caracterizando a dependência econômica em relação ao governo federal e estadual, as redes de subordinação territorial e as barreiras enfrentadas para por em prática ações de desenvolvimento local integrado.

1

AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NO PARANÁ

Para a compreensão da noção de municípios periféricos é significativo estudar o processo histórico-geográfico de ocupação, a modernização das técnicas de produção agrícolas, a industrialização, a mobilidade da população e a rede urbana. Essas informações em conjunto possibilitam uma visão profunda sobre as transformações territoriais e a dinâmica de atração e esvaziamento populacional.

O Estado do Paraná até a década de 1960 se caracterizou pela atração populacional exercida, o que é explicado em razão das políticas estabelecidas pelo governo em associação com o capital. A ação de companhias privadas e do próprio Estado através de projetos imobiliários intensificaram os fluxos migratórios e estimularam a prática da agropecuária. Porém, a partir da década de 1970, profundas modificações na estrutura produtiva através da modernização da agricultura - embasada na Revolução Verde - elevaram as emigrações interestaduais e intra-estaduais.

A modernização da agricultura transformou as relações de produção e de produtividade no campo. O resultado foi um forte processo de concentração fundiária fazendo com que milhares de pessoas se deslocassem para as cidades. Os principais destinos foram: a cidade de São Paulo, o estado de Santa Catarina e as novas fronteiras agropecuárias no Centro-Oeste e Norte do país. A industrialização na região metropolitana de Curitiba, especialmente a partir da construção da Cidade Industrial de Curitiba - CIC, também contribuiu para uma nova dinâmica econômica e populacional no Paraná.

Nesta primeira parte do livro apresentamos as origens históricas da ocupação das regiões paranaenses e suas particularidades, os impactos da modernização da agricultura na economia e seus efeitos na migração populacional, a industrialização e a concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, os novos fluxos territoriais e o papel centralizador e concentrador desempenhado por algumas cidades dinâmicas como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, e outras.

Ocupação e produção do espaço

O espaço geográfico deve ser entendido, conforme constatou Lefebvre (1974), como efetivamente vivido e socialmente construído. O espaço geográfico é produzido através do trabalho dos seres humanos organizados em sociedade. De acordo com Corrêa (2005) os agentes envolvidos na produção do espaço são: 1) os proprietários dos meios de produção, 2) os proprietários fundiários, 3) os promotores imobiliários, 4) o Estado e 5) os grupos sociais excluídos. Como os interesses entre os grupos citados são muitas vezes distintos e divergentes ocorreram na produção do espaço paranaense disputas pelo direito e acesso a terra com os índios, conflitos entre caboclos e companhias colonizadoras, expulsão de posseiros que viviam e produziam na terra a algumas décadas e a ação intencional do Estado atrelada aos interesses do capital. Os conflitos de classe fizeram e fazem parte da configuração espaço-temporal do Paraná.

É importante esclarecer que anteriormente a presença espanhola e portuguesa em território paranaense existia significativa presença de nações indígenas (são três principais etnias: Kaingang, Guarani e Xetá). É necessário desmistificar que o território era desabitado ou que se tratava de um vazio demográfico que somente foi preenchido com a chegada dos colonizadores. A população indígena local não aceitou passivamente a presença do ocupante. Os interesses entraram em choque e muitos índios foram escravizados, aculturados, assassinados ou expulsos.

No início do processo de ocupação colonial os portugueses tinham grande expectativa de encontrar ouro nas terras “ocupadas”, no entanto, sua atenção principal estava direcionada para o comércio marítimo com as Índias, que se demonstrava lucrativo. Além do mais, os portugueses não possuíam os capitais necessários para articular a ocupação efetiva, que exigia altos investimentos. A solução encontrada foi instituir o sistema de capitania hereditárias, cabendo aos donatários às despesas com a ocupação.

Para atingir os objetivos a coroa portuguesa dividiu o litoral brasileiro em quinze setores lineares com extensões entre 30 e 100 léguas denominadas de Capitania Hereditárias. Apenas duas capitania conseguiram manter-se economicamente em razão do cultivo da cana-de-açúcar: a de Pernambuco e a de São Vicente. Entre os donatários das Capitania mais meridionais (São Vicente e Santo Amaro) estavam Martin Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza. Martins (1995) indica a localização das capitania:

As terras de que se compunham as doações feitas pelo soberano português D. João III a essas personalidades de sua corte, constituíram a região austral do Brasil Português, dividida em dois quinhões a cada um deles.

O quinhão Norte, de Martin Afonso, começava na altura de Macaé e se estendia até 1/3 da ilha de São Sebastião; e o quinhão Sul começava na barra de São Vicente e terminava na altura da barra de Paranaguá.

O quinhão Norte de Pero Lopes começava a 2/3 da ilha de São Sebastião e terminava na barra de São Vicente. O quinhão Sul começava na altura da barra de Paranaguá e vagamente se estendia até onde fosse da legítima conquista lusitana. (MARTINS, 1995, p. 54-55).

A demarcação do território que atualmente representa o estado do Paraná sofreu influência das disputas entre Portugal e Espanha, e foram resolvidas através dos Tratados de Tordesilhas¹, de Madrid² e de Santo Ildefonso³, bem como acordos com o Paraguai e com a Argentina. Para Martins (1995), os problemas de limite com o Paraguai foram resolvidos através de um tratado de 1873, após a vitória do Brasil na guerra com o Paraguai. Com relação à Argentina foi resolvido em 1894, quando o presidente dos Estados Unidos, chamado para arbitrar a questão, decidiu-se favorável ao Brasil.

Conforme alegou Padis (1981, p. 15), a ocupação colonial “[...] se deu por um processo inicialmente muito lento e bastante descontínuo.” Segundo Martins (1995), o povoamento português até 1600, somente ocorreu no planalto meridional de São Paulo. Nenhum trecho da costa do

¹ O Tratado de Tordesilhas foi um entendimento entre os dois reinos ibéricos (Portugal e Espanha), de 7 de junho de 1494, pelo qual a “linha Alexandrina” como ficou sendo chamada, se suporia lançada não a 100, mas a 370 léguas ao poente do arquipélago do Cabo Verde (e não mais dos Açores) para a divisão do Oriente Português do Ocidente Espanhol (MARTINS, 1995, p. 52)

² Um novo acordo se impunha, no próprio interesse espanhol, que impedisse novas invasões portuguesas. Celebrou-se então, em 1750, o tratado de Madrid, que na região que interessa ao nosso Estado, estabeleceu a fronteira pelo Ibicuí até o Uruguai, por este abaixo até o Pipiri, por este acima até suas cabeceiras, daí em reta até o Santo Antonio e por este até sua foz no Iguaçu, por este até a confluência no Paraná e por este acima até o Iguareí. Daí a fronteira prosseguia pelo Iguareí até suas cabeceiras, até encontrar o Paraguai (MARTINS, 1995, p. 56).

³ Tratado celebrado em 1777 foram restituídas as terras conquistadas a Portugal no Rio Grande e Santa Catarina e retida pela Espanha a Colônia do Sacramento.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Paraná nesse período possuía população branca, o que se verificavam eram videntistas que vinham negociar com tupiniquins em Superagui segundo relato de Hans Staden em 1549. A povoação branca mais meridional no litoral era Itanhaém em São Paulo. A vida no litoral sul se realizava a partir de uma produção de subsistência no qual o pequeno excedente obtido da pesca ou da agricultura era trocado ou comercializado localmente.

No começo da segunda metade do século XVI, teve início a ocupação do território pelos espanhóis. A dinâmica praticada foi de oeste para leste, ou seja, do interior em direção ao mar. O governador do Paraguai, por volta de 1554, determinou à fundação de inúmeras vilas com a finalidade de subordinar os índios que habitavam a região de Guairá, deter a penetração portuguesa que adentrava as terras que segundo o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Espanha e estabelecer uma saída marítima para o oceano Atlântico. Os conflitos entre portugueses, espanhóis e indígenas, assim como a disputa pela terra marcaram o século XVI.

No litoral foi à busca pelo ouro que caracterizou o princípio da ocupação portuguesa. A procura pelo metal é consequência do modelo econômico praticado em Portugal - dependente dos metais preciosos. O desenvolvimento da mineração estimulou a formação de alguns núcleos de ocupação como Paranaguá. A busca por ouro também levou a uma tímida expansão para regiões vizinhas resultando no estabelecimento de Antonina e Morretes. O ciclo do ouro, conforme explicou Yokoo (2009), possibilitou a abertura de caminhos (Itupava, Graciosa e do Arraial) para fazer a ligação entre o litoral e o primeiro planalto.

A mineração, mesmo com suas limitações, foi considerada por Wachowicz (2002), como o primeiro ciclo econômico paranaense e teve como efeito: ocupação do litoral; surgimento de Paranaguá; ocupação do primeiro planalto e fundação de Curitiba - hoje capital do estado - que se originou dos antigos arraiais auríferos. Paralelamente a mineração se verificava minimamente a criação de animais e o cultivo de roças de subsistência.

Conforme atesta Bernardes (1953), no planalto ocorreu uma mudança econômica na qual a “bateia” foi substituída pelo “laço” e a “lavra” pelo “curral”. A maioria dos mineradores não se deslocou para as novas minas em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Tornaram-se sedentários e se dedicaram a criação de gado.

De acordo com os estudos de Martins (1995), é difícil precisar quando ocorreram os esforços de povoamento em Curitiba. Os documentos históricos apontam que os primeiros grupos de ocupação foram os de Eleodoro d’Ebano, em 1647 com a administração das minas; o de Balthazar

Carrasco dos Reis e Mateus Martins Leme, em 1661; o de Salvador Jorge Velho, que entre 1678 e 1680 movimentou as lavras do Ribeirão Nossa Senhora da Cachoeira na região do Assungui; e o dos “três povos” que erigiram a vila em 1693.

O desenvolvimento do núcleo de Curitiba se processou de forma lenta, sendo relatado em 1721, pelo Ouvidor Pardinho, 200 casas e aproximadamente 1.400 habitantes. Um século depois, em 1820, Saint Hilaire registrou a presença de cerca de 220 casas. Segundo Yokoo (2002), o incremento da pecuária, o tropeirismo, a coleta da erva-mate e a extração da madeira foram as principais atividades econômicas nas décadas seguintes.

A pecuária e os caminhos de tropas foram importantes para a ocupação do planalto. O caminho de Viamão foi uma dessas rotas. Ao longo das paradas dos tropeiros emergiam pequenos núcleos que gradualmente foram se transformando em povoados e posteriormente em cidades.

O movimento ocupacional até agora registrado se processara no sentido leste-oeste, enquanto que nos séculos XVIII e XIX um outro, na direção sul-norte e norte-sul, e levado por razões que não a busca do ouro e nem políticas, se efetivará. De fato esta última deu-se através dos “Caminhos Históricos”, de condições bastante precárias e que permitiam praticamente apenas o trânsito de tropas de gado bovino e muar. No entanto, a importância desses “caminhos” na ocupação paranaense não pode passar despercebida. (PADIS, 1981. p. 22).

O caminho de Viamão ligava os centros pecuários do Rio Grande do Sul até a cidade de Sorocaba - São Paulo, principal centro comercial da época. O caminho foi responsável pela constituição de importantes núcleos de povoamento nos lugares de pouso e currais de descanso ou invernadas de gado, como: Itararé, Jaguariaíva, Lança (Piraí), Iapó (Castro), Carrapatos, Santa Cruz (Ponta Grossa), Palmeira, Campo Largo, entre outros. A tabela 1 apresenta o número de habitantes, atentando para as áreas até o referido período povoadas: o litoral e o planalto.

A partir do final da segunda metade do século XVIII, a população do Planalto superou a do litoral. O que é explicado em razão da escassez do ouro, que desde o início do referido século já apresenta sensível redução. Assim, a população passou a explorar a pecuária nos campos do planalto de Curitiba, o que exigiu a fixação, surgindo arraiais, aldeias, vilas e cidades.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Tabela 1 - População do Estado do Paraná (1779 -1780)

Ano	Região	População	%
1779	Litoral	7.428	42,9
1780	Planalto	9.860	57,1
	Total	17.288	100,0

Fonte: Martins (1995)

A ocupação dos Campos Gerais, segundo os estudos de Westphalen *et al.* (1988) ocorreu por meio da concessão de sesmarias, sendo que a posse inicial foi feita por ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, como um negócio a ser explorado comercialmente.

A ocupação do primeiro planalto paranaense, assim como outras regiões do Brasil, privilegiou e concentrou as terras nas mãos de poucos e ricos proprietários contribuindo para a formação dos latifúndios e para a concentração fundiária. A pequena propriedade familiar rural também estava presente, porém predominavam em área os latifúndios concentrados nas mãos de reduzidas e ricas famílias que passaram a controlar a política e a economia, subordinando o restante da população aos seus interesses particulares.

A prática da pecuária e o comércio do gado constituíam a base da produção do espaço paranaense e gradualmente estimulavam a expansão territorial através da formação de novos núcleos populacionais no planalto como atesta a tabela 2.

Tabela 2 - População e áreas povoadas do Estado do Paraná (1872/1890)

Município	1872	%	1890	%
Litoral	22.455	17,6	33.571	13,4
Paranaguá	11.299		11.794	
Antonina	4.795		7.739	
Morretes	4.423		5.978	
Guaraqueçaba	-		5.417	
Guaratuba	1.938		2.643	
Planalto	92.081	82,4	215.920	86,6
Curitiba	11.730		24.553	
Príncipe (Lapa)	7.632		17.122	
São José dos Pinhais	10.179		17.122	
Rio Negro	4.729		13.638	
Guarapuava	7.613		12.547	

Campo Largo	6.338	12.539	
Tibagi	-	11.622	
Castro	8.777	10.319	
Palmeira	5.669	8.189	
Palmas	-	7.068	
Cerro Azul	-	6.588	
Votuverava	7.105	6.343	
Conchas	-	6.034	
S. José do Triunfo	-	5.789	
S. José da Boa Vista	-	5.562	
Imbituva	-	5.411	
Arraial Queimado (Bocaiúva)	4.541	5.304	
Piraí	-	5.202	
Ponta Grossa	7.768	4.774	
Assungui	-	4.684	
Jaguariaíva	-	4.302	
Glicério (Campina Grande)	-	3.640	
Tomasina	-	3.215	
Iguaçu (Araucária)	-	3.045	
Colombo	-	2.853	
Entre Rios	-	2.711	
Tamandaré	-	2.664	
União da Vitória	-	2.533	
Deodoro	-	1.911	
Porto de Cima	1.626	1.803	
Escravos	10.560	-	
Total Geral	126.722	249.491	100,0

Fonte: Censos Demográficos *apud* Padis (1981)

No transcorrer da ocupação do planalto os índios foram vistos pelos invasores como possível mão-de-obra escrava ou como obstáculo para a penetração no interior. Ocorreram inúmeros combates e a superioridade técnica bélica dos ocupantes através do uso das armas de fogo prevaleceu. Também existiram casos em que alguns grupos indígenas se aliaram aos ocupantes indicando caminhos e auxiliando na penetração para o interior.

A ocupação de novas terras não significou a distribuição para todos os que desejavam produzir e dela retirar o seu sustento. O governo concedeu sesmarias para os grandes proprietários reforçando a concentração

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

de terra no Paraná Tradicional e reafirmando os poderes políticos e econômicos dos grupos sociais representados pelas elites fundiárias. Mais uma vez a população pobre não foi beneficiada com o processo de expansão territorial.

Na segunda metade do século XIX a economia madeireira e a pecuária estimularam um movimento de ocupação precário e de densidade bastante pequena nos municípios de Palmas, Mangueirinha, Pinhão, Pitanga, Cândido de Abreu, Reserva, Clevelândia, Bituruna, General Carneiro, entre outros, reafirmando o movimento expansionista rumo ao interior.

A ocupação do Sudoeste paranaense ocorreu entre o final do século XIX e princípio do XX, a população presente era composta por caboclos seminômades que viviam da prática de uma agricultura de subsistência destinada ao atendimento das necessidades básicas locais. No ano de 1900 a população estimada era de 6.000 habitantes, o equivalente a 2% da população total paranaense. (SWAIN, 1988). É a partir da década de 1930 que:

[...] o governo do Estado, apoiado pelo governo federal que anulava vários títulos de concessão de terras feitos até aquela época, e que manifestara o desejo de intensificar a penetração para oeste do território nacional [...] Com a consolidação da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia e, mais tarde, com a ligação entre Pato Branco, um novo fluxo populacional se encaminhou em direção a esta última cidade, que rapidamente se transforma no centro irradiador de dinamismo. (PADIS, 1981, p. 151).

A política de colonização foi embasada em pequenas propriedades rurais ligadas a mobilidade da força de trabalho de descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No ano de 1943 ocorreu a intervenção do governo federal através da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório⁴ - CANGO. (ALVES *et al.* 2003).

⁴ A CANGO foi criada pelo governo Vargas, com sede provisória em Pato Branco e, posteriormente, instalada em Marrecas, atual Francisco Beltrão. São os inícios da apropriação e produção territorial de forma efetiva nessas duas localidades, na época, denominadas povoados. Construíram-se, inicialmente, as igrejas, casas comerciais, moradias e hospitais. Foi em torno de igrejas e/ou capelas e casas comerciais que se organizaram, primeiramente, as vilas do Sudoeste paranaense,

É importante ressaltar os conflitos pela posse da terra em decorrência da atuação da Clevelândia Industrial Ltda - CITLA, que se denominava proprietária das terras e passou a cobrar dos colonizadores os lotes que tinham recebido da CANGO, o que levou a um intenso conflito rural ocasionando a morte de centenas de pessoas no campo. O combate entre os jagunços da companhia de terras e os agricultores ficou conhecido como Revolta dos Colonos ou Levante dos Posseiros⁵. Somente a partir de 1961 os lotes começaram a ser legalizados. (ALVES *et al.* 2003).

Com referência ao oeste paranaense, o mesmo praticamente não verificou nenhuma intenção de colonização oficial por parte do governo brasileiro entre o século XVII até o início do XX. O desinteresse fez com que os argentinos superassem o obstáculo imposto pelo rio Paraná e iniciassem a exploração da erva-mate e da madeira.

Por volta de 1881, os argentinos começaram a explorar erva-mate na região de *Misiones*. Não demorou para que os portenhos chegassem ao oeste paranaense, atraídos pela erva-mate da região. Essa erva-mate saía do Paraná como contrabando. Não havia nenhuma infraestrutura instalada na região capaz de cobrar os impostos de exportação devidos. (WACHOWICZ, 2002, p. 232).

O governo brasileiro preocupado com a presença dos argentinos resolveu instalar uma colônia militar em Foz do Iguaçu. Durante a abertura da picada ligando Guarapuava até Foz do Iguaçu foram encontrados grupos de trabalhadores que exploravam a erva-mate na altura da região de Céu Azul. Estavam a serviço dos ervateiros argentinos. A expedição chegou a Foz do Iguaçu em novembro de 1889, a população encontrada era em grande parte formada por paraguaios e argentinos. Os produtos consumidos em Foz do Iguaçu vinham da Argentina e a população local só tinha contato externo quando chegava algum vapor argentino.

traço comum à colonização italiana, por exemplo, efetivada no Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX. (SAQUET, 2010, p. 163).

⁵ Em 1962, após a eclosão da denominada Revolta de 1957, o Governo Federal cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), tendo como objetivo principal efetivar desapropriações e legalizar titulações de terras já parceladas e ocupadas. Também, dividiu e demarcou outros pedaços de chão, construindo estradas e escolas. Foi extinto em 1973, quando se concluíram as tarefas de desapropriação e legalização da propriedade (SAQUET, 2010, p. 164).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

A presença de argentinos no final do século XIX ocorreu por meio da *obrage*⁶, visando a extração da erva-mate e da madeira. O *obragero* utilizava portos nas margens do rio Paraná para enviar a erva-mate até a Argentina onde era industrializada. Os índios paraguaios foram utilizados e explorados como mão-de-obra barata para o trabalho de retirada da erva. Os trabalhadores eram submetidos a condições de semi-escravidão pelas empresas privadas estrangeiras que também não promoviam a colonização. O que ocorria era a exploração do trabalho e a retirada da erva-mate e da madeira na forma de contrabando, enriquecendo apenas uma pequena parcela da população.

Com a decadência da exploração da erva-mate na década de 1930, em razão do aumento das plantações na Argentina, a ênfase passou a ser a extração da madeira - abundante na região de mata subtropical. As madeiras eram transportadas pelo rio Paraná (YOKOO, 2002). A exploração da força de trabalho se manteve tanto com a erva-mate como com a madeira.

O termino da Revolução de 1924 e o início do governo de Getulio Vargas conduziu a novos negócios imobiliários que tinham como objetivo transformar o oeste de Santa Catarina e o sudoeste e oeste do Paraná em território federal com a finalidade de comercialização da terra. Wachowicz (2002) avaliou que:

Capitalistas gaúchos, juntamente com o Governo Federal, queriam essas terras para realizar vantajosos negócios imobiliários. Paralelamente, planejavam escoar para a região o excedente de mão-de-obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul. Seria, portanto o Território Federal do Iguazu uma extensão cultural do próprio Rio Grande do Sul. Seria também um mercado garantido para os produtos industrializados naquele estado da federação. (WACHOWICS, 2002, p. 244).

Percebemos que a ação do capital imobiliário com o apoio do Estado atuou na produção do espaço objetivando a reprodução ampliada a partir da transferência de capitais acumulados no Rio Grande do Sul para o oeste paranaense criando uma espacialidade mais abrangente para a atuação capitalista. O território do Iguazu chegou a ser implantado em 1943, no

⁶ A *obrage* foi um tipo de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai e na Argentina. *Obragero* era o proprietário desse tipo de latifúndio. No final do século XIX era típica no Paraguai e nas províncias argentinas de Corrientes e Misiones, se estendendo até o oeste paranaense. O *obragero* argentino explorava a erva-mate e a madeira em toras. (WACHOWICZ, 2002).

entanto, com o fim do Estado Novo, a constituinte de 1946 dissolveu os territórios federais. Mesmo com o fim dos planos de federalização a colonização definitiva foi feita por meio de inúmeros projetos imobiliários, sobretudo de capital gaúcho, estabelecendo um intenso fluxo populacional e de capitais oriundos do Rio Grande do Sul para o Paraná. Entre os projetos implementados, os que mais se destacaram foram os executados pela Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S. A – Maripá, e as empresas ligadas ao grupo Pinho e Terras, como atestou o estudo de Yokoo (2002).

Com base na descrição apresentada percebemos o interesse expansionista do capital gaúcho no modelo de ocupação do oeste paranaense, produzindo na paisagem as características das áreas de origem associadas as particularidades locais. A maioria da população que se deslocou era proveniente das antigas zonas de colonização italiana e alemã do sul do país, ou seja, descendentes de europeus que ocuparam e povoaram parte de território gaúcho no século XIX. Mas, tal processo não ocorreu de forma tão pacífica como muitos querem fazer crer.

Os conflitos pela terra ocorreram em praticamente todo o Paraná. No período entre 1947 e 1961 as principais disputas envolveram grileiros e seus jagunços contra os posseiros. Algumas companhias privadas também se envolveram em conflitos com caboclos que já ocupavam as terras que seriam loteadas. Os casos mais conhecidos foram verificados em Porecatú e Jaquapitã no norte e Francisco Beltrão e Pato Branco no sudoeste.

Os posseiros foram os mais prejudicados pela grilagem de terras, visto que já estavam cultivando a terra há muitos anos quando seus interesses entraram em conflito com os dos grileiros, que com base em títulos falsos de propriedades reivindicavam as terras.

A maior penetração do capital - especialmente a partir de 1950 através de companhias colonizadoras e empresas imobiliárias que transformaram a terra em um lucrativo negócio - entraram em choque com a presença dos caboclos, poceiros e indígenas que já viviam no local e foram forçados a abandonar as suas terras.

Com referência ao norte do Paraná, Wachowicz (2002) escreveu que as primeiras iniciativas de colonização oficial dataram de 1846. O objetivo era estabelecer uma ligação entre o litoral brasileiro e a Província do Mato Grosso, e bem como o desejo de ocupar as terras férteis localizadas no norte paranaense. A Colônia Militar do Jataí, atualmente município de Jataizinho, criada pelo decreto imperial nº 751 de 2 de janeiro de 1851 e com fundação em 1854, foi a primeira iniciativa concreta realizada pelo Estado.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

A partir da segunda metade do século XIX, começou o fluxo de população vinda de Minas Gerais e São Paulo para ocupar o Norte Pioneiro. O movimento resultou na formação de pequenos núcleos populacionais como a Colônia Mineira, hoje Siqueira Campos e o município de Tomasina. Outros núcleos importantes foram Santo Antonio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São José da Boa Vista (1867), Jacarezinho (1900), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924). (PADIS, 1981; WESTPHALEN, *et al.* 1988).

Conforme Monbeig (1984), a ocupação no norte do Paraná foi uma extensão da frente paulista. A marcha pioneira seguia na direção noroeste no estado de São Paulo, porém, no começo do século XX ocorreu significativa alteração no fluxo:

Ora, essa penetração nas terras a oeste do Paranapanema revela uma modificação no andamento geral da progressão paulista. Até por 1920, ela tinha sido perfeitamente fiel às linhas do relevo. Avançando em cada um dos planaltos que dividem os vales dos afluentes dos rios Grande-Paraná, os desbravadores tinham progredido para o rio que forma a fronteira noroeste de São Paulo. Na outra margem do rio, no Mato Grosso, as condições geográficas mudam totalmente: à floresta tropical dos planaltos paulistas e paranaenses, sucedem-se os campos e os cerrados; o domínio da pecuária substitui as terras de cultura. Quando os plantadores viram que se estreitava o espaço livre entre a frente pioneira e a linha rio Grande-Paraná, tomaram outra direção, não mais a noroeste; em vez de caminhar paralelamente aos rios, prosseguiram eles perpendicularmente, transpondo o Paranapanema, em seguida o Tibagi, e até o Ivaí. (MONBEIG, 1984, p. 29).

A mudança na direção estava relacionada ao fato de que ao penetrar no estado do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), os colonizadores se depararam com a vegetação de cerrados, considerada na época imprópria para a agricultura e onde se praticava a pecuária extensiva. Assim, uma parte significativa da frente pioneira se dirigiu para as terras roxas existentes no norte paranaense. Conforme atestou os estudos realizados por Bernardes (1953):

O que mais favorece, no entanto, o Norte do Paraná é a existência da já famosa terra roxa, abrangendo uma área vastíssima, contínua, de extensão muito superior à das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. É verdade que no extremo noroeste

o solo é arenoso e algumas pequenas manchas de terra roxa misturada encontram-se disseminadas pela zona. A terra roxa, de grande fertilidade, valorizou todo o norte do Paraná e tem sido o chamariz para os milhares de indivíduos que para aí ocorrem desde o começo do século. (BERNARDES, 1953, p. 25).

Outro fator que contribuiu para a ocupação foi a associação entre o capital internacional em busca de reprodução ampliada e o Estado brasileiro. Desta forma, desembarcou no Brasil missão oriunda da Inglaterra interessada, entre outros temas, em produzir algodão para a indústria inglesa. Os mesmos foram atraídos para o norte do Paraná, onde adquiriram terras. A expansão espacial tornou-se uma necessidade para a sobrevivência do capitalismo a partir da criação de espacialidades cada vez mais abrangentes para a transferência de valor excedente. Assim, fundaram os ingleses:

[...] uma empresa para atuar no Brasil: a *Brazil Plantations Syndicate* e uma companhia subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 1925, os ingleses entraram em contato com o presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Este concordou com a venda de terras aos ingleses no norte do estado. Adquiriu então a Companhia de Terras Norte do Paraná inúmeras glebas situadas entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí. (WACHOWICZ, 2002, p. 268).

A Companhia de capital inglês adquiriu do governo estadual 515.000 alqueires paulista localizados a oeste do rio Tibagi, entre os rios Paranapanema e Ivaí. Também comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Logo os ingleses abandonam o interesse em produzir algodão e resolvem partir para os negócios imobiliários que julgaram mais lucrativos. Dividiram as terras em pequenos lotes e venderam aos brasileiros fazendo divulgação e propaganda em vários estados do país. Ao núcleo instalado para receber os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, deu-se o nome de Londrina (fundada em 1931). Com o desencadear da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro proibiu a propriedade de terra por estrangeiros, desta forma os ingleses resolveram vender a Companhia.

Foi a mesma adquirida em 1944 por grupos de capitalistas paulistas. Nascia a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Resolveram então os novos proprietários não se dedicar

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

exclusivamente à venda de terras. A companhia Melhoramentos abriu-se à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento industrial. Se Londrina foi um marco na atividade dos ingleses, Maringá veio simbolizar a atividade da Companhia Melhoramentos. Esta cidade foi fundada em 1947, depois de minucioso estudo do seu traçado. (WACHOWICZ, 2002, p. 271).

Com a saída dos ingleses, o capital paulista - em ascensão devido a industrialização em São Paulo - procurou se expandir para o norte do Paraná através de negócios imobiliários e agropecuários. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, conforme relatou Moro (1998), colonizou uma área de 546.078 alqueires, ou o equivalente a 13.166 Km², fundando 63 cidades e patrimônios, vendendo lotes e chácaras para 41.741 compradores (com área entre 5 e 30 alqueires) e cerca de 70.000 datas urbanas. Todo o processo foi minuciosamente planejado (o traçado das estradas de ferro, as rodovias construídas nos espigões, a disposição das cidades e povoados em distâncias regulares, as áreas urbanas, etc.).

As principais cidades originadas da colonização realizada pelas companhias de terra formam: Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte e Umuarama. De acordo com os estudos de Moro (1998):

[...] enquanto na região do Cinzas no Norte Pioneiro a grande propriedade e o povoador de origem mineira foram uma constante, nas “terras roxas” do Terceiro Planalto a leste do Tibagi, os povoadores paulistas com sua tradicional fazenda cafeeira foram a marca característica. No Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade, o intenso processo de desenvolvimento da cafeicultura [...]. (MORO, 1998, p. 05).

O modelo adotado foi à pequena propriedade rural apoiada no trabalho familiar e na parceria. As pequenas e médias propriedades eram menos sucessíveis ao advento de uma crise cafeeira do que as grandes propriedades. O pequeno estabelecimento produtor de café, usando intensamente mão-de-obra e, secundariamente praticando outras atividades produtivas como a cotonicultura, culturas de subsistência, pastagens de fundo de vale, entre outras, contribuiu para o povoamento rural da região com elevados índices de densidade demográfica, favorecendo o comércio local e o desenvolvimento das cidades.

Segundo Endlich (2009) o modelo implementado estabeleceu uma densa rede urbana com inúmeros pequenos núcleos, no qual a centralidade estava ligada com o contingente populacional formado por pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Maringá foi criada pela Companhia de Terras com o objetivo de ser um grande centro comercial na região, o que lhe atribuiu um caráter dinâmico desde sua origem possibilitando o florescimento de um centro urbano voltado para atender o comércio regional e a prestação de serviços. Funções estas que foram sendo aprimoradas e fazem da cidade, juntamente com Londrina, os mais importantes centros dinâmicos do norte do Paraná.

Os fatores que possibilitaram a prosperidade do café no Paraná foram: a proibição da plantação de novos cafezais no estado de São Paulo; a estrutura fundiária assentada na pequena e média propriedade com uso de mão-de-obra familiar; a recuperação dos preços no mercado a partir da metade da década de 1930 e a elevação dos preços após o final da Segunda Guerra até o início da década de 1970. (TRINTIN, 2006).

Conforme planejamento prévio realizado pelas companhias colonizadoras, as cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância foram situadas, aproximadamente, de cem em cem quilômetros. Como exemplo: Londrina, Maringá, Cianorte, Paranavaí e Umuarama. Entre as cidades centrais foram fundados centros urbanos menores destinados para atender as demandas locais - especialmente da população rural - na distância de aproximadamente quinze ou vinte quilômetros. O ordenamento influenciou sobremaneira na configuração de cidades dinâmicas capazes de prosperar economicamente como centros comerciais e de prestações de serviços de maior complexidade, e cidades que tem por finalidade apenas atender as necessidades locais.

Para Endlich (2009) a atuação da CTNP não se restringiu a estabelecer cidades isoladas, pois planejou um conjunto de cidades articuladas. A autora também sinalizou os conflitos fundiários entre as empresas colonizadoras com posseiros, grileiros e fazendeiros, demonstrando que o processo não foi tão pacífico como se fez crer.

Na região Centro Ocidental do Paraná a primeira apropriação de terras data de 1893, através de registro ou declaração de posse que relacionou o nome de 30 pecuaristas de Guarapuava. No entanto, a ocupação começou com a construção da estrada ligando Campo Mourão - Guarapuava (conhecida como Boiadeira) em 1921. (SORIANO, 2002). A estrada abriu novas possibilidades para a penetração de guarapoavanos interessados na prática da pecuária.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

A colonização somente ganhou impulso a partir dos anos 1940, com a implantação das chamadas colônias pelo governo do estado. Enquanto no norte e no oeste do estado predominaram os empreendimentos privados, na região centro ocidental os empreendimentos foram estatais. As colônias implantadas, de acordo com Soriano (2002), ficaram a cargo do Departamento de Geografia Terras e Colonização - DGTC, distribuindo as terras de Campo Mourão nas seguintes colônias agrícolas: Colônia Mourão, Piquiri, Cantú, Goio-Erê, Goio-Bang, Muquilhão, Mamborê e Tapejara. É importante argumentar que também atuaram na colonização, no entanto em menor escala, companhias privadas como a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., a Companhia Melhoramento Norte do Paraná, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda, entre outras.

A população veio principalmente de duas frentes pioneiras. Uma oriunda do norte e a outra proveniente do sul. A primeira relacionada a expansão do café e a segunda formada por descendentes de colonos europeus de terceira e quarta geração vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O encontro entre as frentes possibilitou a assimilação de características econômicas, sociais e culturais de regiões distintas. Os indivíduos vindos da Guarapuava (Paraná tradicional), nas primeiras décadas do século XX estabeleceram as ligações efetivas para a ocupação dos campos de cerrado, das matas de araucária e da floresta subtropical objetivando a prática da agropecuária, porém não constituíram uma frente pioneira. Os sulistas vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocuparam o sudoeste, oeste e chegaram até próximo do rio Ivaí, onde se depararam com os migrantes vindos do norte ligados a expansão da cafeicultura. “Aí se vão encontrar, nas margens do grande rio, a frente pioneira do oeste e do norte do estado.” (BERNARDES, 1953, p. 25).

O estudo elaborado por Westphalen *et al.* (1988), vão ao encontro dos autores referenciados argumentando que o processo de ocupação do Paraná ocorreu através de três ondas de povoamento: tradicional, norte e sudoeste. A figura 1 ilustra o ocorrido.

Referente ao crescimento da população, Padis (1981), argumentou que enquanto entre 1854 e 1930, a população brasileira se multiplicou cinco vezes a paranaense aumentou quase três vezes mais. Com os grandes movimentos ocupacionais a partir da década de 1920, o Paraná obteve um crescimento de proporções até então jamais vistas. Os dados estão alocados na tabela 3.

Tabela 3 - População do Brasil e do Paraná entre 1920 e 1960

<i>Censos</i>	<i>Brasil</i>	<i>Paraná</i>	PR/BR %
1920	30.635.605	685.711	2,24
1940	41.236.315	1.236.276	3,00
1950	51.944.397	2.115.547	4,07
1960	70.967.185	4.277.763	6,03

Fonte: IBGE – Censos Demográfico

No período entre 1940 e 1950, a população paranaense cresceu na ordem de 70%. Já no período entre 1950 e 1960, avaliado como de maior fluxo migratório, a população total cresceu em mais de 100%. O Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro foram as principais áreas de atração populacional do país. É importante relatar que os fluxos migratórios tinham como destino principal as áreas rurais, uma vez que foram as terras ocupadas para a prática da agropecuária que atraíram a população e os capitais em busca de expansão. No entanto, também é notório o desenvolvimentos das cidades e o crescimento da população urbana no período.

De acordo com Alegre (2002), até 1940 a população rural contabilizava 76% dos paranaenses. No período 1940/1960 mais de 2,7 milhões de pessoas do país foram atraídas para o estado, especialmente para o norte onde o café estava em evidência.

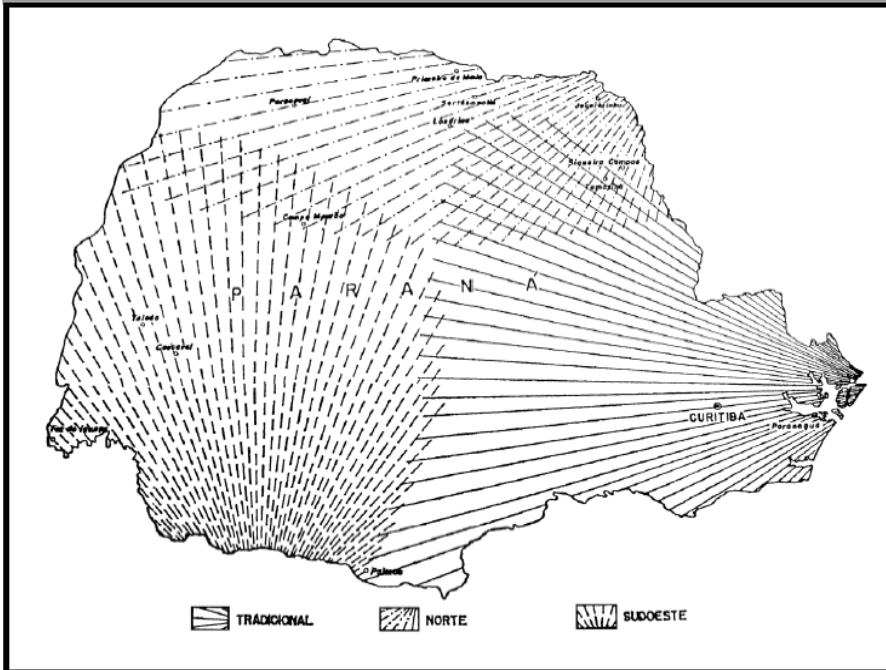
Com base nos estudos realizados entendemos que o setor primário foi o grande responsável pela atração da população. A cidade teve como função, inicialmente, atender as necessidades do campo. Porém, gradualmente foi adquirindo maior complexidade e importância. Sobre a temática apresentada Trintin (2006) contribuiu afirmando que:

Em razão das especificidades históricas de sua colonização, o Paraná caracterizou-se como um Estado receptor de populações que migraram de várias partes do país, de nordestinos, mineiros, paulistas, que formaram a frente colonizadora do norte cafeeiro, a migrantes catarinenses e gaúchos, que colonizaram a região denominada oeste paranaense. [...] houve um acelerado ritmo de crescimento da população tanto no meio rural quanto no meio urbano, tornando o Paraná, até a década de 60, um grande receptor de populações. (TRINTIN, 2006, p. 58).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Verificamos no Paraná a atuação em maior escala e volume do capital inglês, paulista e gaúcho, articulados com a participação do Estado na produção do espaço. Subordinados a estes agentes aparecem as elites locais com interesses próprios.

Figura 1 - As três ondas de povoamento



Fonte: Westphalen (1988)

Westphalen *et al.* (1988) e Wachowichz (2002), embasados em fatores históricos, econômicos, sociais e culturais apresentaram a teoria dos “três Paranás”. Para os autores pode-se dividir o Estado em três áreas histórico-culturais: o Paraná Tradicional, o Norte do Paraná, e o Sudoeste e Oeste paranaense.

A classificação proposta é um importante ponto de referência para entendermos o processo histórico-geográfico de ocupação e colonização, bem como suas singularidades regionais. No entanto, como alertou Hespanhol (1990), profundas mudanças ocorreram no espaço paranaense com a intensificação do processo de modernização da agricultura a partir da década de 1970, tornando os critérios de regionalização fluidos e sem apresentar, atualmente, rigidez absoluta.

As características dos “três Paranás” ainda estão presentes no espaço geográfico através da cultura e da organização social de cada região, porém, hoje o espaço se apresenta mais fluido, interligado e articulado tanto regionalmente como em nível nacional e internacional. Não é mais possível analisar o Paraná a partir de um quadro isolado. Os novos fluxos de informação, conhecimento, capital e serviços se estabelecem em redes e necessitam de certa contiguidade espacial para atender as demandas de reprodução ampliada. Assim, as regiões paranaenses estão mais conectadas.

Padis (1981) em seu estudo chamou a atenção para o caráter periférico ocupado pelo Paraná em razão da polarização exercida pelo estado de São Paulo. O autor enfatizou o papel de destaque e o dinamismo econômico paulista no cenário nacional e a função secundária exercida pelo Paraná desde a ocupação até o ciclo do café.

No entanto, devemos fazer o seguinte questionamento: o estudo do autor é um importante esforço intelectual de análise sobre a economia paranaense até o ano de 1970, contudo, passadas quatro décadas o papel periférico desempenhado pelo Paraná ainda se mantém?

Inúmeras transformações ocorreram pós 1970, entre elas a desconcentração espacial da atividade industrial, especialmente em relação a São Paulo, ocorrida entre 1970 e 1990, que possibilitou a inserção do Paraná no âmbito industrial. Este processo conduziu, gradualmente, a profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Entendemos que a modernização da agricultura e a industrialização atribuíram maior dinamismo e autonomia para alguns municípios paranaenses, sem desconsiderar que São Paulo continua sendo o maior centro econômico do país. No entendimento de Francisco de Oliveira (1977):

A estrutura do poder sofre importantes mutações; depois de um breve período de transição, quando as necessidades da acumulação tornaram imperiosa a convivência do capital industrial com a oligarquia do café, tem início um período em que a hegemonia do capital industrial e seu controle sobre o aparelho produtivo, as relações de produção e o próprio Estado são claramente reconhecíveis. A “região” do café passa a ser a “região” da indústria: São Paulo é o seu centro, o Rio de Janeiro seu subcentro, Minas Gerais e o Paraná seus limites [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 37).

No Brasil a economia agro-exportadora embasada no café foi praticamente substituída pelo processo de industrialização. São Paulo se

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

consolidou como centro industrial e o capital procurou se expandir para os espaços adjacentes. Neste contexto, alguns municípios do Paraná se apropriam de parte do valor excedente através da modernização da agricultura, processo que subordinou a agricultura aos interesses da indústria. Para que o novo modelo de reprodução do capital se tornar viável foi necessário promover uma maior integração no território. Novas rodovias foram construídas permitindo maior penetração.

O desenvolvimento desigual e combinado caracterizado a partir da maior entrada do capital no território paranaense produziu espaços desiguais e contraditórios, porém articulados. O moderno e o tradicional, o novo e o velho se reúnem, se confundem e se misturam.

Como podemos verificar foi através da articulação e da contradição entre os agentes produtores do espaço que ocorreu a produção e reprodução do espaço paranaense. Atuaram no processo os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Enquanto que alguns grupos se firmaram no poder e se beneficiaram dos resultados, os excluídos sociais (povos indígenas, caboclos, posseiros, trabalhadores rurais, pequenos proprietários, entre outros) foram expropriados ou espoliados da terra, forçados a migrar para outras regiões ou estados, assassinados, ou explorados das mais variadas formas.

A modernização da base técnica na produção agrícola

Para o entendimento das mudanças desencadeadas pela modernização da base técnica da produção agrícola é preciso contextualizar as alterações econômicas ocorridas a partir de 1945, que conduziram a maior intensificação das relações capitalista na escala mundial, representadas pelo avanço das empresas multinacionais/transnacionais e atuação do capital financeiro. As mudanças ocorridas no campo brasileiro e paranaense não estão desconectadas das novas diretrizes internacionais. Restringir a modernização da agricultura apenas a dinâmica interna conduz a um reducionismo que impede entender as complexas e profundas tramas socioeconômicas.

A conferência de *Bretton Woods* realizada nos Estado Unidos em 1944, nas vésperas do final da Segunda Guerra Mundial estabeleceu a criação do Fundo Monetário Internacional - FMI, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, conhecido como Banco Mundial,

e a definição do padrão dólar ouro. Tal orientação trouxe novas diretrizes para o comércio mundial e impulsionaram os Estados Unidos da América ao posto de principal credor mundial e potência capitalista.

O maior interesse dos Estados Unidos foi garantir o livre comércio com redução das barreiras para os seus produtos, visto que era o único país do hemisfério norte a dispor de uma estrutura industrial complexa e capaz de produzir mercadorias excedentes. Também tinham como objetivo facilitar e abrir novos mercados para os seus investimentos no exterior. Assim, foram traçados os direcionamentos políticos que permitiram a reestruturação do capitalismo e sua expansão geográfica através da mundialização.

Segundo Berman (1982) com a industrialização da produção o conhecimento científico se transforma em tecnologia gerando novas formas de poder empresarial, impulsionando as pessoas e as instituições ao mercado mundial capitalista em constante expansão e oscilação.

A expansão das relações capitalistas se tornou possível em razão do valor excedente apropriado e acumulado que foi reinvestido. Marx e Engels (2007b), já apontavam que a burguesia pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos conquista a Terra inteira, instalando e criando relações capitalistas em toda parte. Sobre a entrada de capitais externos no Brasil:

Após a Segunda Guerra Mundial o sistema capitalista experimentou uma grande expansão, apresentando como resultado uma maior incorporação da economia de vários países, dentre elas a do Brasil. [...] Esse movimento de internacionalização da economia provocou alterações significativas na forma de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. A economia brasileira, crescentemente vinculada e subordinada aos interesses do grande capital oligopólico transnacional, passou por profundas reformulações, destacando-se a intensificação do processo de industrialização e a adequação dos demais setores produtivos às novas determinações. (HESPANHOL, 1990, p. 68).

O aprofundamento das relações capitalistas no país embasada na ação do Estado, do capital internacional e do capital nacional (OLIVEIRA, 2000) estimulou o processo de industrialização, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950. Paralelamente a esse processo e sobre a mesma base econômica houve a instalação de indústrias de tratores,

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

implementos agrícolas e adubos, o que impulsionou a modernização da agricultura brasileira a partir da segunda metade da década de 1960.

Santos (2007, p. 26), explicou que “[...] entre as medidas que visam à promoção da penetração do capital, a necessidade de modernização das áreas rurais parece imperativa.” Desta forma, a intensificação das relações capitalistas via penetração do capital internacional atingiram a agricultura brasileira.

Marx (1984, p. 866) estudando o processo de industrialização inglesa e seus efeitos no meio rural considerou que: “Só a indústria moderna, com as máquinas, proporciona a base sólida da agricultura capitalista [...]”. A industrialização estimulou o processo de mecanização do campo e o estabelecimento de uma agricultura comercial. No caso brasileiro, para Graziano da Silva (1982):

Queremos destacar que é apenas após se haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada que se **deslança o processo de “modernização” da agricultura brasileira**. Ou seja, é por força do próprio processo de industrialização do País que a agricultura deixa de ser um setor “quase-auto-suficiente” da economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas. Em poucas palavras, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada. [...] É por isso que chamamos o **processo de industrialização da agricultura brasileira**, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 46, grifo do autor).

O desenvolvimento do capitalismo em sua etapa monopolista apresentou como característica a formação de grandes complexos industriais integrados com a produção agropecuária. “Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo.” (OLIVEIRA, 1986, p. 05).

Os fatores que permitiram a agricultura responder as necessidades da industrialização foram: a) elevação da oferta de matérias-primas e de alimentos no mercado interno sem comprometer as exportações, b) maior integração da agricultura ao circuito global da economia onde a agricultura

passou a utilizar em maior quantidade insumos e máquinas obtidas no setor industrial. (GRAZIANO DA SILVA, 1982). A modernização atuou de forma seletiva escolhendo os espaços e as culturas consideradas dinâmicas (destinadas à exportação) e/ou à agroindústria.

O modelo básico tinha origens nas formas de produção já implantadas na agricultura norte-americana deste a década de 30, e vinha sendo parcialmente aplicado no mundo inteiro. Entretanto, na década de 60, constatou-se um avanço qualitativo propiciado pela conjugação de dois fatores complementares. Por um lado, o aperfeiçoamento da metodologia de pesquisa por produto permitiu maior agilidade na descoberta e produção de sementes melhoradas apropriadas, assim como na identificação empírica das combinações adequadas de fertilizantes e defensivos em cada ambiente [...]. Por outro lado, dadas as exigências técnicas desse pacote em termos de máquinas agrícolas, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e outros defensivos, a internacionalização das grandes empresas de máquinas e insumos agrícolas foi fator fundamental na extensão do novo modelo agrícola. Nesse sentido, a expansão e internacionalização do parque industrial brasileiro ocorreu num momento decisivo para a adoção do novo pacote tecnológico. (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 20-21).

A integração entre a pesquisa na área da agricultura, a industrialização e o crédito agrícola possibilitaram a expansão da modernização pelo país (DELGADO, 1985). Para por o plano modernizador em prática foi necessário desestimular a cafeicultura no país, visto que a mesma vinha sofrendo com seguidas oscilações nos preços. Trintin (2006) esclareceu que como resultado do programa de erradicação das plantações de café foram eliminados mais de um bilhão e trezentos milhões de pés entre 1962 e 1967, o que equivale a 33% das plantações brasileiras. Segundo o entendimento de Alegre (2002):

[...] decidiu o governo central que seria necessário mudar o modelo de exploração agrícola. Era premente realizar mudanças modernizadoras e encontrar outros produtos para equilibrar a balança de exportação e importação inclusive, considerando que o café, depois de um *boom* formidável que durou mais ou menos três décadas, entrava em declínio no mercado internacional e, ao mesmo tempo, financiar as pesadas dívidas contraídas pelo país no afã de implantação de uma indústria mais competitiva capaz de

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

suprir as necessidades brasileiras muito presas à importação de bens de capitais e juros elevados. (ALEGRE, 2002, p. 218).

Moro (2001, p. 92), alertou que o processo é o resultado de uma política oficial: “[...] já a partir de meados da década de 1960, o governo brasileiro coloca em ação uma política de desestímulo à cafeicultura e de incentivo à cultura de oleaginosas.” Como estratégia para modernizar a agricultura o Estado desenvolveu uma política de crédito rural subsidiado. Para Andrade (2005), o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR está entre as políticas públicas com objetivos de modernização da agricultura.

[...] o SNCR se constitui num importante viés para implementação da modernização agropecuária, já que para se modernizar, o agricultor necessitava de capital para aquisição de equipamento, máquinas, fertilizantes, entre outros, necessários ao processo produtivo. Isso se tornou possível com o investimento de capital externo [...]. Nesta perspectiva, o SNCR cumpria o seu papel, porém, os benefícios atingiram de modo diferenciado os vários segmentos da agricultura. (ANDRADE, 2005, p. 51).

De acordo com Graziano da Silva (1982) o crédito rural privilegiou o grande proprietário de terras em detrimento dos pequenos, visto que os primeiros além de possuírem garantias tinham melhor acesso à rede bancária. A quantidade de crédito estava relacionada com a disponibilidade de garantias. Santos (2007) expõe que os pequenos proprietários também foram inseridos:

Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamentos etc. e encorajam a comercialização e a administração modernas. Isto é feito sob o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e de pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. [...] O desencadeamento dos mecanismos de “ajuda” logo eleva a necessidade de capital na agricultura, não apenas na esfera de produção mas também em outras atividades. Ocorrem concentrações no mercado atacadista, no transporte, no frete, e de novo na propriedade da terra, formando-se verdadeiros monopólios rurais. Na verdade, tais programas não fazem senão ajudar os já favorecidos. (SANTOS, 2007, p. 190).

A dinâmica revelada pelo autor fez com que a terra fosse concentrada nas mãos de menos proprietários cada vez mais inseridos no processo agro-exportador. As relações capitalistas no campo conduziram à diminuição das pequenas propriedades e a consolidação das médias e grandes propriedades inseridas no mercado internacional.

Alegre (2002) confirma o fato levantado explicando que o processo foi marcado pela insensibilidade dos articuladores da nova política agrícola pautada em interesses eminentemente capitalistas que contribuíram para um dos maiores movimentos de concentração da terra pautado no crédito altamente subsidiado. O novo modelo penetrou, pelo menos inicialmente, com intensidade na região Centro Sul do país (MORO, 1998). A modernização não atuou de forma homogênea, pois a região Nordeste permaneceu por mais algumas décadas sem verificar mudanças significativas e o Norte e parte do Centro-Oeste brasileiro atuaram como nova fronteira agrícola.

Para Delgado (1985), primeiramente a modernização atingiu entre 10% e 20% dos estabelecimentos rurais brasileiros que passaram a responder pelo maior volume e valor da produção. A modernização atuou com maior intensidade nos espaços capitalizados e com elevada capacidade de valorização e ampliação dos capitais. A soja foi o carro chefe da modernização da agricultura brasileira sendo expressa através de:

a) implantação de modernos equipamentos de infraestrutura nas áreas produtoras (telecomunicações, sistema de transportes, energia elétrica, etc.); b) alterações na base técnica da produção (utilização de máquinas e insumos industriais); c) processo de concentração fundiária; d) mudanças nas relações de trabalho (tendência à incorporação do trabalho assalariado); e) articulação dos produtores rurais com as cooperativas e as agroindústrias; com o sistema bancário; com organismos de assistência técnica especializada; com representantes de indústrias de máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos, etc. (HESPANHOL, 1990, p. 77-78).

No Paraná o processo de modernização das técnicas de produção adentrou com vigor a partir da década de 1970 e foi desencadeado pela incorporação do binômio soja/trigo em Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Paranaíba e Cambé. A tabela 4 apresenta os indicadores da modernização da agricultura entre 1970 e 1985. A delimitação do período tem como objetivo demonstrar o marco histórico da entrada de um novo modelo agrícola no campo paranaense.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Tabela 4 - Indicadores da modernização da agricultura no Paraná

INDICADORES	1970	1985
Arados – Tração animal	283.215	306.617
Arados – Tração Mecânica	18.883	97.570
Área média por trator (há)	785	165
Área irrigada (há)	9.176	31.477
Consumo de energia elétrica – mil kwk	34.286	396.996
Consumo de óleo diesel – mil l.	40.831	332.523
Estabelecimento com uso de fertilizantes	89.828	248.166
Estabelecimento com uso de força mecânica	16.285	203.490
Máquinas de plantio e colheita	---	96.607
Tratores	18.619	100.919

Fonte: MORO (1998), adaptado pelo autor.

--- Informação não disponível

Em um período de apenas quinze anos, conforme retratado na tabela, o consumo de energia elétrica aumentou em mais de dez vezes, o de óleo diesel em oito vezes e o número de tratores foi ampliado em mais de cinco vezes. Com a modernização as culturas cultivadas também sofreram profundas alterações. A tabela 5 apresenta as principais culturas produzidas no Estado.

Tabela 5 - Principais culturas em toneladas no Paraná 1970-2012

Culturas	1970	1985	1996	2006	2012
Algodão	397.063	846.682	267.433	20.384	1.096
Arroz	375.605	186.785	142.068	94.883	177.841
Feijão	457.096	412.460	381.793	488.726	700.371
Mandioca	3.426.388	4.150.534	1.437.760	2.846.420	3.869.080
Milho	1.016.609	930.207	6.597.903	9.195.417	16.515.836
Soja	411.641	4.161.322	6.046.293	8.402.609	10.924.321
Trigo	205.325	2.366.997	849.695	948.179	2.098.673
Café	116.898	230.000	109.470	163.532	90.520
Cana-de-açúcar	1.686.254	10.373.983	18.442.306	22.177.003	47.940.989

Fonte: IBGE (1970, 1985, 1996, 2006) – Censos agropecuários. IBGE SIDRA (2012).

A partir de 1970 o café deixou de ser a principal cultura no Paraná e o arroz perdeu importância na produção, já o feijão e a mandioca - destinados para abastecer o mercado interno - sofreram com a oscilação. Na década de 1980 o algodão ganhou destaque, porém nas décadas seguintes sofreu significativa redução. O cultivo da soja, do trigo e da cana-de-açúcar cresceram impulsionados pelos incentivos oferecidos. Na década de 1990, o binômio soja/trigo foi substituído pelo binômio soja/milho. A produção de trigo voltou a crescer a partir de 2006. Em 2012 o Paraná ficou em segundo lugar na produção nacional com destaque para os cultivos de cana-de-açúcar, milho e soja.

A concentração fundiária - reforçada pela modernização - continuou a ser uma marca do espaço rural paranaense. Os dados estão alocados na tabela 6. No período entre 1970 e 2006 a pequena propriedade com até 10 ha. sofreu redução de 132.759 estabelecimentos, enquanto as propriedades entre 100 e 1.000 ha. aumentaram em 7.955 estabelecimentos.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários

Área (ha)	1970	Part.%	1985	Part. %
0 – 10 ha.	298.272	53,3	229.015	49,1
10 – 100 ha.	240.936	43,5	212.247	45,5
100 – 1.000 ha.	17.158	3,1	23.425	5,0
+ de 1.000 ha.	1.087	0,2	1.548	0,3
Não declarado	35	0,0	162	0,0
Total	554.488	100,0	466.397	100,0

Área (ha)	1996	Part.%	2006	Part.%
0 – 10 ha.	154.620	41,8	165.513	44,6
10 – 100 ha.	188.305	50,9	170.403	45,9
100 – 1.000 ha.	25.435	6,9	25.113	6,8
+ de 1.000 ha.	1.450	0,4	1.191	0,3
Não declarado	68	0,0	8.832	2,5
Total	369.875	100,0	371.051	100,0

Fonte: IBGE – Censos agropecuários *apud* IPARDES (2009). Adaptado pelo autor.

O aumento no número total de estabelecimentos no período entre 1996 e 2006, não significou que a concentração fundiária tenha diminuído. Pelo contrário, continuou aumentando conforme análise realizada por Cintra *et al.* (2009):

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

[...] é importante colocar que os resultados do Censo apontam para a continuidade do movimento de concentração fundiária. Tanto é assim que as unidades com menos de 10 hectares respondiam por 4,7% da área total dos estabelecimentos em 2006, abaixo da participação de 5,0% referente a 1996. Da mesma maneira, constata-se declínio da representatividade da faixa que abrange as propriedades de 10 a menos de 100 hectares, passando de um peso relativo de 33,9% em 1996, para 31,3% em 2006. (CINTRA *et al*, 2009, p. 04).

Um problema detectado no censo agropecuário de 2006 foi o elevado número de estabelecimentos que não declararam a sua área (2,5%), o que prejudica a análise, pois pode esconder ainda mais a concentração de terra nas mãos de poucos. A área dos estabelecimentos está disponível na tabela 7.

Tabela 7 – Área dos estabelecimentos agropecuários no Estado do Paraná 1970-2006

Área (ha)	1970 (área ha)	Part.%	1985 (área ha)	Part.%
0 – 10 ha	1.575.025	10,8	1.129.366	6,8
10 – 100 ha	6.097.371	41,7	5.843.783	35,0
100 – 1.000 ha	4.220.751	28,9	6.017.690	36,0
+ de 1.000 ha	2.715.563	18,6	3.704.890	22,2
Total	14.608.710	100,0	16.695.729	100,0

Área (ha)	1996 (área ha)	Part.%	2006 (área ha)	Part.%
0 – 10 ha	792.119	5,0	725.549	4,7
10 – 100 ha	5.405.907	33,9	4.791.744	31,3
100 – 1.000 ha	6.550.666	41,1	6.814.290	44,6
+ de 1.000 ha	3.197.940	20,1	2.954.951	19,3
Total	15.946.632	100,0	15.286.534	100,0

Fonte: IBGE Censos agropecuários apud IPARDES (2009). Adaptado pelo autor

Como resultado da concentração fundiária o índice de Gini referente à distribuição da terra atingiu 0,770 em 2006, maior que os 0,741 de 1996, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é a concentração (CINTRA *et al*, 2009). Lembrando que o índice era de 0,657 em 1970. (ALEGRE, 2002).

Segundo Graziano da Silva (1982, p. 40), o que se viu no campo brasileiro foi uma modernização conservadora que privilegiou algumas regiões e culturas, bem como as médias e grandes propriedades. “Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado.”

O processo conduziu a subordinação e alienação dos próprios agricultores aos interesses das grandes corporações internacionais. Visto que é o mercado internacional controlado por poucos e poderosos grupos quem decide o que será plantado, os insumos utilizados para a plantação, o preço final (o preço da soja, por exemplo, é estipulado pela bolsa de Chicago nos Estados Unidos da América) e o comprador.

A modernização não ocorreu de forma homogênea no tempo e no espaço. Foi gradativamente se expandido pelo território paranaense impulsionada pelos interesses do Estado e do capital. O norte e o oeste são os primeiros a sentir com mais intensidade o processo modernizador, posteriormente, outras regiões, conforme as suas especificidades vão se inserindo no modelo.

Dentro dessa ótica Hespanhol (1990), analisou que as regiões Norte e Oeste do Paraná apresentavam produtores rurais melhor capitalizados e mais integrados ao mercado, o que somado com as vantagens naturais do solo e do relevo permitiu o pioneirismo no processo modernizador. Os antigos latifúndios presentes no Paraná Tradicional retardaram a penetração da modernização, porém gradualmente se inseriram.

A prioridade foi para os espaços capitalizados com solos férteis e relevos adequados para a mecanização (platôs suavemente ondulados). Nos espaços onde o relevo é caracterizado por elevadas declividades ainda estão presentes propriedades de subsistência ou com pouca integração no mercado.

No caso do Sudoeste do Paraná a modernização da agricultura ocorreu a partir da propriedade familiar. De acordo com os estudos realizados por Santos e Saquet (2010):

Geralmente, a ideia de modernização da agricultura está associada a áreas com predomínio de grandes propriedades e com relevo plano que facilitam o deslocamento das grandes máquinas, símbolos da modernização: tratores e colheitadeiras. No Sudoeste do Paraná, essas não são características predominantes, todavia, a modernização agrícola tem se efetivado, especialmente, a partir do cultivo da soja [...]. (SANTOS; SAQUET, 2010, p. 207).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

O processo de modernização no Sudoeste, por questões próprias e peculiares, não alterou significativamente a estrutura fundiária que permanece marcada por pequenos estabelecimentos familiares com o uso de mão-de-obra com laços de parentesco com o produtor. A propriedade familiar passou a absorver de forma plena ou parcial o pacote modernizador. Assim:

Há uma conjugação de tempos lentos e rápidos, conforme as condições materiais e imateriais de cada agricultor. Tempo lento do movimento do arado à tração animal, do carro de bois, do cultivo de subsistência; tempo rápido da plantadeira mecânica, da colheitadeira, do pulverizador e do trator. Nem todos são envolvidos pela modernização agrícola ao mesmo tempo; os que são, não o são com a mesma intensidade e velocidade. (SANTOS; SAQUET, 2010, p. 206).

Mesmo levando em consideração as particularidades regionais do Sudoeste, com a implantação do novo pacote tecnológico ocorreu sensível redução do número de pessoas ocupadas no campo (em 1996 eram 159.560, em 2006 passou para 127.450), aumento no uso de tratores e redução do número de estabelecimentos agropecuários (em 1996 eram 47.277, em 2006 passou para 44.632 estabelecimentos).

A região Noroeste paranaense também não incorporou o pacote tecnológico modernizador como ocorreu em outras regiões. Os solos oriundos do arenito Caiuá sofreram com a erosão e o esgotamento e a substituição do café se deu pela ampliação das pastagens extensivas, desarticulando a estrutura fundiária marcada pela presença de pequenos estabelecimentos.

As áreas de solos argilosos passaram pelo processo [modernização da agricultura], porém os solos resultantes do arenito Caiuá, de forma geral, tiveram como opção imediata a pecuária extensiva. Observando essa área, na porção mais a noroeste da região, não há como explicar que o café foi retirado por causa da modernização da agricultura. Nessa área, a modernização da agricultura acontece lentamente, com tentativas relacionadas a vários produtos e cultivos (sericicultura, avicultura, fruticultura etc.), moldando pequenas ilhas de agricultura em meio à pecuária extensiva. (ENDLICH, 2009, p. 100).

No Noroeste o café cedeu lugar à pecuária extensiva que se tornou a principal atividade econômica pós 1970. Em menor escala estão às culturas de citrus e de mandioca. Recentemente a cana-de-açúcar vem se expandindo. A entrada da cana ocorreu a partir da década de 1980, após a criação do Programa Nacional do Alcool.

As políticas do governo federal voltadas para a produção do Etanol e o desenvolvimento da tecnologia de motores flex estimularam a construção de novas usinas e destilarias. A instalação de novas agroindústrias do ramo sucroalcoolerio está impulsionando o plantio de cana nos municípios sedes ou próximos das usinas/destilarias. (RIBEIRO, 2011).

A discussão apresentada evidenciou as profundas transformações verificadas no espaço rural com o processo de modernização da base técnica. As novas técnicas de produção promoveram modificações estruturais no campo, como a redução das pequenas propriedades, o êxodo rural e a substituição de culturas; fatores estes que estão inter-relacionados com industrialização. Não podemos deixar de mencionar que as transformações também foram irradiadas para as cidades, se estabelecendo novas relações entre cidade e campo, entre urbano e rural⁷.

A disparidade espacial do processo de industrialização

O processo de industrialização no Brasil ganhou impulso a partir da década de 1930. Contudo é somente na década de 1950, com o apoio e orientação do Estado que ocorreu sua efetivação. Nas palavras de Suzigan (1988), o desenvolvimento industrial foi limitado nos anos 30, onde o crescimento da produção industrial estava relacionado com o desempenho do setor agrícola-exportador. Na década de 1940, o Estado investiu diretamente em algumas indústrias (siderurgia, mineração, álcalis) e na produção de motores pesados. Nos anos 50 o Estado passou a atuar ativamente na estruturação do setor industrial a partir da articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado. A consolidação da industrialização se deu a partir da constituição de uma burguesia industrial. Para Francisco de Oliveira (1977):

⁷ A temática exposta é tratada com propriedade em SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

[...] é que havia surgido, se consolidado pela expansão, uma burguesia industrial cujos interesses de reprodução do seu capital, de forma geral, não podia mais ser confundidos com a forma de reprodução do capital controlado pelas oligarquias, e que, por isso mesmo, havia capturado o Estado, levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujos objetivos eram o reforço da acumulação industrial e cujos resultados, em grau surpreendente, corresponderam aqueles objetivos. (OLIVEIRA, 1977, p. 83).

Para atingir os objetivos estabelecidos foi criada uma nova tarifa aduaneira protecionista, o controle do mercado de câmbio e taxas de câmbio diferenciadas, créditos bancários e a criação em 1952 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, que viria a ser a principal agência pública de financiamento industrial. O BNDE financiou as indústrias de base (especialmente siderúrgicas) e a implantação de infraestrutura (energia e transportes). Nos anos 60 passou a financiar o investimento privado voltado para as indústrias de transformação. O resultado foi a substituição das importações de insumos básicos, máquinas, equipamentos, automóveis e eletrodomésticos. (SUZIGAN, 1988).

No Paraná o começo da industrialização esteve diretamente ligado ao impulso econômico gerado pela expansão da cafeicultura ocorrida a partir da segunda metade da década de 1940, uma vez que parte dos recursos provenientes da produção do café foram canalizados para o financiamento da infraestrutura que tornou possível a industrialização (TRINTIN, 2006).

A indústria paranaense - que estava estagnada até a primeira metade da década de 1940 - recebeu significativo impulso com os recursos gerados pela cafeicultura. No entanto, é necessário esclarecer que até 1960, a estrutura produtiva ainda era pequena e marcada pelo predomínio da produção de poucos gêneros. As principais atividades estavam embasadas no beneficiamento da madeira e na produção de alimentos que respondiam por 63,64% do valor da transformação industrial. A participação paranaense no total nacional era de 3,0%, estando concentrada nas seguintes microrregiões: Curitiba (34,66%), Londrina (12,37%), Ponta Grossa (8,76%) e Maringá (5,81%).

O cenário apresentado começou a ser alterado a partir da primeira metade da década de 1960, quando foi verificado maior impulso e incentivo por parte do governo do Paraná para a construção da infraestrutura necessária e das condições de financiamento para desencadear o processo

industrial. Lourenço (2009) esclareceu que a industrialização esteve embasada:

[...] na década de 1960, durante o primeiro governo Ney Braga, marcado pela montagem da infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, porto marítimo, rede de telecomunicações, energia elétrica e armazenagem pública), sustentada na atuação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da Companhia de desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), instituída por intermédio da Lei nº 4.529, de 1962. [...] na primeira metade dos anos 70, ancorado na modernização agrícola (com a introdução da soja e do trigo) e agroindustrial, e na implantação de um pólo cimenteiro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). [...] no segundo quinquênio dos anos 70, com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo de Araucária. (LOURENÇO, 2009, p. 61-62).

A mudança é explicada em virtude do retorno no crescimento econômico nacional e da possibilidade de articulação dentro da divisão do trabalho no espaço brasileiro. A economia paranaense contou com os investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional. Foi através do II PND⁸, no governo Geisel, no segundo quinquênio dos anos 1970, que ocorreu a diversificação agroindustrial e a implantação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC, permitindo ao Paraná reproduzir parte da desconcentração industrial vivida pelo país (IPARDES, 2005).

A década de 70 representa para o Paraná o marco das grandes transformações. Essas mudanças são oriundas de dois grandes movimentos, distintos e ao mesmo tempo complementares, ligados ao movimento de maior integração da

⁸ O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi, conforme Mantega (1997), “provavelmente o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícias no país, e que transformou significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um pólo de insumos básicos e de bens de capital (p. 3) [...] os segmentos econômicos eleitos pelo II PND foram alvo de um conjunto de privilégios que compreenderam desde tarifas alfandegárias mais elevadas para a importação de produtos concorrentes do exterior, até linhas especiais de financiamento do BNDE com taxas de juros que se revelariam irrisórias (p. 35) [...] o II PND gerou uma estrutura industrial muito mais integrada e dotada de uma dinâmica intersetorial complementar, que reduziu a dependência da economia brasileira dos centros capitalistas hegemônicos (p. 35).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

economia nacional. O primeiro resultou da política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, cabendo ao Sul do país papel relevante nesse processo. O segundo decorreu de um movimento mais geral de integração do mercado nacional, com conseqüente desconcentração da produção industrial, fortemente ancorada nos investimentos públicos, seguidos de um movimento de espraiamento da economia industrial paulista. (TRINTIN, 2006, p. 88, grifo nosso).

A necessidade de integrar o mercado nacional fez o governo brasileiro estimular a descentralização industrial. No Paraná o fato se deu no sentido de complementação do pólo industrial de São Paulo, haja vista que não era possível concorrer com a densa estrutura produtiva paulista. Assim, a indústria paranaense foi estruturada com base na potencialidade produtiva do setor primário, complementando as demandas do estado vizinho.

Dentro dessa nova lógica produtiva ocorreu forte surto de industrialização na região de Curitiba. Para Singer (1980), as cidades que se industrializaram são, na maioria das vezes, as que já tinham significativa expressão urbana por terem sido importantes centros comerciais. Esses centros possuíam parte dos serviços e da infraestrutura necessária. Com a industrialização ampliam-se os setores já existentes e surgem novos serviços como educação, pesquisa científica, governamentais, finanças, contabilidade, entre outros.

Desta forma, o processo de industrialização se desenvolveu sobre os espaços que já apresentavam as condições básicas para a instalação. No caso paranaense recai em maior escala sobre Curitiba e o Norte Central, visto que os mesmos já atuavam como importantes centros urbanos. A cidade de Curitiba foi a mais beneficiada por ser a capital do Paraná, concentrar recursos e investimentos, possuir infraestrutura prévia (rodovias, ferrovias, energia, etc.) proximidade com a cidade de São Paulo e com o porto de Paranaguá (estratégico para as importações e exportações). Já no Norte Central foi motivado pelo crescimento econômico desencadeado pelo café e por ser o mais importante centro comercial e de prestação de serviços do interior. As vantagens competitivas oferecidas por Curitiba foram decisivas para a construção da cidade industrial.

A criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973, é o marco inicial do processo de industrialização da região metropolitana de Curitiba. Antes do advento da CIC, a capital do Estado já abrigava algumas indústrias, mas nada que fosse

bastante significativo na balança econômica paranaense, pois, até este período, a atividade predominante era a agricultura, com ênfase no cultivo do café. (TAVARES, 2005, p. 36).

A criação da CIC estimulou e incentivou a industrialização. A participação do poder público municipal foi significativa. A prefeitura ofereceu benefícios para as indústrias se instalarem em Curitiba através da isenção de impostos prediais e de serviços, inseridos dentro de um contexto nacional de atração de investimentos para o país.

A instalação da refinaria de petróleo em Araucária, na região metropolitana, também contribuiu para o desenvolvimento do pólo industrial. O crescimento do setor secundário foi reflexo de políticas praticadas em nível nacional, estadual e municipal. A criação da CIC é um marco das transformações produtivas verificadas no Paraná. Fresca (2008) também confirma a importância da CIC como potencializadora do crescimento do setor secundário.

O processo de industrialização até o final dos anos 1970 foi importante para o Brasil e para o Paraná, porém é válida a crítica elaborada por Suzigan (1988):

Acima de tudo, o desenvolvimento industrial brasileiro se ressentiu: 1) de melhor articulação com uma política agrícola que promovesse, sobretudo o crescimento da produção de alimentos básicos, de modo a viabilizar o crescimento econômico com ganhos de salário real e incorporação ao mercado de contingentes populacionais marginalizados; 2) de melhor articulação setorial, de modo a evitar o atraso relativo de alguns setores, a heterogeneidade tecnológica e as substanciais diferenças nos níveis de produtividade; 3) do desenvolvimento de um sistema financeiro privado capaz de mobilizar recursos para créditos de longo prazo para investimentos, até hoje dependentes das agências públicas de fomento; 4) de melhor articulação social, que promovesse melhor distribuição de renda e maior acesso das camadas mais baixas de renda ao mercado e a serviços sociais básicos como educação, saúde e habitação. (SUZIGAN, 1988, p. 11).

Os fatores analisados pelo autor permitem compreender as lacunas no processo de industrialização brasileiro no período avaliado. Outro aspecto que deve ser realçado foram os baixos investimentos em ciência e tecnologia. Enquanto os países desenvolvidos do norte (Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Inglaterra, Japão, entre outros), e os países asiáticos em

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

ascensão (China, Coréia do Sul, Índia, etc.) investiram no desenvolvimento de novas tecnologias para a produção industrial, comunicações, transportes, informática, energia, robótica e saúde; o Brasil pouco se preocupou em estabelecer uma política de médio e longo prazo direcionada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

No decurso dos anos 1980, a desconcentração industrial foi quase paralisada devido à redução no crescimento nacional. A situação econômica se agravou de tal forma que a década de 1980 passou a ser adjectivada de “década perdida” (FRESCA, 2008). As taxas médias de crescimento do PIB brasileiro passaram de 8,63% no período entre 1971-1980, para 1,57% no período entre 1981-1990 (SILVA; SILVA, 2009). A redução do PIB esteve vinculada ao imenso crescimento da dívida externa que o país havia adquirido em razão da elevação nas taxas de juros, que durante os anos 1980 chegou a comprometer mais de um terço do Produto Nacional Bruto - PNB. (OLIVEIRA, 2000).

Após o segundo choque do petróleo em 1979, ocorreu à elevação das taxas de juros no mercado internacional. A situação de balanço de pagamento se deteriorou e o estrangulamento externo impôs-se como restrição macroeconômica ao crescimento. A realização de saldos comerciais para o pagamento da dívida externa foi o principal objetivo da política econômica. O Estado não somente deixou de orientar com também retardou o desenvolvimento industrial através de cortes nos investimentos públicos e privados e a redução na incorporação técnica.

A partir de meados da década de 1990 ocorreu a retomada do crescimento econômico brasileiro. As taxas médias de crescimento do PIB atingiram 2,54% entre 1991-2000 e 3,57% entre 2001-2008 (SILVA; SILVA, 2009). No ano de 2010 o PIB brasileiro cresceu 7,5% (IBGE, 2011). Porém, no ano de 2011 cresceu 2,7% e em 2012 cresceu apenas 0,9% (IBGE, 2013), refletindo a crise internacional. A oscilação no crescimento do PIB não impediu a expansão industrial no Paraná.

Nos anos 1990 uma nova onda de industrialização atingiu o Paraná marcado pela instalação no Distrito Industrial de São José dos Pinhais das montadoras de automóveis Renault (francesa), Chrysler⁹ (norte-americana) e Audi/Volkswagen (alemã). Os eixos formados através da BR-277 fazendo a ligação com Paranaguá, e a BR-376 em direção ao sul do país contribuiriam e impulsionaram a expansão industrial (TAVARES, 2005).

⁹ A montadora de veículos norte-americana Chrysler encerrou suas atividades no Paraná em 2001.

Segundo o IPARDES (2005, p. 25): “[...] o Estado do Paraná utilizou um conjunto de atrativos formados por localização geográfica privilegiada, estoque adequado de infraestrutura e mecanismos institucionais para a viabilização da expansão e implantação de indústrias.” Sobre a temática Lourenço (2009) afirmou que:

A presente reorientação na base da economia paranaense está ancorada em seis vetores estreitamente articulados: a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas); a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero; a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul; o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais, a retaguarda infraestrutural, sobretudo na área de ciência e tecnologia, e na otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações; e a implementação do pólo automobilístico na RMC. (LOURENÇO, 2009, p. 62).

A nova onda de industrialização possibilitou o crescimento, a diversificação e o aprofundamento da modernização tecnológica do parque industrial. O que traz consigo a concentração da produção nas mãos das grandes corporações. Para atrair novas indústrias o governo paranaense fez uso de uma série de estímulos fiscais, financeiros e físicos. Singer (1980), explicou da seguinte forma o processo de modernização tecnológica e de concentração de capital:

O progresso técnico e a concentração do capital são duas tendências que se alimentam mutuamente. O progresso técnico requer escalas cada vez mais amplas de produção, proporcionando deste modo vantagens às empresas maiores. Estas, por sua vez, tratam de acelerar ao máximo o progresso tecnológico, na medida em que uma oferta abundante de capital (proporcionada pelo subsidiamento estatal e/ou pelo aperfeiçoamento do sistema financeiro) torna economicamente vantajosa a substituição de trabalho por capital. É inegável que a concentração do capital é uma condição necessária ao progresso tecnológico, mas é inegável também que o quadro institucional apropriado à industrialização capitalista leva a uma concentração do capital ainda muito maior, ao favorecer uma acumulação do capital em escala geométrica dentro das empresas e ao permitir que, nos períodos de baixa conjuntural, as empresas maiores

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

absorvam um grande número de empresas médias e pequenas. (SINGER, 1980, p. 220-221).

A concentração de capital nas mãos de poucos e fortes grupos, especialmente os de origem internacional, é uma das características do capitalismo atual marcado pela elevada integração dos mercados em virtude dos progressos técnicos verificados nos últimos anos. No Paraná o capital industrial foi se concentrando cada vez mais na região de Curitiba. O crescimento possibilitou sua internacionalização.

De acordo com Firkowski (2004, 2009) o processo de internacionalização que vem ocorrendo a partir de 1990 está relacionado com as novas funções metropolitanas destinadas ao atendimento da demanda das empresas, principalmente de capital internacional. A autora destaca os novos conteúdos que passaram a se materializar no espaço, enfatizando o setor hoteleiro, *shopping centers*, os hipermercados, publicidade e propaganda, moda, bancos, serviços especializados para empresas e os serviços corporativos.

Na dimensão interurbana, Curitiba passou a se destacar como uma metrópole capaz de atrair importantes investimentos diretos, tanto em relação às indústrias como ao comércio e serviços, o que é um indicativo de que a mesma mudou sua participação na rede urbana, **sendo atrativa para os investimentos que se deslocam pelo mundo e que buscam se fixar nas cidades que têm importante papel no cenário.** (FIRKOWSKI, 2004, p. 105, grifo nosso).

Ao atuar como metrópole capaz de atrair investimentos nacionais e internacionais nos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços, Curitiba também atrai população que procura emprego e renda. Dessa forma, a metrópole, bem como outras cidades localizadas no seu entorno passaram a concentrar a maior parcela da população paranaense. Singer (1980) expõe densa análise sobre a concentração espacial regional e seus problemas:

Como a concentração espacial de atividades que resulta da industrialização capitalista é, via de regra, muito maior do que a exigida pela tecnologia industrial, os esforços em prol do “desenvolvimento regional” são, em princípio, economicamente viáveis. Reproduz-se, no entanto, neste caso, nas novas áreas favorecidas, o mesmo fenômeno de concentração espacial urbana

acarretado pela industrialização capitalista no plano nacional. A grande maioria das novas atividades produtivas, suscitadas pelas medidas de “desenvolvimento regional” acaba se localizando em uma ou duas áreas urbanas, desviando para estas os fluxos migratórios provocados por fatores de estagnação que antes se dirigiam, diretamente ou por etapas, aos grandes centros nacionais. (SINGER, 1980, p. 225).

O problema está no fato de que o desenvolvimento regional, que é concebido com o objetivo de reduzir as migrações internas, acabou por intensificá-las. Cada novo pólo de desenvolvimento construído encurta a distância das migrações. No caso do Paraná a industrialização em Curitiba apenas modificou o predomínio dos fluxos migratórios que deixaram de ser para São Paulo e foram canalizadas para a capital paranaense e as cidades localizadas no seu entorno.

Porém, mesmo o planejamento e os intensos investimentos que a Região Metropolitana de Curitiba recebeu não foram capazes de minimizar as desigualdades sociais, “Ao contrário, o processo de planejamento fez aprofundar as diferenças sociais, na medida em que valorizou o solo urbano e, conseqüentemente, restringiu o acesso de certos segmentos sociais.” (FIRKOWSKI, 2009, p. 53).

O Paraná tem na Região Metropolitana de Curitiba o maior centro industrial, comercial e de prestação de serviços do Estado, no entanto, a flexibilização produtiva abriu espaço para o espraiamento da atividade industrial para outros locais. Algumas cidades do interior passaram a desempenhar significativo papel no desenvolvimento industrial, seja através de iniciativas locais ou a partir da atração dos excedentes de capital aplicados com a intenção de reprodução ampliada. Cabe apontar os Arranjos Produtivos Locais - APLs, que compõem um conjunto de empresas com a mesma especialização produtiva e localizados em um mesmo espaço geográfico. As empresas mantem vínculos de interação, cooperação e articulação e procuram formar um grupo articulado.

No Paraná atuam 16 APLs (SEBRAE, 2011), assim distribuídas: Apucarana (Bonés) - é referencia neste setor e responsável por 50% da produção nacional, são cerca de 200 empresas com mais 10.000 empregados; Arapongas (Móveis) - abrange Arapongas, Apucarana, Cambé, Rolândia e Sabáudia, é o segundo pólo moveleiro do Brasil e conta com 576 indústrias; Campo Largo (Louças e porcelanas) - são aproximadamente 140 empresas com mais de 2.200 funcionários; Campo Mourão (Instrumento médicos e odontológicos) - atua nas áreas

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

odontológicas e produção de insumos médico-hospitalares, é referencia no Brasil; Cascavel (Máquinas, equipamentos e implementos agrícolas do Oeste do Paraná) - abrange Cascavel, Toledo e Palotina e possui mais de 100 empresas atuando na produção de silos, colheitadeiras, plantadeiras e máquinas de pré-limpeza; Cianorte/Maringá (Confecções) - são cerca de 1.650 empresas que geram 20.000 empregos diretos e indiretos; Curitiba (Software) - produtos e aplicações em informática; Curitiba (Instrumentos médico-Hospitalares); Imbituva (Malhas) - aproximadamente 60 empresas; Loanda (Metais sanitários) - abrange Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e São Pedro do Paraná, conta com 34 empresas que geram 2.200 empregos diretos e cerca de 3.000 indiretos; Londrina (Vestuário) - cerca de 430 empresas e 12.000 empregos gerados; Londrina (Software) - mais de 110 empresas; Maringá (Software); Paranavaí (Mandioca) - abrange Terra Rica, Amaporã, Nova Londrina, Querência do Norte, Loanda e Mirador, são 80 empresas e 15.000 empregos; Ponta Grossa (Móveis de metal e sistemas de armazenamento e logística); Região Metropolitana de Curitiba (Cal e Calcário); Rio Negro (Móveis e Madeira) - abrange Campo do Tenente, Quitandinha, Lapa, Mandirituba e Agudos do Sul; Terra Roxa (Moda Bebê) - são 48 empresas especializadas na produção de roupas para bebês; União da Vitória (Esquadria e Madeira); Sudoeste do Paraná (Confecções); Sudoeste do Paraná (Móveis); Sudoeste do Paraná (Alumínio) e Sudoeste do Paraná (Software).

Mesmo com a tentativa de desconcentração industrial e com a expansão da agroindústria no interior do estado, ainda é preocupante a concentração das atividades em um número reduzido de municípios. A concentração é confirmada ao se verificar a distribuição do Valor Adicionado Fiscal Indústria - VAFI 2010. A Mesorregião Metropolitana de Curitiba deteve 56,18%, seguida da Norte-Central com 11,99%, Oeste com 9,46%, Centro-Oriental com 7,28%, Sudoeste com 4,66%, Noroeste com 3,50%, Centro-Sul com 2,04%, Norte Pioneiro 2,01%, Sudoeste com 1,88% e Centro-Occidental com apenas 0,98% (IPARDES, 2012).

No ano de 2010 os dez municípios mais dinâmicos do Paraná concentravam 58,39% do PIB, estando assim distribuídos: Curitiba 24,40%, São José dos Pinhais 6,30%, Araucária 5,69%, Londrina 4,57%, Maringá 3,80%, Paranaguá 3,31%, Foz do Iguaçu 3,11%, Ponta Grossa 2,75%, Cascavel 2,39% e Pinhais 2,07%. Os demais 389 municípios apresentavam menos da metade do PIB. (IBGE, IPARDES, 2012).

Analisando os principais investimentos no setor industrial no Paraná, publicados pelo IPARDES nos Destaques Econômicos entre 2011 e

2012, percebemos que os maiores capitais foram direcionados para a Região Metropolitana de Curitiba e para Ponta Grossa.

Os destaques na Região Metropolitana de Curitiba foram: Fazenda Rio Grande - Sumitomo (pneus); Campo Largo - Sig Combibloc (embalagens para alimentos); Curitiba - Electrolux (eletrodomésticos), Leax (autopeças), Peróxidos do Brasil (peróxido de hidrogênio), Volvo (motor e câmbio), CNH (divisão do grupo FIAT controladora das marcas Case e New Holland), Megawere (computadores), Cavo e Grupo Solvi (fabricante de reciclagem), Spaipa (bebidas), Visum (produtos eletrônicos) e Eismann (alimentos); São José dos Pinhais - MVC (compostos plásticos), Tremec (caixas de câmbio), Brose (componentes automotivos), Mondragon (peças plásticas para automóveis) e O Boticário (cosméticos e perfumes).

Em Ponta Grossa: Cimpor (cimento e clínquer), B O Packaging (embalagens), THK (material para indústria de veículos), Paccar (fabricante de caminhões), Ambev (bebidas), Continental (pneus), Winner (produtos químicos), Tetra Park (embalagens).

Outros destaques no interior foram: Unifrango (abatedouro) em Apucarana; San Disk (memórias para computadores) em Londrina; Spaipa (bebidas) em Maringá; Margem Cimentos (cimentos) em Adrianópolis; Cocari em Mandaguari; Movix (GPS) e GX – Audio (componentes eletrônicos) em Pato Branco; Arauco (painéis de madeira) em Jaguariaíva; Klabin (produção de celulose) em Ortigueira; Copacol (esmagamento de soja) em Cafelandia; Cotriguaçu (agroindústria) Cascavel; BR Frango (abatedouro) Santo Inácio; Coamo (agroindústria) Campo Mourão; Kürten Madeiras e Probel Colchões (madeira e colchões) em Palmeira.

A mobilidade da população

A mobilidade da população é um tema relevante para a compreensão das novas dinâmicas e produção do espaço no Paraná. No estudo de Rocha (1998), encontramos a complexidade do termo mobilidade humana, que segundo o autor se desdobra em mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social:

- a) *mobilidade física*, que se subdivide em macromobilidade física e micromobilidade física, são mobilidades horizontais, ou seja, se reproduzem no espaço concreto, físico apresentando um perfil histórico-geográfico. Funda-se nos estudos migratórios a partir de

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

uma avaliação histórica de tais fluxos. [...] b) *mobilidade centrada no trabalho*; esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. [...] Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado e; c) *mobilidade social*; entendida como mobilidade vertical, trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais. Aqui a fonte de reflexão parte de sociólogos marxistas que, a partir da crítica à escola de estratificação social de cunho funcionalista, constroem um referencial teórico para tratar esta questão. (ROCHA, 1998, p. 14-15, grifo do autor).

A mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social estão imbricadas e atuam em conjunto. Nessa etapa vamos destacar os fluxos migratórios interestaduais e intra-estaduais efetuados a partir da década de 1970, motivados pela modernização da agricultura, urbanização e industrialização.

A mobilidade da população geralmente é estimulada por ações políticas e econômicas. Segundo Singer (1980), para que ocorra a mobilidade é necessário à existência de fatores de atração e de fatores de expulsão. Sobre os fatores de atração:

Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida estas não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. (SINGER, 1980, p. 226).

Com relação aos fatores de atração a demanda por força de trabalho na indústria (especialmente nas cidades dinâmicas), no comércio e nos serviços são as principais causas da atração populacional exercida por algumas cidades. Podemos dizer que quanto mais desenvolvido e complexo for o setor secundário e o terciário maior será a atração populacional exercida. Ainda para o autor, agora sobre os fatores de expulsão:

O número de migrantes que contribui para expandir a oferta de força de trabalho urbano depende, predominantemente, dos fatores de expulsão: os fatores de mudança criam uma espécie de desemprego tecnológico na área rural, sendo a dimensão deste desemprego uma função do aumento da produtividade do trabalho agrícola e da sua especialização, ao passo que os fatores de estagnação produzem um fluxo de emigração cujo volume depende da taxa de crescimento vegetativo da população em economia de subsistência em confronto com a sua disponibilidade de terra. (SINGER, 1980, p. 227).

Mesmo que o principal fator de expulsão de população nas áreas rurais a partir de 1970, esteja ligado às profundas mudanças tecnológicas, não podemos desconsiderar os fatores de estagnação. Pois a pressão exercida pelo crescimento populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis e a incapacidade dos produtores de subsistência de elevarem a produtividade da terra e da renda também contribuíram para a migração com destino a cidade.

As migrações devem ser entendidas como um processo social e são inúmeras vezes forçadas. Porém, não podemos desconsiderar a migração que ocorre por vontade própria do sujeito motivado por questões pessoais. Sobre a mobilidade forçada Gaudemar (1977), explicou que é uma característica do capitalismo contemporâneo:

São impostos, a maior parte das vezes, o êxodo rural e a proletarianização dos camponeses por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai. São impostos, a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e às formações profissionais por um sistema que considera os homens apenas como instrumentos de valorização do capital. (GAUDEMAR, 1977, p. 31-2).

A mobilidade da força de trabalho foi introduzida pelo capitalismo “como condição de exercício da sua «liberdade» de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). No capitalismo o trabalhador dispõe da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vendê-la. Desta forma, interessa ao capital que o trabalhador seja “livre”. Livre para se sujeitar às condições e necessidades do capital.

Com relação ao Paraná, até o ano de 1970 ocorreu atração de população em razão da ocupação das terras para a agricultura e a utilização

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

de grandes quantidades de trabalho braçal. “Por três décadas consecutivas (entre 1940 e 1970), o ritmo de expansão da população paranaense suplantou em muito a média nacional, garantindo uma elevação substancial nos índices de participação da população estadual no total do contingente.” (MAGALHÃES; KLEINKE, 2000, p. 29). Entre 1950/60 o saldo migratório paranaense foi de 1.329.272 habitantes e entre 1960/1970 foi de 886.345 habitantes.

A partir da década de 1970 ocorreu elevada mobilidade em direção a São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Curitiba. A mobilidade foi motivada pela nova configuração economia do espaço rural paranaense, pela incapacidade dos pequenos centros urbanos locais em absorver a população que deixou o campo, pela formação de uma nova fronteira agropecuária nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, pela necessidade de trabalhadores operários e formação de um exército de reserva para a indústria em crescimento nas cidades dinâmicas. Conforme Magalhães e Kleinke (2000), no período entre 1970/1980 o saldo migratório paranaense foi de -1.376.188 habitantes.

Moura e Kleinke (1999), explicam da seguinte forma o processo de (re) produção espacial ocorrido a partir dos anos de 1970, que conduziu ao esvaziamento populacional em determinados espaços e a concentração em outros:

A estrutura do sistema urbano da Região Sul configura uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nítidas áreas de concentração. A trajetória da organização desse sistema resulta da ocupação econômica da Região e se consolida com a reestruturação de sua base produtiva. Os anos 70 constituem o marco dessa reestruturação, com mudanças ocorridas no setor agropecuário gerando o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento dos fluxos migratórios para diversos centros urbanos. Num processo seletivo, alguns desses centros se consolidam em áreas de elevada densidade, outros não tiveram sustentação econômica para manter o acréscimo populacional. (MOURA; KLEINKE, 1999, p. 04).

No período entre 1981 e 1991 deixaram o Paraná 1.081.534 habitantes, enquanto que o número de imigrantes foi de 588.089, com uma troca líquida negativa de -493.445. As migrações intra-estaduais no mesmo período foram ainda mais intensas atingindo 1.425.360 habitantes (MAGALHÃES, 1997). Kleinke *et al.* (1999) argumentam que de 1986-91 para 1991-96 a dinâmica migratória se caracterizou por um movimento de redução da saída para outras Unidades da Federação - UFs (de 475.190 para 291.427) e por uma diminuição, menos expressiva, no movimento de ingresso de UFs (269.540 para 234.004). Ainda assim o Paraná continua entre os estados brasileiros com maior contingente de população migrante. No período 1986-91, a saída de paranaenses representou 9% da emigração nacional e em 1991-96 representou 7%, com fluxos apenas menores que os de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul constituíram os principais destinos dos paranaenses que deixaram o estado. Contudo, São Paulo e Santa Catarina também são os responsáveis pelo maior fluxo de entrada de população no Paraná. Pereira (s/d) entende que nos anos 1990 a migração se caracterizou por:

- a continuidade dos deslocamentos com destino urbano, com peso significativo daqueles com origem também urbana;
- a importância de trocas de curta distância, indicando movimentos de circularização;
- a configuração da atratividade metropolitana e, secundariamente, das principais aglomerações urbanas interioranas;
- os movimentos de partida da metrópole e dos principais pólos, majoritariamente na direção de suas periferias imediatas. (PEREIRA, p. 07, s/d.).

A dinâmica dos fluxos migratórios na década de 1990 revelou o predomínio das migrações intra-estaduais sobre as interestaduais, especialmente para o entorno das áreas metropolitanas. Também chamam a atenção às migrações de curta distância e a mobilidade de Curitiba em direção as cidades adjacentes. A diminuição da migração para outros estados e o aumento da mobilidade de curta distância é explicada em virtude da retomada do crescimento econômico verificada na década de 1990, e o espraiamento da atividade industrial pelo interior do estado. A mobilidade de Curitiba para os municípios no entorno está relacionada à valorização do solo urbano na capital e a chegada de novas indústrias que se localizaram nos municípios contínuos a Curitiba.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Entre 1995-2000 as emigrações intra-estaduais continuaram elevadas e foram da ordem de 753.685 habitantes. Já a emigração interestadual somou 322.655 habitantes e as imigrações 297.311, totalizando troca líquida negativa de -25.344 habitantes.

Conforme o IPARDES (2005), enquanto nas décadas de 1970 e 1980 o predomínio eram as migrações interestaduais, na década de 1990 a emigração interestadual perdeu força, predominando as migrações internas. Os dados condizem com a análise de Singer (1980) na qual o desenvolvimento regional apenas encurta as distâncias da migração.

A intensificação das migrações de origem urbana para destinos urbanos também caracterizaram a década de 1990. Com o declínio populacional no campo ocorreu o esvaziamento de pequenos núcleos urbanos, levando a mobilidade de população das cidades estagnadas em direção, especialmente, a centros dinâmicos maiores.

Com a mobilidade espacial as pessoas deixaram para trás o que conseguiram construir. Municípios com pequenas cidades, a partir de onde o fluxo emigratório foi mais intenso, eram espaços onde estavam estabelecidas conquistas materiais, além de laços afetivos e sociais. Deles se foram muitos levando apenas a esperança de conseguir vender sua força de trabalho em outro local [...]. (ENDLICH, 2006, p. 103).

A significativa redução na migração de origem rural para destino urbano a partir da década de 1990, não significou a redução na mobilidade da população paranaense, pois o que se verificou foi o predomínio da migração urbano – urbano, especialmente dos municípios periféricos para os mais dinâmicos. Analisando os primeiros resultados do censo 2010, Moura e Cintra (2011) entendem que:

As transformações demográficas da década de 2000 consolidam um processo de transição e projetam um país cada vez mais urbano – não só em relação ao crescente grau de urbanização e horizontalidade do processo, mas principalmente do ponto de vista da estrutura e distribuição da população. Ao mesmo tempo, reforçam e ampliam as porções já densamente povoadas, particularmente grandes cidades e aglomerações urbanas, com poucas, mas importantes, novas aglomerações no interior do território. Consolidam, portanto, as dinâmicas concentradoras de população iniciadas nas décadas anteriores e evidenciam que o movimento do capital no território, materializado nas atividades econômicas, segue impulsionando movimentos populacionais, seja

de atração, expressa em muitos centros urbanos com taxas de elevado crescimento, ou de esvaziamento, particularizada nas extensas áreas que ainda apresentam perdas. (MOURA; CINTRA, 2011, p. 07).

No Paraná no período entre 1970 e 2015 ocorreu redução na participação do percentual de população em relação ao total do Brasil. Observando a tabela 8, notamos que até o ano de 1970 o estado respondia por 7,40% da população do país, com a mobilidade da população para outros estados o valor foi reduzindo, alcançando 5,46% em 2015.

Tabela 8 – População total do Brasil e do Paraná entre 1970 e 2015

Censo	Brasil	Paraná	PR/BR %
1970	93.139.037	6.997.682	7,40
1980	119.070.865	7.749.752	6,40
1991	146.825.475	8.443.299	5,75
2000	169.544.443	9.563.458	5,64
2010	190.732.694	10.439.601	5,47
2015*	204.450.649	11.163.018	5,46

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010), 2015* população estimada.

A população paranaense até 1970 era predominantemente rural (tabela 9 e gráfico 1). Essa configuração foi alterada com a modernização da agricultura. Assim, em 1980, a população urbana já é superior a rural, fato que se intensificou nas décadas seguintes.

Tabela 9 - Relação entre a população urbana e rural no Paraná

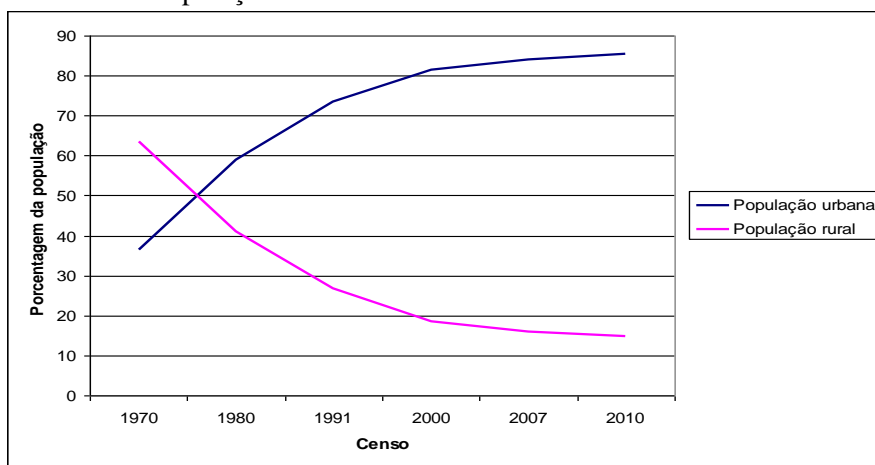
Ano	População Urbana (%)	População Rural (%)
1970	36,40	63,60
1980	58,93	41,07
1991	73,35	26,65
2000	81,40	18,60
2007	84,10	15,90
2010	85,31	14,69

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2007, 2010).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Quando observamos o total de população por mesorregiões geográficas no período entre 1970 e 2010, conforme atesta a tabela 10, verificamos diminuição no número de habitantes nas mesorregiões: Noroeste (-284.326 habitantes), Centro Ocidental (-212.133 habitantes) e Norte Pioneiro (-158.083 habitantes). As mesorregiões que obtiveram crescimento de população foram: Norte Central (515.651 habitantes), Centro Oriental (334.123 habitantes), Oeste (466.956 habitantes), Centro Sul¹⁰ (122.382 habitantes), Sudeste (137.037 habitantes), Sudoeste (136.965 habitantes) e Metropolitana de Curitiba (2.437.644 habitantes).

Gráfico 1 - População rural e urbana do Paraná entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Referente a participação das mesorregiões no total de população do Paraná (tabela 11) as que mais perderam participação foram: Noroeste, Centro Ocidental, Norte Pioneiro e Sudoeste. O Norte Central, mesmo com crescimento de população, perdeu com relação à participação no total paranaense. O mesmo pode ser dito em relação a Sudeste. As mesorregiões Centro Oriental e Oeste obtiveram pequenos aumentos em relação à participação total. A Metropolitana de Curitiba apresentou crescimento vertiginoso, mas com redução no ritmo no período entre 2000 até 2010.

¹⁰ A mesorregião Centro Sul verificou significativa queda da população no período entre 2000 e 2010, passando de 533.317 para 454.012 habitantes.

Podemos perceber que as mesorregiões mais afetadas com o esvaziamento populacional foram as que tinham uma densa população rural ligada a um modelo de agricultura caracterizada pelo uso intenso de trabalho, como foi o caso do Norte Pioneiro, do Noroeste Paranaense e de parte do Centro Ocidental. A exceção é a Mesorregião Norte Central na qual houve sensível aumento de população no espaço urbano. No entanto, o estudo de Rocha (1998) chamou a atenção para o esvaziamento da população na maioria dos municípios localizados no Norte Central e a concentração no Eixo Maringá-Londrina intermediado por Apucarana, Cambé e Arapongas. O crescimento populacional no Norte Central está concentrado em poucos municípios dinâmicos. Tal fato também é válido para as demais mesorregiões que obtiveram crescimento.

Tabela 10 – População total do Estado do Paraná entre 1970 e 2010 por mesorregiões

Mesorregiões Geográficas	Total				
	1970	1980	1991	2000	2010
Noroeste Paranaense	962.798	746.472	655.304	641.084	678.472
Centro Ocidental Paranaense	546.387	415.222	445.905	346.648	334.254
Norte Central Paranaense	1.521.500	1.459.089	1.632.600	1.829.068	2.037.151
Norte Pioneiro Paranaense	704.201	571.679	554.572	548.190	546.118
Centro Oriental Paranaense	355.253	472.643	546.914	623.356	689.376
Oeste Paranaense	752.433	960.709	990.517	1.138.582	1.219.389
Sudoeste Paranaense	450.540	487.205	477.993	472.626	587.505
Centro Sul Paranaense	331.630	475.721	500.442	533.317	454.012
Sudeste Paranaense	267.830	302.521	348.335	377.274	404.867
Metropolitana de Curitiba	1.050.813	1.709.228	2.306.856	3.053.313	3.488.457
Total do Paraná	6.943.435	7.600.489	8.459.438	9.563.458	10.439.601

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Tabela 11 – Participação por mesorregiões no total de população do Estado do Paraná entre 1970 e 2010

Mesorregiões Geográficas	Décadas				
	1970 (%)	1980 (%)	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Noroeste Paranaense	13,9	9,8	7,7	6,7	6,5
Centro Ocidental	7,9	5,5	5,3	3,6	3,2
Norte Central	21,9	19,2	19,2	19,1	19,5
Norte Pioneiro	10,5	7,5	6,6	5,7	5,2
Centro Oriental	5,1	6,2	6,5	6,5	6,6
Oeste Paranaense	10,8	12,6	11,7	11,9	11,7
Sudoeste Paranaense	6,5	6,4	5,7	4,9	5,7
Centro Sul Paranaense	4,8	6,3	5,9	5,6	4,3
Sudeste Paranaense	3,8	4,0	4,1	3,9	3,9
Metropolitana de Curitiba	15,1	22,5	27,3	31,9	33,4
Total do Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Nos municípios que perdem população os problemas sociais e econômicos são intensos, visto que os investimentos por parte do setor privado são escassos, com exceção para os pequenos capitais locais reinvestidos. Nos municípios com concentração populacional também ocorrem grandes discrepâncias, visto que não existe infraestrutura nem empregos para atender toda demanda. Conforme sinalizou o estudo do IPARDES (2005):

Migrantes oriundos do campo ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas para se somaram aos habitantes urbanos na acirrada disputa ao trabalho, bens e serviços, acesso ao solo e à cidade. Se nas cidades as contradições sociais já se faziam presentes, a urbanização, em tal intensidade, ampliou as malhas construídas, fazendo surgir novos loteamentos densificando os bairros existentes, verticalizando as habitações e agudizando os conflitos e a segregação sócio-espacial ao criar áreas servidas e equipadas, ao lado de favelas e periferias carentes. (IPARDES, 2005, p. 38).

Mesmo com os intensos problemas existentes, os centros urbanos dos municípios dinâmicos ainda apresentam indicadores sociais mais elevados, além de melhores possibilidades de salário, o que atraiu e continua atraindo a população. Neste aspecto é significativo observar a análise de Gaudemar (1977) que enfatizou em seu estudo a necessidade e o direito a imobilidade ou automobibilidade:

Este direito à imobilidade coletiva é o direito a manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida, é também de recusar um êxodo com promessas ilusórias, é também o direito de escolher, o direito à automobibilidade, o direito a uma mobilidade individual livremente assumida. É o direito de partir sem a isso ser constringido, assim como o de ficar. (GAUDEMAR, 1977, p. 58).

O direito a imobilidade ou automobibilidade se refere ao direito dos seres humanos de serem realmente livres para escolher ficar ou partir. Porém, para o capitalismo o que interessa é a reprodução ampliada do capital e não a qualidade de vida da população, por isso colocou milhões de pessoas em movimento no Paraná para atingir os seus objetivos. É preciso romper com as amarras ideológicas historicamente produzidas em busca da autonomia humana. É necessário que as pessoas sejam verdadeiramente livres para migrarem ou não. No cenário atual o que verificamos é o contrário, predomina a mobilidade forçada nos fluxos migratórios.

Os novos fluxos territoriais

Observando a rede urbana paranaense (figura 2) está evidente o caráter fortemente dinâmico exercido por Curitiba. A capital possui influência direta sobre as principais cidades do Paraná: Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, União da Vitória e Paranaguá. A influência de Curitiba extrapola os limites do Paraná e juntamente com Porto Alegre exerce influência sobre Joinville e Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Em Curitiba está localizada a sede do Poder executivo e legislativo estadual, bem como as Secretarias de Estado responsáveis pelo planejamento das políticas de governo. A cidade também é o principal centro industrial,

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

financeiro, comercial e de prestação de serviços do Paraná. Curitiba centraliza uma rede urbana bem desenvolvida, articulada e integrada com o interior. Apresenta relativa autonomia com relação a São Paulo - grande metrópole nacional.

As regiões norte e noroeste do Paraná também constituem densa rede urbana tendo nas capitais regionais B (Londrina e Maringá), e nos centros sub-regionais A (Umuarama, Apucarana, Campo Mourão e Paranavaí) e B (Cianorte) as principais áreas de influência. Londrina e Maringá se destacam formando uma rede urbana que influencia e centraliza inúmeras cidades. Isso é explicado em razão de se constituírem em importantes centros agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços. Como exemplo é possível indicar a forte presença do ensino superior, com destaque para a UEL e UEM. Também vale destacar a prestação de serviços médicos especializados, o dinâmico centro comercial, a presença de redes de televisão, rádios, jornais e os aeroportos.

No oeste Cascavel é o maior centro de influência e vem se destacando pela prestação de serviços. Também se configura como um complexo urbano importante que se manifesta através de uma espacialidade internacional a partir de Foz do Iguaçu, mantendo estreitas ligações com Puerto Iguaçu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai).

No centro sul o município de Guarapuava detêm a maior centralidade atuando sobre Pitanga, Prudentópolis e Quedas do Iguaçu. No sudoeste o destaque vai para os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco. No centro oriental Ponta Grossa é a cidade de maior influência, atuando sobre os centros de zona Telêmaco Borba, Jaguariaiva e São Mateus do Sul. O último localizado no sudoeste do Estado.

O REGIC (2008), também demonstra que em razão do aperfeiçoamento dos meios de transportes e de comunicação a rede urbana paranaense não apresenta rigidez absoluta no que tange à hierarquia das cidades. Existe paralelamente hierarquia e não-hierarquia. Um pequeno centro local mantém relações diretas - com maior ou menor intensidade - com Curitiba (metrópole regional), ao mesmo tempo em que é influenciado pelo centro de zona ou centro sub-regional localizado nas suas proximidades.

Levando em consideração um conjunto de indicadores selecionados o IPARDES (2005) verificou os seguintes espaços como de alta relevância: o 1º espaço encontra-se com dois pólos nas pontas (Paranaguá e Ponta Grossa) e um adensamento central (Curitiba e entorno); o 2º espaço se alonga entre Londrina e Maringá com participação significativa de Apucarana, Arapongas e Cambé; o 3º espaço foi identificado no oeste, representado por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina.

O 1º espaço é caracterizado como de extrema relevância e participa da divisão social do trabalho integrado com a dinâmica nacional e internacional. Desempenha um conjunto de atividades econômicas diversificadas. É considerado espaço receptor e difusor das decisões, inovações e capital. Apresenta atividades ligadas aos segmentos modernos tanto da indústria como dos serviços, além de desempenhar importante papel político, econômico e ideológico.

O 2º espaço já foi o mais importante do Paraná, porém perdeu o posto a partir da década de 1970. Assemelha-se ao 1º espaço, mas com elevada discrepância com relação aos volumes de geração de riqueza, ativos institucionais, diversidade produtiva, de comércio e de serviços. As atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa, contudo está ocorrendo nítidas transformações oriundas da diversificação industrial, evolução das atividades de comunicação e consolidação da meio educacional e de pesquisas.

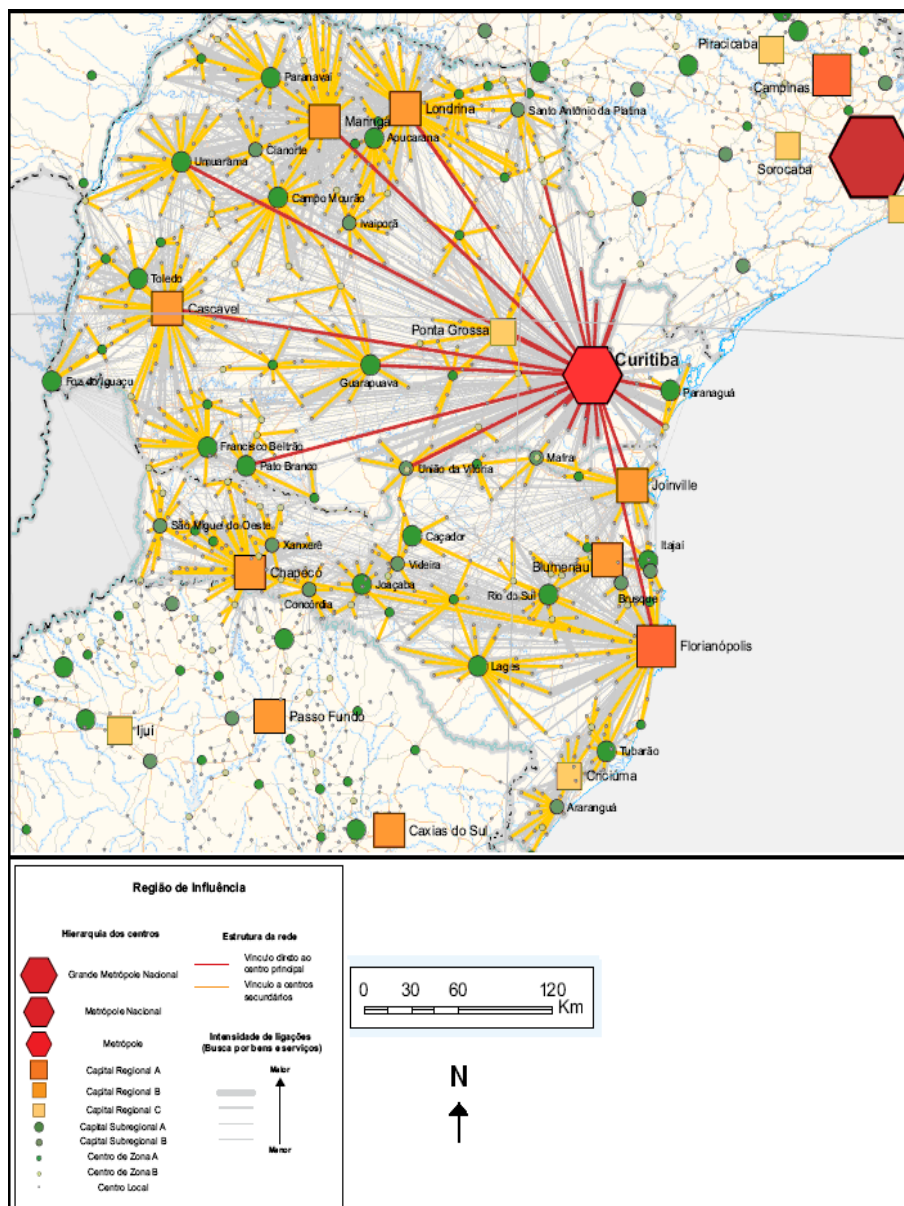
O 3º espaço apresenta articulação na divisão social do trabalho a partir de um número menor de atividades ligadas à produção agroindustrial e a prestação de serviços. Em razão da fronteira internacional, fundamentalmente em Foz do Iguaçu, vem desempenhando importantes funções nas relações internacionais, comércio e turismo, estreitando os vínculos paranaenses com os países do Mercosul (figura 3).

São quatro as espacialidades de média relevância segundo o IPARDES (2005). No Centro-Oriental está os municípios ligados a atividade papelreira. No Noroeste englobam, principalmente, Cianorte, Paranaíba e Umuarama, além de alguns outros municípios no entorno. Nesse espaço começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2º espaço, bem como a presença importante da agropecuária. Na porção Sudoeste predomina a produção e transformação agropecuária com tentativa de integração através de produtos e atividades do setor primário (vinhos, embutidos, etc.) são tentativas locais de diversificação através de novas indústrias, porém sem condições de gerar excedentes mais expressivos.

Guarapuava e Campo Mourão se constituem em pontos relevantes localizados em porções do território com nítidos problemas socioeconômicos, funcionam como receptáculo da produção do entorno sem nítidos desdobramentos regionais. (IPARDES, 2005).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Figura 2 - Rede urbana paranaense



Fonte: REGIC (2008)

As espacialidades com mínima relevância estão na fronteira com o estado de Santa Catarina e no Norte Pioneiro. A primeira espacialidade se caracteriza por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre os dois estados e representa um vetor de entrada das atividades catarinenses, além de receber os efeitos econômicos da região metropolitana. O Norte Pioneiro esteve ligado ao apogeu e decadência da economia cafeeira, o que possibilitou a consolidação de poucos, mas significativos ativos institucionais. Nas duas espacialidades mesclam-se condições de relevância e criticidade. (IPARDES, 2005).

As espacialidades socialmente críticas apresentam nítida precariedade e estão localizadas na porção central do Estado, em parte do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba e na fronteira Noroeste com o Mato Grosso do Sul.

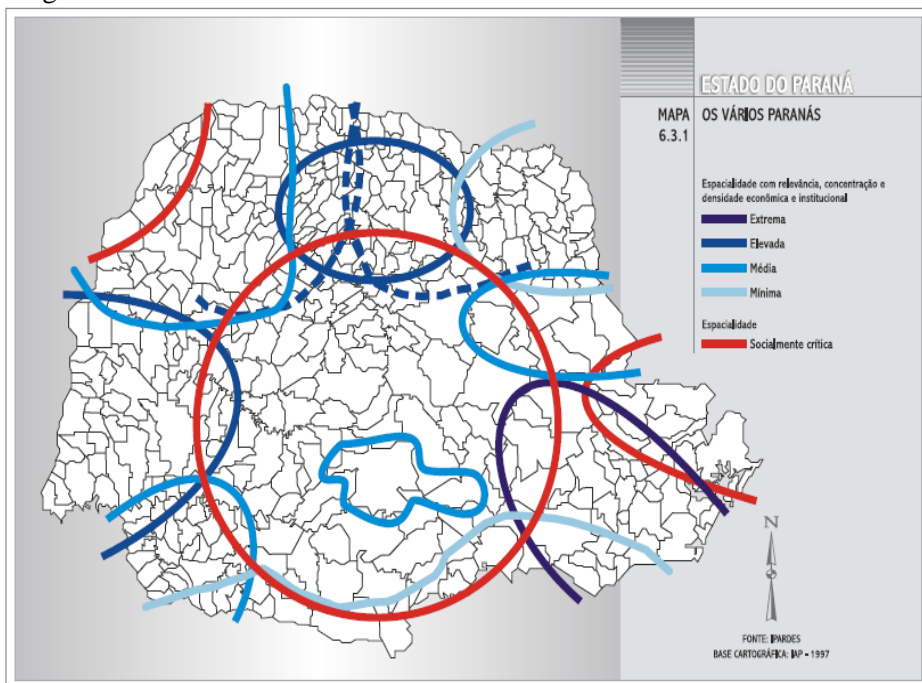
Essas áreas em nenhuma hipótese estão dissociadas dos espaços economicamente relevantes, colocando-se em posições limites a esses e, também permeando-os, participando, em grande medida, de sua dinâmica como periferias [...] Ressalte-se que, somada à limitação física, barreiras políticas também se colocam com obstáculos à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital. (IPARDES, 2005, p. 188, grifo nosso).

No Paraná são nítidas e evidentes as grandes discrepâncias sociais e econômicas que atingem e afligem os municípios formando espacialidades em que “[...] a pobreza e a riqueza convivem em proximidade; ou seja, a produção da riqueza se faz gerando desigualdades, excluindo municípios, bairros e segmentos da população.” (IPARDES, 2005, p. 182).

Entendemos que algumas das dificuldades atualmente enfrentadas pelos municípios periféricos paranaenses estão relacionadas com a gestão territorial praticada pelos sucessivos governos. Entre os pontos que merecem destaque estão: 1) dificuldade de acesso e estradas precárias, 2) localização fora dos principais eixos-rodoviários do estado, 3) inexistência de uma rede ferroviária bem estruturada e articulada, 4) falta de auxílio técnico ao pequeno proprietário rural, 5) precariedade das políticas de integração, 6) precariedade nas condições de trabalho, 7) ineficiência do planejamento a médio e longo prazo, 8) formação de uma elite local (econômica e política) que não se preocupa efetivamente em promover o desenvolvimento local, 9) necessidade de qualificação e inovação técnica, 10) reduzido apoio e incentivo à economia solidária.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Figura 3 – Os Vários Paranás



Fonte: IPARDES (2005)

2

A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS

A produção do espaço no Paraná a partir das premissas da reestruturação produtiva resultou na constituição de municípios fortemente dinâmicos, dinâmicos, intermediários e municípios periféricos. Para compreender esse processo partimos da abstração da realidade empírica e, gradualmente inserimos os elementos que permitem dar concretude ao estudo. Foi necessário superar as aparências e desvendar as relações econômicas, políticas, culturais e espaciais - nas diferentes escalas - que produziram espaços contraditórios, desiguais e articulados, no qual o moderno e o arcaico se combinam.

A riqueza e a pobreza estão dialeticamente presentes tanto nos municípios fortemente dinâmicos como nos periféricos. As diferenças estão nas singularidades e especificidades próprias, nas articulações políticas capazes de se materializar no espaço, nas relações de poder político estabelecidas entre as classes e em uma maior ou menor integração econômica. Isto posto partimos na sequência para a exposição e explicação de como desenvolvemos a noção de municípios periféricos, qual a sua fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos.

O conceito de produção do espaço

A discussão teórica sobre produção do espaço a partir da dialética materialista marxista é relativamente recente, visto que até a década de 1960, os pesquisadores estiveram mais preocupados com as questões históricas, econômicas e políticas do que com as questões geográficas. Pouca atenção foi direcionada para a análise dialética das relações espaciais tanto por parte dos geógrafos como por parte dos pesquisadores sociais.

O marxismo ocidental se assemelhou ao desenvolvimento da ciência social burguesa ao encarar a organização do espaço como um “continente” ou um reflexo externo, um espelho da dinâmica social e da consciência social. A espacialidade da vida social foi externalizada e neutralizada em termo de seu impacto nos processos sociais e históricos, e vista como pouco mais do que um pano de fundo ou um palco. (SOJA, 1993, p. 107).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

O espaço era compreendido como fixo e separado da sociedade, visto como um palco no qual se desenvolviam e se organizavam as relações históricas. A tendência que compreendia o espaço como morto e não-dialético obstruiu uma sensibilidade crítica à espacialidade, que vê o mundo não apenas como construção histórica, mas também como construções geográficas, no qual o ser social está ativamente posicionado no espaço e no tempo.

Soja (1993) também sinalizou que a partir da década de 1970 vem emergindo uma teoria crítica que encontra a história com a produção social do espaço, gerando novas possibilidades como um materialismo histórico e geográfico, uma tríplice dialética (espaço, tempo e ser social). A espacialidade, a temporalidade e o ser social em conjunto envolvem todas as facetas da existência humana, produzem a realidade empírica e são simultaneamente produzidos por ela.

As principais contribuições teóricas são encontradas nas obras do filósofo francês Henri Lefebvre (1973, 1974) que reconheceu a importância do espaço na análise dialética, assim como no filósofo e historiador francês Michel Foucault e também na obra de John Berger e Nicos Poulantzas.

Harvey (2006a, p. 43) é outro geógrafo que expôs sua preocupação com relação ao desprezo do espaço nas análises sociais. Argumentou que Marx em seus textos admite a importância do espaço e do lugar. Mas nada disso está realmente integrado em suas formulações teóricas que são poderosas com respeito ao tempo, mas frágeis em relação ao espaço. Afirmou que “A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização, enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico.” A proposta é ambiciosa e difícil de fazer, como apontou o autor, porém, de fundamental validade para o aprofundamento dos estudos sobre as contradições e assimetrias presentes nas sociedades capitalistas.

Carlos (2009, 2011a, 2011b), também elaborou uma significativa discussão sobre o conceito de espaço geográfico, especialmente a produção do espaço. Analisou a espacialidade como imanente à existência constitutiva da sociedade e entendeu ser necessário considerar a reprodução da sociedade em sua totalidade através da produção/reprodução do espaço. A autora procurou sustentação teórica nas obras de Karl Marx e Henri Lefebvre. Sobre Marx argumentou que sua obra tem significado especial, pois permitiu refletir o sentido e a noção de produção em profundidade.

A produção como categoria central de análise abre a perspectiva de desvendar, antes de tudo, a vida humana - a produção como atividade/ação essencial do humano - ao mesmo tempo em que permite pensa-la em cada momento, circunscrita a um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define com características comuns, em diferentes épocas, fundada em relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real e, em cada momento dessa história, em suas particularidades. (CARLOS, 2011a, p. 55).

Para Marx (1984) o trabalho é uma atividade humana fundamental. A força de trabalho ou capacidade de trabalho é o conjunto das faculdades físicas e mentais do ser humano posta em ação. A partir do trabalho o homem produz e no capitalismo a força de trabalho aparece como mercadoria no mercado. Isso não é natural nem comum a todos os períodos históricos. É o resultado do desenvolvimento de períodos históricos anteriores e produto de muitas revoluções econômicas.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1984, p. 202).

A produção, mediada pelo trabalho, é dinâmica e fundada em relações reais com características diferentes em tempos históricos distintos. O homem modifica a natureza e modifica também sua própria natureza estabelecendo relações cada vez mais complexas. Embasado no conceito de produção como categoria de análise marxista, Lefebvre remeteu a discussão para o espaço e desenvolve o conceito de produção do espaço como condição para a reprodução da vida social. Com isso, Lefebvre inseriu definitivamente o espaço na análise social:

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Lefebvre, em vários momentos de sua longa obra, insiste na dupla determinação da noção de produção: de um lado, a produção de objetos, produtos, mercadorias (o que significa dizer que o processo gera um mundo objetivo) e também a produção do espaço como condição da reprodução da vida social. Aqui, a prática sócio-espacial aponta para essa objetividade. De outro lado, a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação. Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si – assim ele se produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade (como possibilidade de realização do negativo). (CARLOS, 2011a, p. 56).

Lefebvre (1974), na obra “*La Production de l’espace*” designou ao espaço uma materialidade fundamental estabelecendo um vínculo indissociável com a produção e reprodução da vida social, uma conexão essencial entre a espacialidade e o ser.

O espaço deixou de ser compreendido apenas como pano de fundo ou como palco das ações humanas, ou seja, um espaço fixo e sem movimento; para ser compreendido a partir de relações dialéticas mais abrangentes.

O espaço é considerado como condição para a realização da produção e é condição para a reprodução da sociedade para além da sua sobrevivência. O espaço se produz como materialidade, mas também como reprodução da sociedade em um sentido mais amplo e complexo. Com referência a produção do espaço Corrêa (2011) também contribuiu para a temática argumentando que:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidades supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais, próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43).

O espaço é produzido por agentes reais com interesses e estratégias delimitadas. Os interesses entram muitas vezes em conflito, pois as classes sociais historicamente definidas possuem objetivos divergentes. As condições estabelecidas pelo capitalismo - sociedade dividida em classes contraditórias - atuam como determinações para a (re) produção do espaço, que deve ser compreendido como realidade em construção, em transformação e em contínuo movimento dialético.

A valorização capitalista do espaço

Para entendermos o valor que o espaço adquire no modo de produção capitalista verificamos inicialmente como ocorreu à acumulação primitiva, processo que estabeleceu as bases para a valorização nos moldes capitalista.

Quaini (1979, p. 66) apresentou a seguinte argumentação sobre a acumulação primitiva: “[...] em termos geográficos pode ser expressa como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria.” No processo a maior parte da população é expropriada ou espoliada. Marx (1985) fez referência a tal processo argumentando que:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1985, p. 830).

Ainda para Marx (1985, p. 831) “A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica privado de suas terras, constitui a base de todo o processo.” A terra se tornou propriedade privada e mercadoria que pode ser comprada e vendida e está concentrada nas mãos de poucos. O princípio da produção sob o capitalismo é que tanto a força de trabalho como as condições e meios de trabalho se tornem mercadorias.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Com isso, a terra deixou definitivamente de ser um bem comum da comunidade e se tornou uma mercadoria dotada de valor de troca. O trabalho também passou a ser uma mercadoria e os trabalhadores, antes fixos, passaram a ser moveis e livres, porém livres apenas para atender aos desígnios do capitalista. Com a consolidação do modo de produção capitalista tanto a terra como o trabalho se tornaram mercadorias negociáveis.

A ocupação e a apropriação podem ser consideradas como o momento prévio para a valorização. A fixação deu início à produção e o excedente de trabalho de gerações sucessivas possibilitou a acumulação de trabalho. Em um segundo momento ocorreu os movimentos de expansão, sendo o Estado, geralmente, o gestor da política e o promotor da expansão estimulada pela ação do capital. O processo de colonização atuou na ampliação e expansão das relações econômicas ao anexar territórios novos no circuito produtivo. É a privatização da terra que permite a valorização nos moldes do capital. Assim, a história do capitalismo é um processo de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo que ela contém. São as necessidades de produção que comandam todo o ordenamento espacial, definindo o uso das velhas formas como a construção das novas. (MORAES; COSTA, 1999).

A expansão territorial e a valorização capitalista produzem espaços com características próprias, porém inseridos em um processo mais amplo que é marcado pela dialética entre o local e o global, entre a singularidade e a universalidade. No capitalismo os espaços são continuamente produzidos e reproduzidos através do trabalho social, porém não apresentam a mesma capacidade de valorização. O que verificamos é o direcionamento dos maiores investimentos para os espaços que o capitalista julga de maior potencialidade. Desta maneira o capital se movimenta na procura dos espaços que melhor atendem as suas necessidades.

O que determina a disposição ou não do capital em se instalar neste ou naquele espaço é muito mais a “viabilidade” econômica da produção que se pretende realizar ali. [...] É sabido que o capital tem condições (técnicas) de subverter o papel dos chamados obstáculos naturais à produção; contudo, o que vai definir se ele realizará ou não a valorização de determinados espaços é a sua possibilidade de autovalorizar-se. (MORAES; COSTA, 1999, p. 178).

O objetivo de valorização faz com que os investimentos sejam dirigidos para os espaços que apresentam as melhores condições, segundo os interesses capitalistas e conforme as necessidades e recursos disponíveis. Os obstáculos naturais não são grandes empecilhos para o capital, visto que os avanços nos meios de comunicação e transportes permitem a apropriação de praticamente qualquer território para a produção. O que realmente vai definir a atuação são as possibilidades de retorno. Dentro desta lógica:

Pode-se afirmar que as determinações gerais do capitalismo na sua relação com o espaço, substantivam um modo geral de valoriza-lo que poderíamos definir como uma verdadeira *valorização da valorização*. Sob esse modo de produção, o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital. Por isso mesmo, em termos de determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital. Por outro lado, como o espaço real é um atributo da materialidade, o próprio movimento do capital, enquanto história de homens e lugares reais, manifesta-se espacialmente desigual. (MORAES; COSTA, 1999, p. 168, grifo do autor).

O resultado do processo é a produção de espaços valorizados com intensa capacidade de atrair mais investimentos ocorrendo a valorização da valorização, e espaços pouco valorizados ou desvalorizados onde os investimentos são restritos, mesmo estando pelo menos parcialmente integrados e articulados na dinâmica de produção, circulação e comercialização.

O que interessa para o capitalista é a acumulação de capital e não de espaço, mesmo que o espaço seja uma necessidade e uma condição para a valorização, a mobilidade do capital ou transferência geográfica de valor tornou possível seu deslocamento em busca da ampliação dos lucros.

Tudo o que é necessário para definir uma transferência geográfica de valor é dar ao capitalismo uma geografia concreta, deslocar a produção e a troca da cabeça a-espacial de um alfinete para uma espacialidade diferenciada e desigualmente desenvolvida. Na paisagem geográfica do capital, existem áreas de maior e menor produtividade, razões capital/trabalho altas e baixas (ou seja, a composição orgânica), e taxas variáveis de lucro, todas dentro do mesmo mercado integrado de mercadorias. Assim, as trocas de mercado transformam-se num veículo, não somente de transferência de valor entre empresas e setores, mas também de

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

uma transferência geográfica de valor. Algumas áreas obtêm um lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, **na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais**. (SOJA, 1993, p. 139, grifo nosso).

A transferência geográfica de valor é o processo no qual uma parte do valor produzido em um local é realizado em outro, agregando-se a acumulação da região receptora. O processo conduz a constituição e centros e periferias em nível local (nas cidades, por exemplo, é comum a existência de área central e áreas periféricas), em nível regional (regiões com maior desenvolvimento e regiões estagnadas ou em declínio), e também na escala global (formação de países centrais e países periféricos).

Sobre a tensão entre fixidez e movimento do capital Harvey (1984), analisou que:

A tensão entre fixidez e movimento na circulação de capital, entre concentração e dispersão, entre o compromisso local e as preocupações globais, colocam mais pressão sobre a capacidade de organização do capitalismo. A história do capitalismo, como consequência, foi marcada pela contínua exploração e modificação dos arranjos organizacionais que podem amenizar e conter essas tensões. O resultado foi a criação de estruturas hierárquicas de organização que ligam o local com a realização do trabalho abstrato no cenário mundial. (HARVEY, 1984, p. 422).

Mais adiante afirmou que a produção de configurações espaciais é necessariamente um momento ativo da dinâmica de acumulação.

Temos visto que as configurações espaciais são produzidas e transformadas através das mobilidades variadas de diferentes tipos de capital e força de trabalho (incluindo o movimento de capital através de infraestruturas físicas e sociais imóveis). As complementaridades e antagonismos dentro dessa unidade necessária produz uma paisagem geográfica irregular e instável para a produção, troca e consumo. (HARVEY, 1984, p. 440).

As configurações espaciais são produzidas pela movimentação de diferentes tipos de capital e força de trabalho. Essa mobilidade resulta na produção de desigualdade, instabilidade e tensão. Enquanto que alguns setores como os proprietários de terra, construtores e o estado local apresentam maior dificuldade de mobilidade e buscam alianças locais,

Fábio Rodrigues da Costa

outros setores possuem maior fluidez e migram na procura de lucros mais elevados.

Santos (2007), avaliando o processo de concentração do capital e a ação dispersora do consumo argumentou que:

A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço. (SANTOS, 2007, p. 126).

A citação demonstrou outra contradição, visto que a produção necessita de determinada infraestrutura previa para se instalar, o que conduz a concentração. Ao mesmo tempo o consumo atua como força dispersora. Porém, a desigualdade social impede que todas as regiões, municípios e cidades tenham igual acesso ao consumo, o que atua como um empecilho para a dispersão industrial, comercial e de prestação de serviços. O que verificamos é que o capital se concentra onde existe infraestrutura prévia, mão-de-obra disponível e elevada capacidade de consumo. No entanto, nada impede que uma reestruturação produtiva ocasione a mobilidade do capital de um espaço central para um periférico em busca de altos lucros.

O desenvolvimento geográfico desigual

As primeiras contribuições para uma teoria marxista do desenvolvimento desigual são encontradas em Lênin, Luxemburgo, Bakharin, Bauer e Trotsky, a partir da análise do capital monopolista, do poder das empresas e do Estado imperialista. A expansão espacial do capitalismo, especialmente a partir das bases estabelecidas pelo imperialismo e pela constituição de monopólios estimulou os pensadores a investigarem e analisarem o desenvolvimento desigual.

Lênin (1987, p. 16-17), avaliou a desigualdade a partir da expansão espacial capitalista em sua fase imperialista através da concentração da produção, da formação dos monopólios e da fusão entre indústrias e bancos: “[...] o enorme desenvolvimento da indústria, e o processo de concentração extremamente rápido da produção, em empresas cada vez mais importantes, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo.” Na

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

sequência afirmou que: “[...] a concentração, atingindo certo grau de seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, permita-se a expressão, diretamente ao monopólio.” A transformação da etapa concorrencial para a monopolista foi um dos fenômenos mais marcantes da economia moderna.

A integração das empresas de diferentes setores no final do século XIX, porém com maior amplitude no XX, e a formação de cartel caracterizaram o capitalismo. Os cartéis estabeleceram as condições de venda, o preço e os mercados, definiram a quantidade de mercadoria a ser produzida e dividiram os lucros entre as empresas. Os monopólios se expandiram espacialmente em razão da necessidade de matéria-prima e mercado consumidor estabelecendo um mercado mundial. A necessidade de expansão na fase imperialista promoveu o desenvolvimento desigual.

O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista. [...] a irregularidade de seu desenvolvimento e a subalimentação das massas são condições e premissas fundamentais, inevitáveis deste modo de produção. (LÊNIN, 1987, p. 60).

A intensificação do comércio mundial, característica do processo histórico-geográfico de expansão do capitalismo pela superfície terrestre, assim como a irregularidade do desenvolvimento nas escalas geográficas são intrínsecas ao modo de produção, o que estabelece o desenvolvimento desigual.

Leon Trotsky também elaborou uma base teórica expressiva para a compreensão do desenvolvimento desigual. Com a lei do desenvolvimento desigual e combinado é possível entender as contradições sociais e econômicas existentes nos países periféricos, rompendo com a proposta determinista vigente no período.

Em seus estudos analisou a industrialização vigente na Rússia e as transformações econômicas e políticas. Explicou como um país atrasado conseguiu assimilar e combinar as características dos países mais adiantados.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente este país, reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio

ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separam estas diferentes armas [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. (TROTSKY, 1967, p. 24-25, grifo do autor).

Um país “atrasado” com o objetivo de se integrar no novo processo econômico é “forçado” a queimar etapas e assimilar o mais rápido possível às conquistas e os avanços técnicos que já foram realizados pelos países mais adiantados, o que conduz a combinação de diferentes fases históricas.

[...] A desigualdade de ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1967, p. 25).

O arcaico é parte constitutiva do moderno, ele nutre sua reprodução. Não existe dualismo, pois ambos estão interligados no processo de expansão capitalista. O caso da Rússia foi caracterizado pela penetração tardia do capitalismo e a lei do desenvolvimento desigual e combinado permitiu entender não somente o caso russo, mas também o caso de outros países.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

A entrada do capitalismo na Rússia estava relacionada com necessidades internas e externas, a partir das premissas do desenvolvimento econômico. O capitalismo avançou em saltos, porém em ritmos internos desiguais marcados por contradições, rupturas e avanços. Trotsky (1967) revelou que o caráter desigual e combinado repousa na articulação entre o capital urbano-industrial e a propriedade rural, entre as classes possuidoras da cidade e do campo. Em países capitalistas periféricos o desenvolvimento da economia urbana e da economia rural é marcado por ritmos e velocidades distintos, por contradições e por rupturas abruptas.

Theis (2009) analisou e procurou explicar qual é a diferença existente entre a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual:

[...] enquanto a preocupação da primeira está em explicar porque uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países. (THEIS, 2009, p. 245).

Smith (1988) está entre os geógrafos que se debruçaram nos estudos sobre o desenvolvimento geográfico desigual. Para o autor a teoria é uma tentativa de descobrir os padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento no modo capitalista de produção:

[...] o desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo. [...] O desenvolvimento desigual do capitalismo é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de “determinista”) e são, assim, peculiares ao capitalismo. [...] **o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital.** (SMITH, 1988, p. 16, grifo nosso).

É importante esclarecer que o desenvolvimento pré-capitalista também foi desigual, no entanto, diferente das características pertinentes ao capitalismo. As vantagens naturais explicariam o desenvolvimento inicial da produção em um determinado lugar em razão, por exemplo, da

disponibilidade de matéria-prima. Porém, com o estabelecimento das forças produtivas sob o capitalismo a lógica da localização geográfica se distanciou das condições naturais. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era, inicialmente, a dificuldade em vencer as distâncias e a necessidade de estar próximo das matérias-primas.

Sob a lógica atual de produção a natureza não aparece mais como principal responsável pela divisão territorial do trabalho. Assim, a divisão pré-capitalista subsiste apenas como herança e relíquia de organizações pretéritas. Os avanços nos meios de comunicação e transporte, necessidade intrínseca para a própria ampliação do capital, permitem maior fluidez espacial e temporal.

De acordo com as discussões propostas por Smith (1988) a divisão de trabalho e a divisão de capital aparecem juntas em pelo menos quatro escalas: a) a divisão social *geral* do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos; b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores *particulares*; c) a divisão do capital social entre diferentes capitais *individuais*; d) a divisão *específica* de trabalho no interior da fábrica. As quatro escalas contribuem para a diferenciação geográfica, no entanto não são igualmente importantes. As mais relevantes para o desenvolvimento desigual são a escala dos capitais individuais e a escala da divisão particular do trabalho.

Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão particular do trabalho – a divisão da economia em setores específicos – a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de cada setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aqueles com uma taxa de lucro mais alta. (SMITH, 1988, p. 168).

Os capitais individuais estão distribuídos de forma desigual no espaço, visto que estão concentrados e centralizados em determinados locais que melhor atendem e se enquadram na lógica do capital em um determinado momento. Com relação aos setores, o capital se movimenta entre eles e o movimento gera uma dimensão espacial em razão da sua expansão ou deslocamento. Novos setores da economia podem atrair o capital e os setores velhos ficam estáveis ou perdem capitais ocorrendo à desvalorização.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

O capital também busca a igualização, ou seja, atua como um nivelador visto que exige igualdade nas condições de exploração do trabalho. Assim, “[...] em constante oposição à tendência para a diferenciação, à tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatos determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual” (SMITH, 1988, p. 170). A tendência para a diferenciação e para a igualização atuam contraditoriamente, em um movimento dialético, para o estabelecimento do desenvolvimento desigual.

Outro ponto importante diz respeito à concentração do capital. A acumulação de investimentos conduz à concentração do próprio capital em unidades existentes, o que conduz a um processo mais poderoso que é a centralização do capital. Ela se torna possível quando dois ou mais capitais independentes se combinam em um único capital. Isso ocorre de forma direta através da incorporação, ou de forma indireta através do sistema de crédito. Com a centralização do capital ocorre uma expansão mais rápida na escala da produção.

O capital monetário é mais importante na esfera social do que na esfera espacial. Assim, o movimento geográfico do capital monetário pode acelerar a tendência para a igualização ou diferenciação que surjam no processo de acumulação. Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas conduz a um crescimento na escala do processo de produção.

Com a contínua divisão do trabalho, um número cada vez maior de processos produtivos tem de ser agrupados e mesmo quanto setores inteiros do processo de produção estão espacialmente dispersos – como, por exemplo, na separação de unidades auto-estruturadas de produção básica – a tendência é para as indústrias serem cada vez maiores. Esse agrupamento ocorre internamente, no âmbito de um único capital, mas também externamente. Quanto mais avançada esteja a divisão do trabalho, maior tende a ser o número de serviços e atividades acessórias exigido por um dado processo de produção e maior será a esfera de capital produtivo que pode ser empregado em comum, comandando os poderes de cooperação geográfica. Há, assim, uma tendência para o agrupamento espacial de capitais em locais de produção determinados. (SMITH, 1988, p. 181).

Continuando com a análise sobre o desenvolvimento desigual o autor explicou que três escalas primárias surgem com a produção do espaço sob o sistema capitalista, são elas: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global.

No espaço urbano, com a expansão do capital industrial, se verificou a concentração da atividade produtiva. Os limites geográficos da escala urbana são impostos pelo mercado de trabalho local e pelos limites de deslocamento diário para o trabalho. O custo do deslocamento em direção ao trabalho é um componente do valor da força de trabalho e assume importância, pois os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites para a integração espacial na escala urbana. O espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que conduzem à concentração local de atividades de uso do solo específicas. Assim, o uso residencial, industrial, de lazer e outros usos do solo resultam de uma função diferente do capital.

Na escala da nação-Estado a divisão do mundo vem da necessidade de se proteger internamente da desvalorização e da crise, visto que quando o capital nacional é ameaçado na economia mundial, cabe ao Estado defender com todas as forças, utilizando tarifas, embargos comerciais, tributos e até a guerra.

Na escala global o capitalismo produz um mercado mundial e o transforma em uma economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado. A partir das escalas espaciais do capital o autor caminha para o desfecho final da sua teoria do desenvolvendo desigual explicando como se dá o movimento “em vaivém” do capital:

No embasamento do padrão existente do desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção àquilo que chamaremos de movimento “em vaivém” do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma “superfície de lucro” produzida pelo próprio capital em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. **A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro.** (SMITH, 1988, p. 212, grifo nosso).

A mobilidade do capital na procura das melhores condições para obter lucro conduz ao processo de desenvolvimento geográfico desigual. O capital se direciona para os espaços que permitem as melhores taxas de

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

lucro e sai dos espaços com baixa taxa de lucro ou em processo de estagnação.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um “vaivém” de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente [...]. O capital busca não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em vaivém do capital, que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual. (SMITH, 1988, p. 213).

Notadamente o movimento “em vaivém” do capital não apresenta a mesma amplitude e fluidez em todas as escalas. É no espaço urbano que se torna mais evidente, estando presente na escala da nação-Estado e sendo menos fluido na escala global, pois a riqueza e o desenvolvimento capitalista estão concentrados em algumas prósperas e poucas nações e a pobreza está da mesma forma segregada, embora em escala mundial. Com isso:

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, p. 221).

Entre as regiões situadas no interior de um país e no espaço urbano o capital encontra boas condições de mobilidade, mesmo considerando que

existem setores mais fluidos e setores menos fluidos. Por exemplo, o centro antigo de uma cidade pode ser parcialmente abandonado pelo capital que se direcionou para a construção de um novo centro mais moderno e integrado as novas exigências de reprodução, ou o centro antigo pode ser remodelado para atender a novas demandas dependendo dos interesses em vigor. Na escala regional uma região (industrial ou mineradora a título de exemplo) entra em decadência em razão da fuga dos capitais que migraram para um novo ramo de produção, ou uma região agropecuária que entra em declínio em virtude da substituição do paradigma econômico.

Sobre a discussão apresentada Harvey (1982, p. 416) defende que: “as diferenças espaciais no capitalismo são ativamente produzidas ao invés de passivamente recebidas como uma concessão natural, como se quer fazer crer.” Também argumenta que:

A extrema volatilidade na economia política contemporânea através e entre os espaços da economia mundial (em diferentes escalas) clamam por melhor interpretação teórica. A necessidade é urgente, pois a convergência no bem-estar não ocorreu e as desigualdades geográficas, bem como as sociais no mundo capitalista parecem ter aumentado nas últimas décadas. (HARVEY, 2006b, p. 71, tradução do autor).

A teoria está alicerçada em dois componentes fundamentais: o primeiro refere-se a produção de escalas espaciais e o segundo a produção da diferença geográfica.

No que tange a produção de escalas espaciais, as mesmas não são imutáveis ou totalmente naturais e sim produtos das mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas. As escalas não são espacialmente fixas e estão em contínua redefinição.

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes. (HARVEY, 2004, p. 109).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Assim, as relações de poder de organizações internacionais em escala global têm como motivações os interesses políticos e econômicos do capital. Já as forças de oposição se movem geralmente no sentido contrário, buscando autonomia local. É equivocado o modo de pensar que atua apenas em uma escala, pois é demasiadamente importante o reconhecimento da imbricação entre as escalas, visto que diferentes atores e agentes operam em diferentes escalas intermediadas entre o global e o local.

A produção das diferenças geográficas é bem mais do que os legados histórico-geográficos da ocupação humana da superfície terrestre. Estão sendo continuamente reproduzidas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. Como exemplo temos a atuação da especulação imobiliária que procura elevar os ganhos a partir do aluguel da terra em espaços metropolitanos, criando diferenças geográficas proporcionais a quantidade de investimentos. É uma ação dotada de intencionalidade com a finalidade de ampliação do dinheiro inicialmente investido em estrutura.

Através da produção de escalas espaciais e da produção da diferença geográfica é possível compreender as intensas contradições produzidas pelo modo de produção capitalista em seu processo de expansão.

[...] por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização. Isso ajuda a definir campos possíveis de ação política. A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. [...] A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população. (HARVEY, 2004, p. 115).

Existem diferentes interpretações para explicar o desenvolvimento desigual. As principais são: historicista/difusionista, construtivista, ambientalista e geopolítica. A interpretação historicista/difusionista entende o desenvolvimento geográfico desigual como produto de um processo de difusão diferenciada a partir do centro, através do qual populações e

territórios inteiros, com exceção de poucos lugares, são incapazes de construir a sua própria história e muito menos capazes de influenciar outros lugares. Os argumentos construtivistas focam no desenvolvimento do subdesenvolvimento. As práticas de exploração do capitalismo (colonialismo, neo-colonialismo e imperialismo), apoiadas pela política e pelo exército dos Estados-nação mais poderosos levaram a exploração de territórios e de populações inteiras. Tais fatos estariam na raiz do desenvolvimento desigual. Existem argumentos conservadores (na tradição de Edmund Burke), liberais e marxistas (teoria da dependência, troca desigual, desenvolvimento do subdesenvolvimento e produção do espaço). As explicações ambientalistas atribuem as diferenças de desenvolvimento às condições naturais. Esta abordagem não desapareceu por completo e atualmente está ligada a pressão dos “verdes” com relação a limites naturais, capacidades ambientais e exposição diferencial aos problemas de saúde. As interpretações geopolíticas vêem o desenvolvimento geográfico desigual como resultado da luta política e social entre poderes territorialmente organizados operando em várias escalas. Esses poderes podem estar organizados em estados ou blocos de estados. A luta também ocorre entre regiões, cidades, comunidades, vizinhança local, etc. As versões mais recentes se concentram no jogo do poder político (militar, político, econômico) e na concorrência entre as organizações pela riqueza, poder e recursos. As versões imperialistas salientam a capacidade dos estados ou grupos de estados em extrair excedentes e reduzir grande parte do mundo a uma divisão do trabalho conveniente as necessidades do poder hegemônico. (HARVEY, 2006b).

O autor chamou a atenção para a limitação das interpretações descritas em razão do reducionismo. Sozinhas não são capazes de explicar os amplos e complexos processos que conduzem ao desenvolvimento geográfico desigual no capitalismo. É necessário buscar as ligações entre elas para a construção de uma teoria unificada. A argumentação foi elaborada em torno de quatro condicionantes distintas: 1) a incorporação material no processo de acumulação de capital na teia da vida sócio ecologia; 2) acumulação por expropriação (uma generalização da concepção de Marx de acumulação primitiva sob o qual são montadas os ativos já existentes - força de trabalho, dinheiro, capacidade de produção - e colocados em circulação como capital; 3) o caráter da lei de acumulação no espaço e no tempo; 4) Política e luta de classes em uma variedade de escalas geográficas.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Dentro dessa discussão, Corrêa (2003), procurou conectar a lei do desenvolvimento desigual e combinado ao conceito de região. Fez isso com o objetivo de entender as desigualdades regionais. Assim:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa particularmente uma das leis da dialética, a da interpenetração dos contrários. Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição que daí decorre é característica imaneente à realidade e o elemento motor de sua transformação. Na lei que nos interessa, os dois processos são, primeiro o da desigualdade e, depois, o da combinação. Permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço. (CORRÊA, 2003, p. 43).

A lei tem uma dimensão espacial verificada por meio do processo de regionalização. São dois os aspectos a serem considerados: 1) a gênese e difusão do processo de regionalização e 2) os mecanismos nos quais se realiza, sendo que ambos estão interligados.

Em relação ao primeiro aspecto, é conveniente notar que a diferenciação de áreas vincula-se à história do homem, não se verificando de uma vez para sempre. Tem uma gênese encontrada nas comunidades primitivas indiferenciadas, que implicava uma semelhança do espaço enquanto resultado da ação humana. Estas sociedades originárias tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado [...] o aparecimento da divisão do trabalho, da propriedade da terra, dos meios e das técnicas de produção, das classes sociais e suas lutas, tudo isto se deu com enorme distância em termos espaço-temporais, levando a uma diferenciação intra e intergrupos. Do mesmo modo, a difusão dos processos de mudança fez-se desigualmente, reforçando a diferenciação de áreas. (CORRÊA, 2003, p. 42).

O primeiro aspecto vincula-se com a história do homem desde as comunidades primitivas. As mudanças foram ocorrendo de modo desigual no tempo e no espaço, caracterizando a diferenciação de áreas. Iniciado o processo de regionalização a partir de contatos comerciais, migrações e conquistas, assume ritmos distintos, isto é, a duração e intensidade variam.

Em determinados momentos e áreas a regionalização dá-se com maior rapidez e profundidade: a diferenciação de áreas é aí mais notável. Simultaneamente, em outras áreas não ocorreu este processo ou ele é extremamente lento.

O segundo aspecto está vinculado aos mecanismos utilizados pela regionalização. O autor compreende que é no modo de produção capitalista “que a regionalização se acentua, marcada pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificadas dentro da progressiva mundialização da economia [...]” (CORRÊA, 2003, p. 44). Sob o comando e ação do capital a diferenciação de áreas torna-se mais nítida:

- a) a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali;
- b) o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem como se realizará a produção;
- c) a ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
- d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital. (CORRÊA, 2003, p. 44-45).

A expansão do capitalismo sobre a superfície da Terra insere novos elementos que devem ser analisados, entre eles se destacam a divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento da técnica, a ação do Estado e do capital na produção do espaço e os novos fluxos de informação e comunicação. Com base na argumentação exposta o autor concluiu que:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas. Sob o capitalismo queremos crer que a noção de combinação deve ser explicitamente referida não apenas à coexistência no mesmo território de diferentes modos de vida, mas também à articulação espacial destes territórios. (CORRÊA, 2003, p. 45).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

A região deve ser entendida como uma entidade concreta, sendo o resultado de múltiplas determinações. Não é única, mas particular, ou seja, se trata da especificação de uma totalidade da qual faz parte através de articulações funcionais e espaciais. É a realização de um processo geral e universal em um quadro territorial menor. Nele se combinam o geral (o sistema capitalista) e o particular (próprio e singular de cada lugar).

A análise permitiu entender as desigualdades regionais existentes no interior de um país, pois levou em consideração a divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento das técnicas de produção, a ação do Estado como gestor territorial atrelado aos interesses capitalistas, as articulações possíveis em razão dos avanços nos meios de comunicação e transporte e as especificidades próprias de cada lugar.

Theis (2009) também procurou analisar como o modo de produção capitalista (re) configura o espaço para atender as suas necessidades, produzindo profundas diferenças regionais e locais. Quando uma região se torna desenvolvida na produção passa a ser modelo e referência:

Com o tempo, a competição intercapitalista promove realocações da atividade econômica em direção a regiões mais vantajosas, isto é, mais lucrativas, para formas específicas de produção de mercadorias. De fato, a competição intercapitalista reconfigura, permanentemente, o território. Espaços urbanos são privilegiados por concentrarem funções de comando e controle, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e finanças, assim, se tornando particularmente atrativos para certos capitais e certas formas de produção – o que pode levar a economias de aglomeração [...] Se uma dada região se torna a mais dinâmica e bem-sucedida na produção de um certo bem, ela passa a ser referência para o mundo em termos de custos, condições de trabalho, padrão tecnológico, organização sindical. (THEIS, 2009, p. 248).

As desigualdades estabelecidas entre as regiões levaram ao estabelecimento de regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras:

Regiões bem-sucedidas são espaços nos quais a economia tende a crescer e a sociedade a se tornar mais rica; *regiões perdedoras*, em contrapartida, constituem espaços nos quais o processo de acumulação parece estar travado e sua sociedade, em consequência, parece empobrecer além da pobreza herdada. De fato, regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras conformam a paisagem do capitalismo mundializado, expressão concreta do

desenvolvimento geográfico desigual. O capital ignora os espaços em que as perspectivas de lucro são baixas e, por entre as diversas escalas, se move em direção aos espaços em que as perspectivas de lucro são as mais altas. (THEIS, 2009, p. 248, grifo do autor).

Regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras são a expressão materializada da produção do espaço sob o capitalismo. “A co-existência simultânea e dinâmica, de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos é *resultado* do desenvolvimento geográfico desigual. Mas, também, é *condição* para o processo de continuada valorização do capital (THEIS, 2009, p. 249). Com o desenvolvimento desigual, nas diferentes escalas geográficas, o que se verificou é a co-existência – através de múltiplas conexões e relações – de espaços dinâmicos e espaços periféricos.

O ponto essencial é que o capitalismo se baseia nas desigualdades regionais ou locais como uma necessidade para sua sobrevivência, temática também tratada por Lefebvre (1973). É através da expansão espacial, da produção e reprodução do espaço e da reprodução ampliada de capitais que o modo capitalista vem conseguindo sobreviver. A existência do capitalismo pressupõe a presença e manutenção do desenvolvimento geograficamente desigual.

Que é que se torna geograficamente diferenciado? A lista começa pelas taxas de lucro, parâmetro crucial, mas inclui também a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os níveis de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes. Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográficas e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e da infraestrutura social, da concentração localizada de centros de controle de mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Todos eles fazem parte da espacialização complexa e distintiva que tem marcado o desenvolvimento histórico do capitalismo desde sua origem. (SOJA, 1993, p. 132).

Conforme exposto entendemos que o desenvolvimento geográfico desigual é produto e premissa do desenvolvimento capitalista em sua busca constante por novos mercados e mais lucros. A espacialidade do

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

desenvolvimento desigual se manifesta em diferentes escalas que estão imbricadas. No presente estudo consideramos quatro escalas principais, são elas: global, nacional, regional e local. Nossa ênfase está na escala local, através do estudo do município.

Em nível global, já a partir do final do século XIX, com o imperialismo, porém, especialmente a partir dos grandes avanços tecnológicos verificados na segunda metade do século XX (satélites artificiais, comunicação rápida, computadores, internet, entre outros), o capital se expandiu cada vez mais atrás de mão-de-obra e mercado consumidor com o objetivo de gerar mais-valor. Assim, existem profundas discrepâncias entre o nível de desenvolvimento dos países, pois o comando das ações econômicas e das decisões políticas ainda se concentra em alguns poucos e restritos países (devemos levar em consideração as relações entre o Estado e os grandes oligopólios, e bem como a ação de organizações internacionais subordinadas aos interesses do capital – ONU, FMI, BIRD, OMC). O resultado foi a formação de espacialidades centrais que ainda exercem forte influência política e econômica localizadas no norte, e espacialidades periféricas que devem ser resignificadas no sul. O fortalecimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de outras formas de integração entre países periféricos abrem o caminho para novas possibilidades de desenvolvimento ainda embrionárias.

A expansão capitalista pelo mundo estabeleceu uma divisão internacional do trabalho e da produção que reforçou a desigualdade. Os países centrais e suas empresas transnacionais produzem produtos mais sofisticados e com maior valor agregado e investem grandes quantidades de recursos financeiros no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia. A maioria dos países periféricos, com exceção para alguns poucos que se industrializaram, exportam matéria-prima (minérios, grãos, proteína animal, etc.), ou produtos com pouco valor agregado e importam produtos mais elaborados. A relação estabelecida a partir das trocas desiguais criou déficit comercial, dependência tecnológica e subordinação econômica. É importante esclarecer que a partir de década de 1980, se deu o rompimento das rígidas hierarquias e uma mobilidade acelerada do capital. Na escala nacional o que observamos é concentração da riqueza em poucos países ricos e desenvolvidos.

No interior de um país, mais especificamente na escala regional, as diferenças também são amplas e marcantes. Algumas regiões concentram investimentos e população sendo caracterizadas como regiões ganhadoras. Outras não conseguem atrair grandes investimentos e perdem população, são regiões perdedoras. Ambas estão conectadas e integradas em níveis

mais abrangentes. A mobilidade do capital também é verificada regionalmente, algumas regiões centrais antes prósperas têm experimentado uma desindustrialização econômica acentuada, enquanto que algumas regiões periféricas se tornaram novos centros industriais e de expansão econômica.

Na escala local também aparecem diferentes níveis de desenvolvimento entre os municípios, assim com no interior dos municípios (cidade, bairros, distritos, áreas rurais, etc.). No espaço urbano - com maior evidência para as cidades - verificamos a produção de espaços diferenciados com características e peculiaridades próprias (centro, subúrbio, bairros e distritos destinados para atender determinado nicho cultural). A segregação espacial, a construção de condomínios fechados de luxo, a redução dos espaços públicos em relação aos privados (como exemplo podemos citar o abandono dos cuidados públicos com relação às praças e a ampliação do número de *shopping center*), o turismo como negócio, a revitalização de determinadas áreas como investimento, a elevação no número de sem tetos e o crescimento das favelas mostram a desigualdade em âmbito local.

Assim, o que verificamos nas diferentes escalas é a constituição de espacialidades diferenciadas e desiguais, porém conectadas e articuladas para atender as demandas e necessidades do capital.

Municípios periféricos - uma noção geográfica

A elaboração da noção de municípios periféricos é oriunda de abstrações e reflexões que permitem analisar as contradições econômicas, políticas, sociais e espaciais que configuram o espaço geográfico paranaense.

Um dos primeiros esforços para compreender os papéis periféricos dos municípios paranaenses foi realizado por Rocha (1999) no estudo “Distribuição Populacional na Mesorregião Norte Central Paranaense - o perfil concentrador como resultante de um modelo de desenvolvimento econômico” no qual procurou compreender as contradições no processo de desenvolvimento que resultaram na concentração de população em poucos municípios considerados dinâmicos e o esvaziamento populacional em municípios estagnados.

Rocha (2004) apresentou um estudo mais específico sobre a temática e destacou a concentração dos investimentos e de população no

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

eixo dinâmico Maringá-Londrina, intermediado por Arapongas, Cambé e Apucarana, e o esvaziamento populacional, a carência de investimentos e problemas sociais críticos em um grande número de municípios no Norte Central Paranaense.

A produção de espaços periféricos no Paraná também foi abordada por Rocha (2008), atentando para os estudos populacionais e de mobilidade. A pesquisa evidenciou o esvaziamento populacional e a estagnação econômica vivenciada por um número significativo de municípios paranaense e atentou para a perspectiva de reversão do quadro economicamente estabelecido a partir de outra economia, a economia solidária.

Dentro da temática apresentada Costa e Rocha (2009), analisaram o processo de esvaziamento populacional e os indicadores sociais em sete municípios com menos de cinco mil habitantes na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Fênix, Corumbataí do Sul, Altamira do Paraná, Farol, Boa Esperança, Rancho Alegre do Oeste e Quarto Centenário). Os resultados da pesquisa indicaram que:

São áreas de estagnação econômica que dificilmente conseguem se integrar efetivamente na dinâmica econômica nacional e estadual. A evasão populacional é reflexo das precárias condições econômicas e de longas décadas de desinteresse político por parte das esferas federal e estadual. Constituem-se em espaços que necessitam de políticas públicas sérias e comprometidas com o desenvolvimento local autogerido e autossustentado. (COSTA; ROCHA, 2009, p. 111-112).

O estudo verificou que o contínuo esvaziamento populacional nas últimas décadas está relacionado com a modernização agrícola praticada no campo e com o desemprego e a precariedade do trabalho nas cidades estudadas.

[...] tanto os espaços capitalizados de agricultura moderna (municípios de Farol, Boa Esperança, Rancho Alegre d'Oeste, Quarto Centenário e Fênix), como os espaços de capital fraco (Corumbataí do Sul e Altamira do Paraná), estão marcados pelo decréscimo de população, estagnação econômica e subordinação hierárquica a áreas urbanas de economia mais dinâmica. Nos espaços capitalizados a modernização da agricultura conduziu ao êxodo rural e ao decréscimo da população. No segundo caso, a falta de perspectiva e de apoio público para que o agricultor se

mantivesse no campo conduziu a migração e ao decréscimo da população. (COSTA; ROCHA, 2009, p. 122).

Costa e Rocha (2010) também analisaram o desenvolvimento desigual e as contradições socioeconômicas presentes no espaço geográfico paranaense. A pesquisa revelou que apenas um pequeno número de municípios do interior e outros na Região Metropolitana de Curitiba (inseridos no dinamismo da capital) são capazes de atrair os grandes investimentos públicos e privados.

Outro trabalho relevante foi o Relatório sobre as Áreas Deprimidas (2008), que estudou as características econômicas e sociais dos municípios brasileiros. Avaliou 5.507 municípios e classificou 2.625 como economicamente deprimidos (sendo 1.785 com baixo potencial endógeno, 706 com médio potencial endógeno e 134 com alto potencial endógeno). As áreas economicamente deprimidas se caracterizam por: infraestrutura básica inexistente ou em precárias condições; baixas taxas de crescimento econômico; insuficiência de absorção de mão-de-obra (elevadas taxas de desemprego aberto, de subemprego ou de desemprego disfarçado); elevados índices de pobreza e de carência de serviços sociais; e fortes desequilíbrios socioeconômicos intra-regionais (entre as zonas urbanas e as zonas rurais).

As regiões ou áreas deprimidas são partes do país com nível de desenvolvimento e ritmo de crescimento abaixo da média nacional. Nestas áreas o subdesenvolvimento é crônico e não existem reações de crescimento. O referido estudo sinalizou os intensos problemas econômicos e sociais vivenciados no país, pois 47,7% dos municípios brasileiros foram considerados como economicamente deprimidos, sendo que destes 68% possuem baixo potencial endógeno.

Por sua vez García e Valverde (2012), estudando os Programas de Desenvolvimento Rural – PDR, na Espanha (mais especificamente na Província de Granada) verificaram que os investimentos públicos e privados foram direcionados, na maioria das vezes, para os territórios mais dinâmicos. Enquanto que:

Los pequeños municipios periféricos, deprimidos, montanos y/o con fuerte base agraria son los menos favorecidos por estos PDRs. Ello es así en la medida en que cuentan inicialmente con una menor capacidad económica a la vez que los agricultores, en su vertiente empresarial, son los que menos proyectos presentan. El objetivo diversificador para este *rural profundo* no sólo no se está consiguiendo sino que se está agravando en la medida en que se está potenciando - queremos creer que inconscientemente - los

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

procesos de vaciamiento demográfico de estos territorios. Es evidente para el caso de Granada que la lógica centro-periferia actúa acrecentando las debilidades y disparidades dentro de las diferentes áreas rurales y que estos programas, lejos de corregirla, la favorecen. (GARCÍA; VALVERDE, 2012, s.p. grifo do autor).

As dificuldades para melhorar as condições de vida da população e conter o esvaziamento populacional também são grandes desafios na Espanha. Os primeiros projetos remontam a meados da década de 1990, porém, conforme o argumento dos referidos autores, questões de influência política e de poder local e regional direcionam os investimentos para os espaços dinamizados com empresários inseridos na dinâmica de produção e circulação regional e nacional. Se o objetivo dos Programas era reduzir as disparidades regionais e locais, os resultados foram até agora parciais e em alguns casos contrários, visto que a desigualdade aumentou.

Na Argentina o esvaziamento populacional também é um grande problema como alertou Benítez (2009, p. 69): “[...] casi la mitad de los pequeños pueblos rurales corren riesgo de desaparecer.” A maior parte dessas pequenas localidades surgiu entre o final do século XIX e princípio do XX, no entorno das estações ferroviárias em rotas econômicas tradicionais. “Todo aquel dinamismo generó cientos de pueblos que cubrieran el territorio, con una población que crecía en función de las oportunidades que las nuevas actividades ofrecían.” As mudanças na orientação política e econômica resultaram em um contínuo esvaziamento populacional. Ainda na Argentina Tetamanti (2006), alegou que:

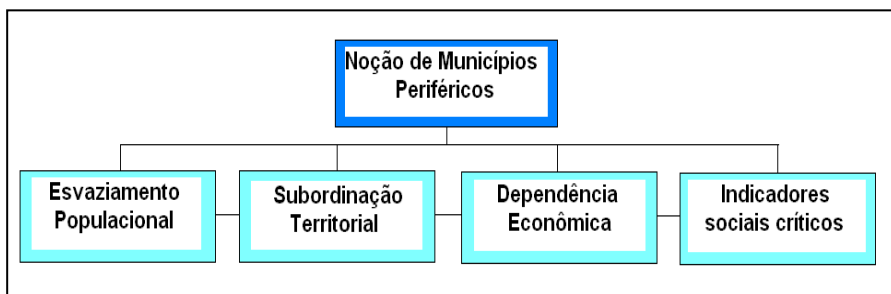
Los cambios en las reglas económicas del juego del ámbito nacional y la ausencia de políticas sociales destinadas a la población rural, han impactado en las localidades con fuerte vinculación al espacio rural; ejerciendo presión sobre la población estable y ocasionando de manera continua entre 1976 y 2004, una profunda emigración. Estos cambios demográficos, se vinculan estrechamente con la expresión singular de la cuestión social en nuestro país. Entre los factores consecuentes, se pueden mencionar la precarización del empleo, las dificultades de acceso a la salud, a la educación, a bienes culturales, tecnologías de información, etc. (TETAMANTI, 2006, p. 10).

Depois de revelar os problemas verificados nas últimas quatro décadas nos pequenos povoados argentinos o autor da sequência em sua linha de pensamento argumentando que:

Dentro de esta serie de problemas, el despoblamiento implica una clara singularidad, que se manifiesta en movimientos de población que van desde las pequeñas localidades, a las ciudades de cabecera y desde allí a los grandes aglomerados urbanos, originándose una serie de inconvenientes que muestran nuevas y caracterizadas formas de organización social, las que impactan directamente en las condiciones de vida de la población. Así, la distribución espacial resultante del movimiento poblacional es, en sí misma, problemática. El éxodo rural, al generar un descenso en la cantidad de población, trae como consecuencia características especiales al proceso del despoblamiento que se expresan, entre otras cosas, en: el envejecimiento de la población, la pérdida de servicios y equipamiento y el desaprovechamiento de la capacidad instalada, que llevan entre otras dificultades a una desertización socioeconómica y a una desarticulación del territorio. (TETAMANTI, 2006, p. 10).

Com base nas argumentações apresentadas oriundas de estudos sobre esvaziamento populacional e problemas sociais existentes no Brasil, Argentina e Espanha entendemos que seja valido aprofundar a análise sobre o caso paranaense e todas as suas contradições.

Desenvolvemos a noção de municípios periféricos com base nas discussões teóricas sobre produção do espaço e desenvolvimento geográfico desigual. Consideramos quatro critérios que estão inter-relacionados e devem ser analisados em conjunto, são eles: esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos. O quadro 1 apresenta os quatro critérios utilizados.



Quadro 1 – A noção de municípios periféricos

O esvaziamento populacional está entre os problemas mais sérios enfrentados por um significativo número de municípios no Paraná, não

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

sendo diferente, guardadas as devidas peculiaridades e proporcionalidades, da dinâmica enfrentada no país. É o efeito da orientação econômica e política adotada pelo Estado, concomitantemente com a ação do capital, que incentivou a modernização das técnicas de produção agrícolas ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970 e potencializou a industrialização em restritas cidades escolhidas para a reprodução do capital.

Os trabalhadores rurais foram forçados a se descolar para a cidade, especialmente para as grandes cidades com o objetivo de atender a expansão industrial que necessitava de mão-de-obra e para a formação de um exército de reserva para a manutenção dos baixos salários. Um duplo objetivo foi atingido: 1) a reprodução ampliada de capital no campo via modernização e 2) a disponibilidade de trabalhadores nas cidades para a indústria. Moura e Kleinke (1997) também chamaram a atenção para o crescimento insignificante ou redução de população entre os municípios recém emancipados (década de 1990), pois a maioria apresentou taxas negativas ou inferiores a 1,0% a.a. No período entre 1988 e 1996 a conjuntura política estabelecida pela nova constituição intensificou a criação de municípios. Apenas no Paraná foram criados 81 novos municípios, sendo que 79 tinham menos de 20 mil habitantes. Entre os novos municípios os poucos que cresceram estavam localizados nos aglomerados urbanos ou nas regiões metropolitanas. A partir de 1996 o Estado ampliou os quesitos necessários para a formação de novos municípios e desde o final da década de 1990 o número se mantém.

Entre os 399 municípios paranaenses ocorreram perda de população em 186, ou seja, 46,6% do total entre os censos de 2000 e 2010. Com relação aos municípios com até cinco mil habitantes, 65 de um total de 98 possuem crescimento geométrico da população negativo, o que equivale a 66,3% do total (IBGE, 2011). Os valores apresentados são preocupantes e apontaram para uma problemática complexa. Enquanto a maioria dos municípios com menos de cinco mil habitantes enfrentam o processo de esvaziamento ocorreu forte concentração de população nas cidades dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Os dados do censo 2010 demonstraram que 45,72% da população paranaense moram nos 15 municípios¹¹ mais populosos (IBGE, 2011).

¹¹ Os 15 representam apenas 3,79% do total de municípios, são eles: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava, Paranaguá, Apucarana, Toledo, Araucária, Pinhais e Campo Largo.

Com referência a subordinação territorial é preciso, inicialmente, tecer algumas considerações sobre a rede urbana brasileira e paranaense, pois com o processo de urbanização a população foi se concentrando cada vez mais nas cidades, que atuam como centros industriais, financeiros, de comercialização de mercadorias, prestação de serviços, gestão pública e privada. Assim, os estudos sobre rede urbana são necessários para entender a dinâmica de fluxos e as articulações presentes no espaço geográfico.

Entre as primeiras contribuições está a teoria das localidades centrais atribuída ao geógrafo de origem alemã Walter Christaller em 1933. Na análise de Christaller a centralidade de um núcleo urbano diz respeito à capacidade e extensão atingida com relação à distribuição de mercadorias e prestação de serviços para a população. Quanto mais complexos são os produtos comercializados e os serviços prestados, maior a centralidade e a área de influência. Quanto mais básicos são os produtos comercializados e os serviços prestados, menor é a centralidade. A proposta está assentada sobre uma visão econômica e espacial enfatizando a distribuição e consumo de mercadorias.

Na interpretação de Corrêa (1994), para a existência de uma rede urbana devem estar presentes e serem atendidas pelo menos três condições: 1) existir uma economia de mercado e uma produção que é negociada por outra que não foi produzida localmente ou regionalmente; 2) existência de pontos fixos no território no lugar em que os negócios são realizados, mesmo que de modo não contínuo; e 3) existência de um mínimo de articulação entre os núcleos urbanos, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a elas e ao tamanho demográfico.

A rede urbana constitui um conjunto de centros urbanos articulados, sendo um produto social historicamente construído. Através da rede urbana as ações capitalistas se tornam mais fluidas, pois as articulações entre os centros urbanos permitem uma maior circulação de mercadorias, dentro da lógica de expansão e ampliação de capitais. As desigualdades sócio-espaciais próprias do modo de produção capitalista produzem redes urbanas com diferentes padrões espaciais e distintos graus de articulação e complexidades funcionais internas e externas.

Conforme Santos (2008) são três os elementos de base que constituem a própria substância das redes: as massas, os fluxos e o tempo. As massas se decompõem em massa de população, massa de produção, massa da poupança, massa do consumo e massa do equipamento. Os fluxos expressam os movimentos de população, das produções agrícolas e industriais e dos fluxos monetários de informação e de ordens. A população

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

não é somente uma massa, mas também um fator gerador de fluxos. O tempo pondera dos dois outros critérios e explica os fenômenos de desigualdade e se faz sentir no domínio do equipamento, pelo grau de arcaísmo de infraestrutura agrícola, industrial, dos transportes e dos serviços conforme as regiões, assim como pelo nível cultural da população encarado em sentido amplo. O autor também se preocupou com as diferenças socioeconômicas da população:

Existem, pois, segundo a categoria socioeconômica da população urbana que se considera, “redes urbanas” muito diferentes, tanto mais distintas quanto mais estratificada esteja a estrutura social da cidade: na grande cidade, a classe privilegiada corresponde ao escalão de uma rede que, em escala superior, vincula-se à rede mundial das cidades dos países industriais, mas da qual as classes populares ficam praticamente excluídas. Na pequena cidade, a população urbana e regional pobre encontra a parte essencial dos serviços de que necessita, devido à sua *facies* econômica e cultural (consumo, festas tradicionais etc.) ela os encontraria também na cidade grande, mas não teria acesso a outros de categoria superior, em virtude de seu fraco poder de compra [...]. (SANTOS, 2008, p. 170).

Na análise apresentada à categoria socioeconômica da população apresenta grande impacto, visto que a quantidade de capitais disponíveis nas mãos de determinados grupos estabelece “redes urbanas” diferentes.

Oliveira (2008) contribuiu para o debate argumentando sobre as significativas transformações ocorridas após 1970, especialmente no que diz respeito aos países subdesenvolvidos. Desta forma, a rede urbana:

Tornava-se cada vez mais diferenciada e complexa, haja visto que cada cidade e seu campo passaram a responder por relações específicas, próprias a sua realidade sócio-econômica e, dessa forma, percebemos que toda a reestruturação sócio-espacial e econômica pela qual o território tem passado, além do processo de urbanização, contribuíram para que houvesse uma extrema diferenciação entre os tipos urbanos e sua hierarquia de tamanho e funções [...] o desenvolvimento da produção, circulação, informação e de novas formas de consumo, tem gerado novas funcionalidades entre os centros urbanos e uma nova configuração no interior das redes urbanas. Diante disso, é possível uma relação de complementaridade e prestação de serviços entre a pequena cidade local com a cidade média, com a

metrópole regional ou, em certos níveis, mesmo diretamente com a metrópole nacional. (OLIVEIRA, 2008, p. 106).

Uma pequena cidade local pode manter relações diretas com a metrópole regional ou até mesmo nacional, assim como relações com a cidade média mais próxima. Os avanços nos meios de transportes e comunicação permitiram maior fluidez no espaço e acabaram por romper com a rígida hierarquia proposta por Christaller, na qual um centro local é influenciado por um centro de zona e assim sucessivamente até a metrópole. Conforme Oliveira (2008) fica perceptível uma hierarquia flexível, a mundialização não implica o desaparecimento de uma estrutura hierarquizada, mas permite interações entre elas. Segundo Endlich (2006):

Outro ponto a ser destacado é que as interações interurbanas estão acontecendo com padrões desconhecidos anteriormente. Podem ser assinaladas duas mudanças qualitativas. A primeira diz respeito às possibilidades técnicas e à natureza das relações econômicas que ampliam e tornam comuns fluxos entre espaços não contíguos, ampliando alcances espaciais além de trazer novos elementos para se pensar a hierarquia urbana, não mais estreitamente vinculada ao tamanho demográfico. Assim, se a rede urbana podia ser compreendida na dimensão espacial contígua da região, já que as relações interurbanas ocorriam basicamente com fluxos materiais de pessoas e mercadorias, a rede atual ficou mais complexa, pois além desses fluxos, outros se sobrepõem aos mesmos, imateriais ou virtuais, em virtude da circulação das informações e dos investimentos de capital. Estes novos fluxos prescindem da contiguidade espacial já que se realizam por redes geográficas, nas quais a distância física pouco ou nada representa [...]. (ENDLICH, 2006, p. 181).

A autora argumentou que a rede urbana atual se tornou mais complexa e fluida em razão dos novos fluxos imateriais ligados a circulação de informação e investimentos. Neles as distâncias físicas representam muito pouco. Corrêa também contribuiu para um melhor discernimento sobre a questão:

A industrialização, a melhoria geral da circulação, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de demanda mais diferenciados, a modernização do campo e a incorporação de novas áreas, levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. A

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever e explicar a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente. (CORRÊA, 2005, p. 100).

A crescente complexidade funcional permitiu que um centro estivesse simultaneamente em mais de uma rede. Uma cidade, por exemplo, pode estar subordinada a outra maior e ao mesmo tempo atuar como um centro industrial especializado na produção de mercadorias para o mercado nacional e internacional. Sobre as novas interações o REGIC (2008) defendeu que:

[...] na configuração da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. **A gestão-pública e empresarial mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos.** As cidades, contudo, mantêm relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços. (REGIC, 2008, p.09, grifo nosso).

A hierarquia urbana não desapareceu por completo e é a partir da centralização e do controle exercido por alguns poucos pontos sobre a gestão-pública e empresarial através da tomada de decisão e do encaminhamento dos investimentos que compreendemos a existência da subordinação territorial. O processo de concentração e centralização do capital, resultado da urbanização capitalista, estabeleceu hierarquias territoriais na medida em que os capitais de maior magnitude são alocados nos maiores centros.

Os municípios periféricos estão subordinados, pois as ações e comandos são exógenos ao seu território. A administração local ficou, na prática, restrita a poucas ações e decisões, mesmo que na teoria tenha certa autonomia conforme previsto na constituição de 1988. As principais decisões são tomadas em outros pontos do território nacional ou até mesmo vem de fora do país. Esta temática é discutida por Santos (2009):

[...] há, também, o acontecer hierárquico, resultante das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se em outro, como trabalho. É a outra cara do sistema urbano. Não é que haja um lugar comandando um outro, senão como

metáfora. Mas os limites à escolha de comportamentos num lugar podem ser devidos a interesses sediados em um outro. (SANTOS, 2009, p. 166, grifo nosso).

O acontecer hierárquico se faz sob um comando e tende a ser concentrado. Assim, “[...] a relevância aqui não é da técnica, mas da política” (SANTOS, 2009, p. 167). É através da política, ou seja, o controle do poder político concentrado em alguns pontos propagando e irradiando decisões e definindo ações é que se dá a subordinação territorial. No caso do acontecer homologo e complementar o que se verifica é a criação de horizontalidades, já com relação ao acontecer hierárquico, verticalidades¹². Também:

Vale lembrar que uma rede urbana hierarquizada espelha justamente uma organização entre centros, na qual municípios desempenham papéis específicos. Sistemas hierarquizados, na lógica não são excludentes, mas racionalizadores de funções e serviços. Isso significa que estar em um nível de subordinação não corresponde a estar à margem, mas, sim, estar integrado e beneficiado por tal ordem hierárquica que pressupõem que as funções básicas permeiam todos os integrantes da rede, enquanto as de maior complexidades, localizadas nas centralidades principais, são acessáveis por todos. (MOURA, 2009, p. 26).

Uma rede urbana hierarquizada não deveria ser excludente e sim ter a função de integrar e tornar acessível às funções urbanas. Porém, a autora complementou seu pensamento realizando o seguinte questionamento: “Resta saber se os pequenos municípios brasileiros efetivamente respondem pelas funções básicas requeridas por sua população e se viabilizam acesso a funções de maior complexidade ofertadas por centros vizinhos [...]. (MOURA, 2009, p. 27). Em virtude de muitos municípios paranaenses não atenderem adequadamente a todas as necessidades e funções básicas requeridas pelos seus moradores e as decisões politico-administrativas provirem de outros pontos do território, entendemos que existe uma

¹² Segundo Santos (2009) “As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes inseparavelmente. (SANTOS, 2009, p. 284).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

subordinação territorial. Os municípios periféricos possuem restrito poder de decisão sobre o direcionamento dos investimentos de origem pública e privada, uma vez que o capital estabelece as prioridades conforme os seus interesses.

Outro aspecto que consideramos foi a perda de centralidade e de funções urbanas elementares para atender as necessidades básicas da população nos municípios periféricos em razão do esvaziamento populacional e da subordinação territorial. A centralidade está relacionada com a complexidade, quantidade e qualidade dos serviços prestados e mercadorias comercializadas. Nos municípios periféricos, em razão do significativo esvaziamento ou estagnação populacional e das relações de subordinação, vem ocorrendo perda da centralidade, pois os serviços e as mercadorias oferecidos à população algumas vezes não atingem as necessidades básicas, tornando-se necessário o descolamento para centros urbanos maiores.

Mesmo cientes de que a rede urbana atual está mais integrada e que as cidades mais dinâmicas devem ser capazes de articular minimamente as necessidades regionais, compreendemos que os municípios periféricos deveriam ter condições de oferecer para a população melhores condições de vida. A perda de funções urbanas elementares está inter-relacionada com a perda de centralidade. Funções importantes como os prestados em agências bancárias e rodoviárias estão sendo reduzidos significativamente.

Para entender e discutir sobre a dependência econômica buscamos subsídios na teoria da dependência, que trata da subordinação dos países periféricos em relação aos países centrais. Na referida teoria a escala de análise é a nacional e a internacional, porém entendemos que a dependência também se estabelece em nível local.

A teoria da dependência foi elaborada com o intuito de criticar a teoria do desenvolvimento elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, apresentada na década de 1940. São duas as versões principais. A primeira ficou conhecida como capitalismo dependente-associado e foi elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, sendo de orientação weberiana. A segunda é de orientação marxista e tem como principais expoentes Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Atentaremos para o entendimento da dependência a partir das orientações apresentadas pela segunda orientação, sem desconsiderar as contribuições oferecidas por outras correntes.

A dependência é compreendida como uma relação de subordinação entre nações, sendo os países periféricos são subordinados aos interesses dos países centrais. A teoria procurou explicar a subordinação da América Latina

à economia capitalista mundial a partir de uma relação desigual de controle dos mercados. Conforme o entendimento de Duarte e Gracioli (2009) há três formas históricas de dependência:

[...] pode-se distinguir três formas históricas de dependência. A primeira seria a dependência colonial, caracterizada pela exportação de produtos naturais e na qual o capital comercial e financeiro, associado aos estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência financeira industrial, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos e cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo; nesse sentido a produção, por ser voltada à exportação, era determinada de acordo com a demanda dos centros hegemônicos. A terceira seria a dependência tecnológico-financeira, caracterizada pela presença de corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos; nesse caso, a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de máquinas não produzidas internamente, de forma que tal compra é limitada pelos recursos provenientes do setor exportador e pelas imposições dos monopólios e patentes. (DUARTE; GRACIOLI, 2009, p. 07).

Devemos considerar a teoria da dependência articulada com o desenvolvimento geográfico desigual e inserir os novos fluxos de capitais visando compreender a dinâmica internacional, nacional, regional e local.

Com relação à escala regional e local, a dependência econômica também está associada às contradições e desigualdades estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Os investimentos nos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços foram canalizados para alguns poucos centros urbanos que se tornaram complexos e dinâmicos. Assim, foi constatado pelo estudo do IPARDES (2005) que:

As disponibilidades e combinações diferenciadas oferecidas e pactuadas pelos agentes hegemônicos e estados, de aplicação do capital, circulação de mercadorias, desenvolvimento industrial e ativos tecnológicos resultam em regiões que movem as economias e as que se subordinam a esse dado movimento. Frutos da mesma lógica, surgem as regiões de “mandar” com maiores possibilidades técnicas, em posição de comando e as de “fazer”, submissas e dependentes. (IPARDES, 2005, p. 167).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Como a economia mundial está cada vez mais integrada, a fluidez das ações permite uma intensa expansão dos interesses capitalistas. Desta forma, o comando está concentrado nas mãos de poucos grupos (internacionais ou nacionais). Esses grupos atuam em uma ou várias atividades (informática, automóveis, energia, equipamentos eletrônicos, alimentos, bebidas, agropecuária, finanças, comércio, petróleo, mineração, comunicação, etc.), construindo inúmeras vezes poderosos monopólios e oligopólios que estão legitimados pelo apoio e comprometimento político do Estado. Tais grupos possuem efetivo poder de negociação para colocarem em prática seus planos e encaminhar os investimentos.

As burguesias locais reproduzem as relações determinadas pelos grupos hegemônicos de poder, pois esta é a possibilidade de sua sobrevivência enquanto tal. Estes grupos nacionais e internacionais estabelecem uma ação orquestrada entre as grandes corporações e suas representações políticas nas diversas escalas de poder. Assim, entendemos que os municípios periféricos para captar recursos são dependentes dos interesses políticos e econômicos dos grupos hegemônicos.

Outro exemplo de dependência são as transferências realizadas a partir dos fundos de participação. Inúmeros municípios se tornaram dependentes dos rapasses estabelecidos pelo governo federal e estadual. Sobre o sistema tributário municipal e o fundo de participação, Schöntag (2009) expôs que:

O sistema tributário municipal está estruturado nos seguintes tributos: os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria, em conformidade com o artigo 145 da Constituição. Com base neste preceito, ao Município compete, através das leis municipais, instituir: o IPTU – imposto sobre propriedade predial e territorial urbana; o ITBI – imposto sobre a transmissão de bens imóveis; o ISSQN – imposto sobre serviços de qualquer natureza; as taxas de polícia e as taxas de serviços, como por exemplos, as de conservação e limpeza públicas e as de coleta de lixo; e as contribuições de melhorias. (SCHÖNTAG, 2009, s. p.).

A correta arrecadação dos referidos tributos é fundamental para que o município obtenha os recursos necessários para investir nos setores estratégicos com o objetivo de promover melhorias. Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 2010), compete aos municípios: arrecadar os tributos de sua competência; organizar e prestar os serviços públicos de interesse local; manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do

Estado, programas de educação infantil e ensino fundamental; prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, atendimento à saúde da população; promover ordenamento territorial através de planejamento e controle do uso.

[...] a Constituição promulgada em 1988 não só aumentou a base de tributação dos governos municipais, como também, incrementou a sua participação nos tributos federais através do mecanismo de transferência aos fundos de participação. E, exatamente neste ponto, é que se justifica a presente reflexão: **os municípios estão exercendo com comprometimento e eficiência as suas atribuições no devido recolhimento do dinheiro público aos cofres ou continua, ainda, dependentes da famigerada “mesada” oriunda do onipotente governo federal?** (SCHÖNTAG, 2009, s.p., grifo nosso).

As reflexões do autor fazem sentido. Isso porque existem municípios que não implementaram na prática o recebimento dos tributos de direito. A atuação política local, através dos prefeitos e vereadores tem a responsabilidade e o dever de tornar eficiente o recolhimento dos tributos municipais. A omissão ou descaso prejudica a própria população. Também podemos atentar para o fato problemático de que nos municípios onde a economia é precária, a arrecadação de tributos é baixa, o que torna difícil melhorar a infraestrutura local.

Para Schlesinger e Rolim (2008), a união é responsável pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM, composto por 22,5% do valor de arrecadação do Imposto de Renda - IR e do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI. Os estados são responsáveis por repassar 25% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O FPM é distribuído conforme o tamanho do município, e a cota-parte do ICMS, de acordo com o valor gerado dentro do próprio município. O FPM distribui mais recursos quanto maior for a população do município, porém conforme o algoritmo de cálculo, os municípios menores recebem mais recursos *per capita*.

Alguns autores como Citadini (1998) *apud* Magalhães (2001) demonstraram que o sistema de transferência constitucional estabelece vínculos de dependência e afirmam que há várias centenas de municípios quase inviáveis em termos financeiros, pois tem dificuldades em cobrar os tributos de sua competência. Segundo Magalhães (2001), a participação das receitas próprias na receita total corrente dos municípios brasileiros de até 5 mil habitantes era de apenas 9%, enquanto municípios com mais de um

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

milhão de habitantes tinham receitas próprias de cerca de 56%. Assim, os pequenos municípios dependem fortemente do Fundo de Participação para custear suas despesas.

Schöntag (2009) analisando os dados oficiais do Ministério da Fazenda constatou que entre os anos de 1998 a 2007, as receitas de transferência foram responsáveis por 63% das Receitas Líquidas Municipais. Os municípios dinâmicos que estão inseridos efetivamente nas articulações capitalistas de maior complexidade apresentam percentagens inferiores ao valor exposto. Já os municípios periféricos com população inferior a cinco mil habitantes no Paraná, conforme dados disponibilizados no IPARDES (2011), apresentam valores acima de 85% da receita líquida.

Haddad (2007) levantou como hipótese para a sobrevivência dos municípios deprimidos as transferências extraídas do excedente gerado pelos municípios mais prósperos. Tais transferências se manifestam através da aposentadoria rural, Bolsa Família, Fundo de Participação Municipal, cota-parte livre do ICMS, fundos especiais de saúde e educação. Com isso uma significativa quantidade de municípios acaba por depender fortemente da transferência de receitas para custear as suas despesas.

Outro aspecto que merece atenção são as relações e redes de poder politicamente estabelecidas e sedimentadas que permitem maior ou menor visibilidade ao município. O fator político e a influência exercida pelo grupo local podem assegurar ou não o encaminhamento de investimentos públicos e/ou privados.

O desenvolvimento das potencialidades locais é outro fator que muitas vezes é desconsiderado e negligenciado pela administração municipal. Algumas prefeituras estabelecem uma relação de dependência tão forte com as transferências da união e do estado que não se preocupam em articular e incentivar o desenvolvimento local a partir das potencialidades endógenas.

No que se refere aos indicadores sociais, os mesmos são relevantes para a caracterização e análise socioeconômica dos municípios, visto que oferecem suporte estatístico e permitem compreender a situação em que a população vive. Como explicou Beaujeu-Garnier (1971, p. 19), “os números são a chave insubstituível da precisão e das comparações, que constituem elementos para a classificação.” Mesmo que se pese toda crítica com relação aos dados quantitativos, as comparações e as classificações hierárquicas; os mesmos ainda são importantes, pelo menos em um primeiro momento, para a análise e o entendimento da situação socioeconômica. A conjugação de uma interpretação quantitativa articulada com uma interpretação qualitativa é a perspectiva para uma investigação científica crítica e precisa.

Nos municípios com indicadores sociais críticos a população enfrenta intensos problemas. Entre os principais estão a falta de equipamentos de infraestrutura básica (saneamento, lazer, iluminação pública, transportes, asfalto, etc.), desemprego, baixos salários, elevada taxa de pobreza e IDH inferior à média do Paraná.

A produção do espaço no capitalismo conduz ao desenvolvimento desigual e combinado conforme análise realizada por Trotsky (1967), sendo que os diferentes estágios se articulam, se combinam, se amalgamam. Desta forma, ao mesmo tempo em que os municípios periféricos estão incluídos no processo de mundialização, também estão parcialmente excluídos. Estão incluídos porque os fluxos de informações e de capitais necessitam de continuidade espacial (recepção de televisão, rádio, internet, telefonia, serviços bancários, correios, comércios, estradas, etc.) e permitem a circulação de informações e mercadorias transformando a população em consumidores. Porém, estão excluídos dos benefícios gerados, pois estão expostos ao esvaziamento populacional, a subordinação territorial, a dependência econômica e a indicadores sociais críticos.

A reversão do quadro atual requer a valorizando das potencialidades locais a partir do estímulo à produção autóctone. Também exige ações de planejamento e consolidação de políticas públicas, bem como de uma intervenção social do poder local que considerem os aspectos culturais, ecológicos e turísticos, norteando o desenvolvimento para os interesses da comunidade local.

A proposta de classificação dos municípios em 1) fortemente dinâmico, 2) dinâmico, 3) intermediário e 4) periférico, levou em consideração os seguintes indicadores: influência das cidades, relevância econômica, Índice IPARDES de Desempenho Municipal - IPDM, taxa de pobreza e crescimento geométrico da população.

A influência das cidades foi verificada a partir do REGIC (2008), elaborado pelo IBGE. Para investigar o nível de influência e de centralidade das cidades brasileiras o REGIC utilizou: a função de gestão do território, através da avaliação dos níveis de centralidade do Poder Executivo e do Poder Judiciário no nível Federal; a centralidade empresarial e a presença de equipamentos e serviços. O estudo permitiu o levantamento das ligações entre as cidades e as suas respectivas áreas de influência. São considerados equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade: ligações aéreas, deslocamento para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de curso superior, diversidade de atividades comerciais e de serviços, oferta de serviços bancários e presença

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

de domínios da Internet. De acordo com a metodologia utilizada os municípios brasileiros foram classificados em:

- 1 Metrópoles,
- 2 Capital Regional (Capital regional A, Capital regional B, Capital regional C),
- 3 Centro sub-regional (Centro sub-regional A, Centro sub-regional B),
- 4 Centro de Zona (Centro de zona A, Centro de zona B),
- 5 Centro local.

Para a relevância econômica usamos o estudo ‘os Vários Paranás’ realizado pelo IPARDES (2005). O mesmo sinalizou grande disparidade social e espacial no território paranaense, coexistindo espaços que exercem forte centralidade e relevância e espaços economicamente e socialmente críticos. Utilizou as seguintes informações: participação do município na formação do valor adicionado fiscal estadual total, da indústria e dos serviços, e a participação do faturamento das empresas entre as 300 maiores do Paraná, existindo no município, no total do faturamento das empresas do Estado. Classificou os municípios como:

- 1 Altíssima relevância
- 2 Alta relevância
- 3 Relevância média superior
- 4 Relevância média inferior
- 5 Baixa relevância
- 6 Sem relevância

A taxa de pobreza ou pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados sobre situação de pobreza são provenientes dos microdados do censo demográfico realizado pelo IBGE.

O IPDM considerou, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento econômico e social: a) emprego, renda e produção agropecuária, b) educação e c) saúde. O índice final é feito a partir de valores variando de 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho. Com base nos índices os municípios foram classificados como:

- 1 Baixo
- 2 Médio baixo
- 3 Médio

4 Alto

A taxa de crescimento geométrico faz referência ao crescimento da população de um local considerando duas datas sucessivas e o intervalo de tempo entre essas datas medido em ano. Segundo o IBGE (2012), a taxa média geométrica de crescimento anual da população é medida pela expressão:

$$\sqrt[n]{\frac{P(t+n)}{P(t)}}$$

Sendo $P(t+n)$ população correspondente a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano. Para os valores de 2010, foram considerados os dados disponibilizados pelo censo 2000 e pelo censo 2010.

O objetivo principal foi analisar o nível de integração dos municípios periféricos na dinâmica capitalista e suas articulações nas diferentes escalas geográficas. Também é de interesse saber qual é a articulação e a abrangência do setor econômico local e as principais dificuldades enfrentadas pela população.

3

CONTRADIÇÃO E DESIGUALDADE

O esvaziamento populacional em municípios periféricos está relacionado com a nova dinâmica do capitalismo internacional estabelecida a partir do final da Segunda Guerra Mundial em 1945, que definiu os rumos da economia mundo com a ascensão dos Estados Unidos da América como principal potência capitalista. Deste momento em diante o capital buscou expandir os excedentes para as regiões subdesenvolvidas com a finalidade de ampliação dos lucros. O referido modelo chegou no Brasil e também no Paraná conduzindo a reestruturação das bases produtivas a partir da década de 1960. O processo contou com a participação do Estado que atuou como organizador territorial e gestor político para as ações do capital, o que contribuiu para o estabelecimento de intensas desigualdades.

As transformações estabeleceram novas interações a partir do uso de técnicas que ampliaram as relações entre a escala local e a global. Os fluxos materiais e imateriais necessitam de uma dimensão espacial contígua e se realizam em redes. Com isso podemos repensar e resignificar a ideia de periferia, pois os novos fluxos que se estabeleceram através de redes geográficas integraram a periferia na lógica global de ampliação dos capitais. Tal processo se estabeleceu de forma desigual e combinada, no qual o moderno e o tradicional se amalgamam.

A atual fase do capitalismo exige maior velocidade, fluidez e abrangência dos mercados, o que favoreceu a integração. Porém, as desigualdades não desapareceram. Com investimentos privados menores, pouco apoio do governo estadual e falta de iniciativas para o desenvolvimento local, inúmeros municípios foram perdendo continuamente população. Assim, se tornaram subordinados e dependentes dos interesses externos, ou seja, desempenhando funções periféricas, ainda que articulados com a dinâmica capitalista.

A figura 4 foi elaborada conforme metodologia já citada levando em consideração os critérios: influência das cidades, relevância econômica, IPDM, taxa de pobreza e crescimento geométrico da população e apresenta uma classificação dos municípios paranaenses em quatro grupos: 1) fortemente dinâmico, 2) dinâmico, 3) intermediário e 4) periférico.

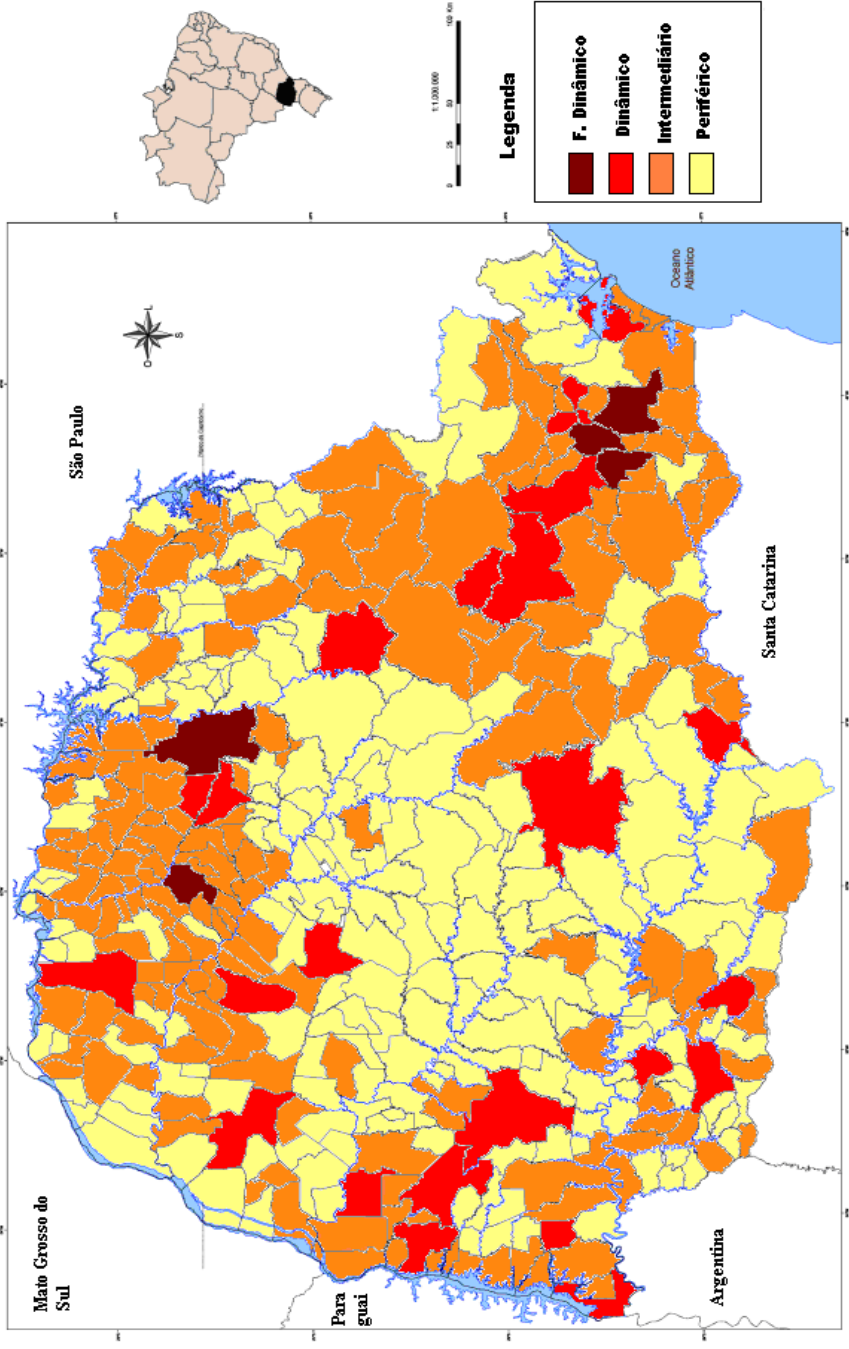
Os municípios **fortemente dinâmicos** apresentaram as melhores condições para a reprodução ampliada do capital (Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Londrina e Maringá). Exercem elevada influência na

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

rede urbana paranaense e são os principais centros industriais, comerciais e de prestação de serviços. Apresentam elevada relevância econômica contribuindo ativamente para a composição do PIB, possuem significativo crescimento populacional e atuam como áreas de atração. A baixa taxa de pobreza e o elevado IPDM indicam melhor condição de vida para a população. Estão fortemente inseridos na dinâmica regional, estadual, nacional e até mesmo internacional, atraindo investimentos públicos e privados que extravasam as suas imediações e dinamizam as áreas adjacentes. Os aeroportos permitem ligações e conexões para as principais cidades do país. Estão presentes instituições de ensino superior, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O sistema de saúde é complexo e especializado. A geração de empregos é um importante fator de atração populacional, pois além do abrangente setor de serviços e comércios, também estão presentes indústrias de pequeno, médio e grande porte. O setor de comunicações é bem estruturado e desenvolvido com cobertura de internet banda larga, emissoras de televisão, rádio e jornais. A atividade cultural disponibilizada é ampla (teatro, cinema, shows, eventos, etc.). Disponibilizam de infraestrutura adequada e em contínua expansão com rodovias que permitem ampla circulação de mercadorias e pessoas.

Mesmo com todos os aspectos levantados é necessário pontuar que também existem sérios problemas sociais. Como alegou Marx (1985), “Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.” (MARX, 1985, p. 749). O estudo realizado por Silva (2014) reforça tal fato demonstrando que na metrópole de Curitiba e municípios vizinhos a produção de espaços informais é grande, visto que cresceram de 521 assentamentos e 50.311 domicílios no término da década de 1990, para 948 assentamentos e 86.478 domicílios em 2010.

A forte mobilidade populacional do interior para a região de Curitiba contribuiu com a disponibilização de mão-de-obra para o trabalho, o que permitiu a obtenção de mais valia para as grandes e médias empresas e a dinamização da economia. No entanto, para muitos dos trabalhadores que contribuíram com a produção da riqueza os resultados não foram adequados, visto o elevado aumento dos espaços informais. Como argumentou Silva (2014, p. 76) “Os residentes, em especial os das favelas e loteamentos clandestinos, são movidos pela lógica da necessidade e compostos pela população com recursos insuficientes para adquirir ou alugar uma moradia através do mercado imobiliário formal.” A contradição se manifesta na produção do espaço urbano dos municípios fortemente dinâmicos.

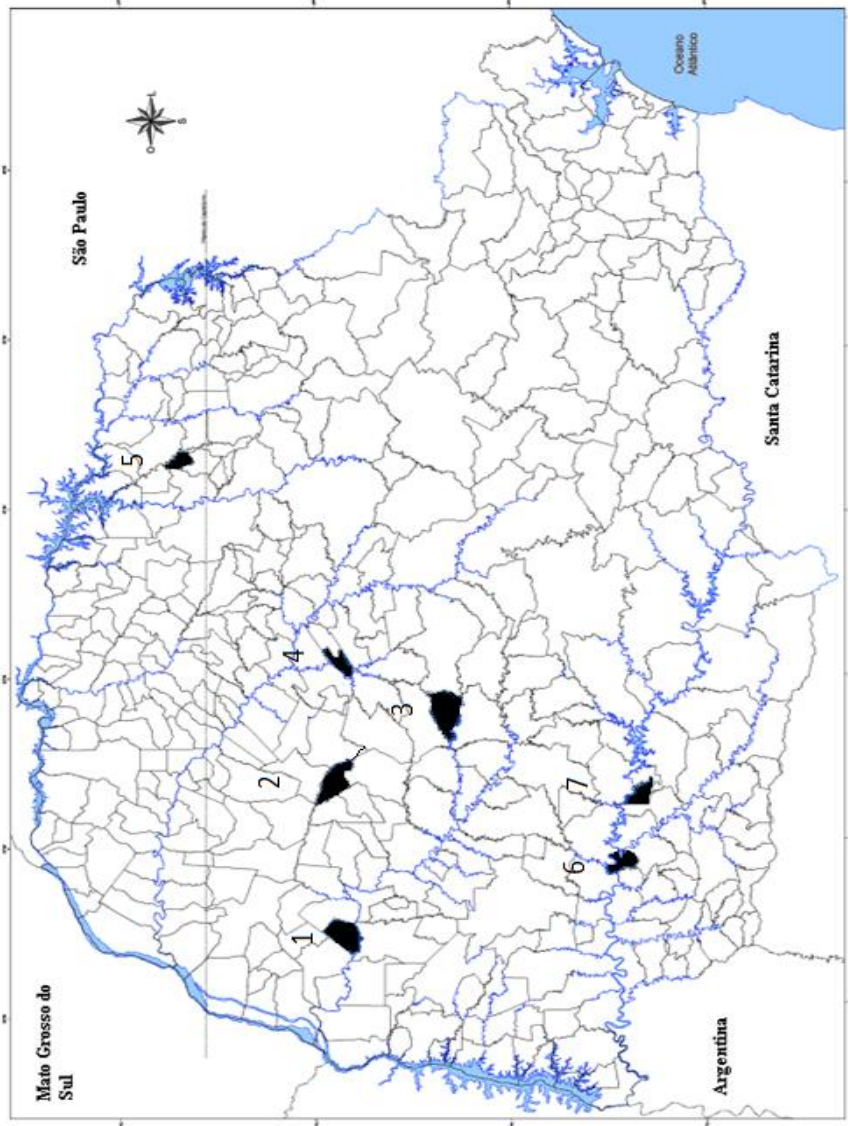


Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Os municípios **dinâmicos** exercem influência regional atuando como importantes centros industriais, comerciais e de prestação de serviços, porém menos complexos do que os presentes nos municípios fortemente dinâmicos. Também atuam como áreas de atração populacional e apresentam alta ou média relevância para a composição do PIB paranaense. Estão integrados na economia estadual com presença em nível nacional, contudo em menor escala. Apresentam boa qualidade de vida para a população em razão da infraestrutura disponível (educação, saúde, moradia, parques e praças, etc.). São espaços em desenvolvimento que conseguem atrair os investimentos públicos e privados. A maioria dos municípios dinâmicos está localizada no interior (ligados a atividades agroindústrias, prestação de serviços, comércio, moda, indústria e desenvolvimento de tecnologia) ou no entorno de Curitiba. No litoral o destaque recai sobre Paranaguá em razão do porto.

Os municípios **intermediários** apresentam pouca ou média dinamicidade. Atendem as necessidades básicas da população e oferecem serviços e produtos de baixa e média complexidade. São centros locais ou centros de zona com influência local ou regional. A maioria apresenta crescimento populacional. Uma pequena parte dos recursos privados e públicos são canalizados para esses municípios. Possuem significativo potencial endógeno de crescimento e desenvolvimento em médio prazo, desde que ocorrem estímulos públicos e privados.

Os municípios **periféricos** atuam localmente e sua influência não extrapola seus limites territoriais. Possuem dificuldades para atender as necessidades básicas da população (saúde, educação, emprego, renda, moradia, consumo, serviços e lazer). Existe evasão da população, elevada taxa de pobreza e são considerados sem relevância ou com baixa relevância para a composição do PIB estadual. Nos últimos anos vem ocorrendo perda de centralidade e de funções urbanas em razão do esvaziamento populacional e da nova dinâmica capitalista que modernizou a agricultura e alterou a rede urbana. Os municípios periféricos enfrentam inúmeras dificuldades para captar recursos e se integrar ativamente no ciclo de crescimento paranaense e brasileiro. Estão subordinados as decisões políticas e econômicas provenientes de outros pontos do território e são dependentes dos recursos repassados pelo governo Estadual e Federal através dos fundos de participação, pois não conseguem gerar quantidade suficiente de recursos próprios. Para a realização da análise empírica foram selecionados sete municípios periféricos com população inferior a cinco mil habitantes: Brasilândia do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Farol, Godoy Moreira, Mato Rico, Nova América da Colina e Sulina (figura 5).



Legenda

- 1 Brasilândia do Sul
- 2 Farol
- 3 Mato Rico
- 4 Godoy Moreira
- 5 Nova América da Colina
- 6 Cruzairo do Iguaçu
- 7 Sulina

A dinâmica do esvaziamento populacional

Nessa parte do livro procuramos discutir o processo de esvaziamento populacional nos municípios periféricos selecionados para a análise empírica. O período delimitado abrangeu os censos demográficos realizados pelo IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010), e permite compreender as transformações produtivas no campo e nas cidades. Também procuramos identificar a macromobilidade física da população e os principais destinos, para isso foi perguntado para a população no trabalho de campo se existe alguma pessoa na família que se mudou para outra cidade.

O município de Brasilândia do Sul foi fundado na década de 1950, associado ao ciclo econômico do café e a extração da madeira no noroeste do Paraná. O primeiro nome atribuído foi gleba 14 e o atual foi dado em homenagem à capital federal Brasília que estava sendo inaugurada na época. No ano de 1965, tornou-se distrito de Alto Piquiri. Através da Lei Estadual n.º 9351/90 de 23 de agosto de 1990, ocorreu a criação do município. (PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DO SUL, 2012).

Está localizado na Mesorregião Noroeste Paranaense e na Microrregião Geográfica de Umuarama e possui área territorial de 291,03 km² e densidade demográfica de 11,03 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

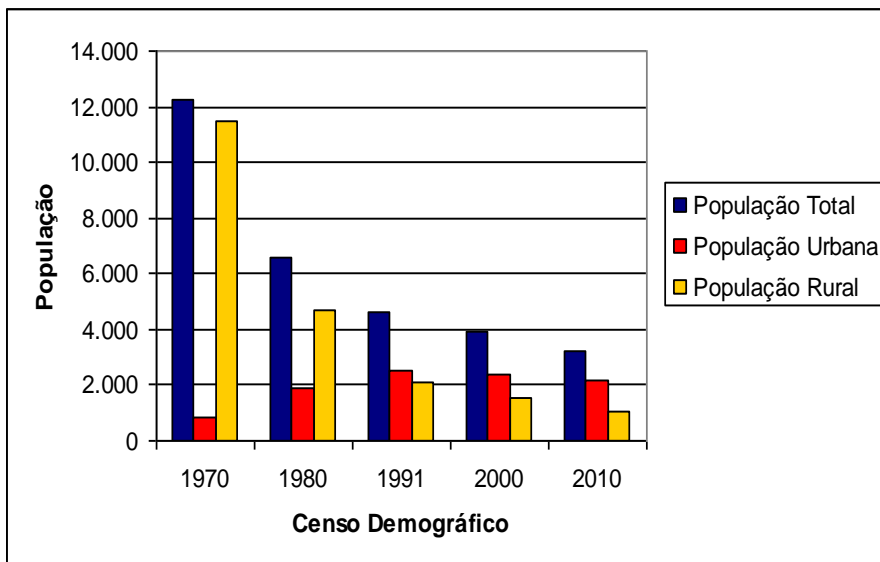
Em 1970 era distrito de Alto Piquiri e sua população contabilizava 12.284 habitantes, sendo que 93,2% viviam na área rural. Do citado período em diante ocorreu forte êxodo, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980 (ver gráfico 2). A modernização da agricultura atingiu o município trazendo a soja, o trigo e o milho como principais cultivos em substituição ao café. A topografia suavemente ondulada e os incentivos governamentais favoreceram a substituição da mão-de-obra braçal (muito usada no cultivo do café) por máquinas. O processo intensificou a migração campo-cidade. O censo de 2010 contabilizou 3.209 habitantes. Enquanto a população do campo sofreu forte redução, a população urbana aumentou, contudo a cidade em razão da estagnação do comércio, da prestação de serviços e da ausência de estratégias de desenvolvimento local não foi capaz de absorver toda população oriunda do meio rural, que acabou por migrar para outras cidades mais dinâmicas.

Entre a população entrevistada 63,3% responderam que possuem alguma pessoa da família que se mudou para outra cidade por falta de oportunidade, especialmente de emprego. O destino principal da macromobilidade foi para o Estado de São Paulo e para a cidade de Foz do

Fábio Rodrigues da Costa

Iguaçu, o destino secundário para Cascavel e Toledo, e o destino terciário para Assis Chateaubriant, Umuarama e Curitiba.

Gráfico 2 – População total, urbana e rural de Brasilândia do Sul.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991*, 2000 e 2010).

* Como Distrito de Alto Piquiri.

Referente ao esvaziamento da população, que ainda continua ativo, porém com um ritmo inferior ao verificado da década de 1970 para a de 1980, uma das entrevistadas (senhora de meia idade que vive no município) respondeu que:

Eu tenho quatro filho, um trabalha na C. Vale [Brasilândia do Sul] três foi embora por falta de oportunidade de serviço. Já tem uns quatro ano que eles tão em Indaiatuba – São Paulo. [...] É muito difícil, aqui é muito difícil ter emprego, até pelo lugar que é muito pequeno e não tem nada que oferece emprego, segurança pra pessoa que fica aqui [...] (M. S., 2013).

É comum no município a macromobilidade física de jovens adultos (entre 18 e 30 anos) para os centros dinâmicos com a finalidade de encontrar melhores condições de vida, visto que as oportunidades locais são restritas. Porém, a pesquisa de campo revelou que 73,3% dos entrevistados não têm o

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

desejo de se mudar para outra cidade. As respostas confirmaram o fato de que entre os que já estão estabilizados financeiramente (pequenos comerciantes, funcionários públicos, empregados e os aposentados), a motivação para migrar é pequena. Entre os 26,7% que pensam em se mudar os motivos alegados foram: emprego, crescimento profissional e estudo. A capital Curitiba apareceu como o principal destino para as possíveis migrações, seguida por São Paulo, Umuarama e Toledo.

Em Cruzeiro do Iguaçu os primeiros relatos da ocupação colonizadora datam de 1935, oriundo de famílias provenientes do estado de Santa Catarina. Um maior fluxo de população ocorreu no final dos anos 1950, quando foram abertas as primeiras estradas, intensificando a vinda de catarinenses e gaúchos que se deslocaram em busca de terras agricultáveis. Em 1965 passou para a categoria de distrito de Dois Vizinhos. Foi elevado a município pela Lei Estadual n.º 9.232 de 26 de abril de 1990. (PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, 2012). Está localizado na Mesorregião Sudoeste Paranaense e na Microrregião Geográfica de Francisco Beltrão e possui área territorial de 161,86 km² e densidade demográfica de 26,43 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

A população cresceu em valores absolutos até 1980, quando o censo contabilizou 9.892 habitantes, dos quais 91,3% viviam no campo. No transcorrer da década de 1980 para 1990 o êxodo rural foi elevado e manteve-se, contudo em menor proporção, até 2010, quando foram verificados 4.278 habitantes, destes 61,3% vivem no espaço urbano.

Segundo a Prefeitura de Cruzeiro do Iguaçu (2012) existe uma grande preocupação com a produção rural, visto que 86% dos produtores se declararam insatisfeitos com o setor agropecuário que está em rápido declínio. A insatisfação com a produção agropecuária e a incapacidade da cidade em absorver os trabalhadores estão entre os fatores que explicam a forte redução da população absoluta. Os dados sobre população podem ser visualizados no gráfico 3.

Entre a população entrevistada 53,3% indicaram possuir alguma pessoa na família que se mudou por falta de oportunidade, sendo o mais baixo percentual entre os municípios estudados. O fluxo principal de mobilidade foi para o Estado de Santa Catarina e para Curitiba, o secundário para o Estado de São Paulo e a cidade de Dois Vizinhos, e o fluxo terciário para Foz do Iguaçu.

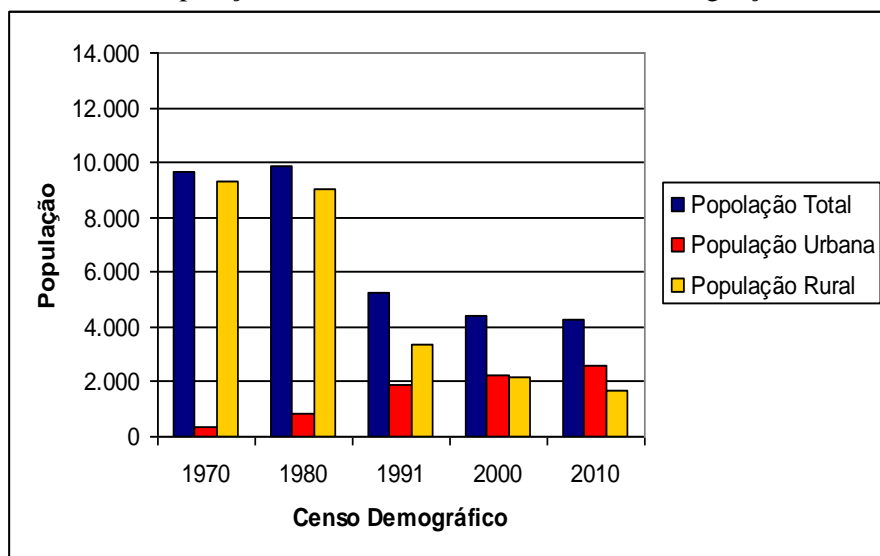
A presença da pequena propriedade rural familiar, de algumas pequenas indústrias e a proximidade com o município de Dois Vizinhos estimulando a micromobilidade física para o trabalho estão entre os fatores

Fábio Rodrigues da Costa

que reduzem a migração, porém o esvaziamento ainda continua ativo, especialmente de população jovem.

Quando perguntado ao entrevistado se pensa em mudar para outra cidade apenas 16,7%, responderam que sim, pontuando como motivo a procura por emprego. Os possíveis destinos seriam Santa Catarina, Curitiba, Cascavel e Mato Grosso. Entre os que não desejam mudar os motivos foram a boa qualidade de vida, as raízes históricas e as amizades estabelecidas.

Gráfico 3 – População total, urbana e rural de Cruzeiro do Iguaçu.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991, 2000 e 2010).

* Como Distrito de Dois Vizinhos

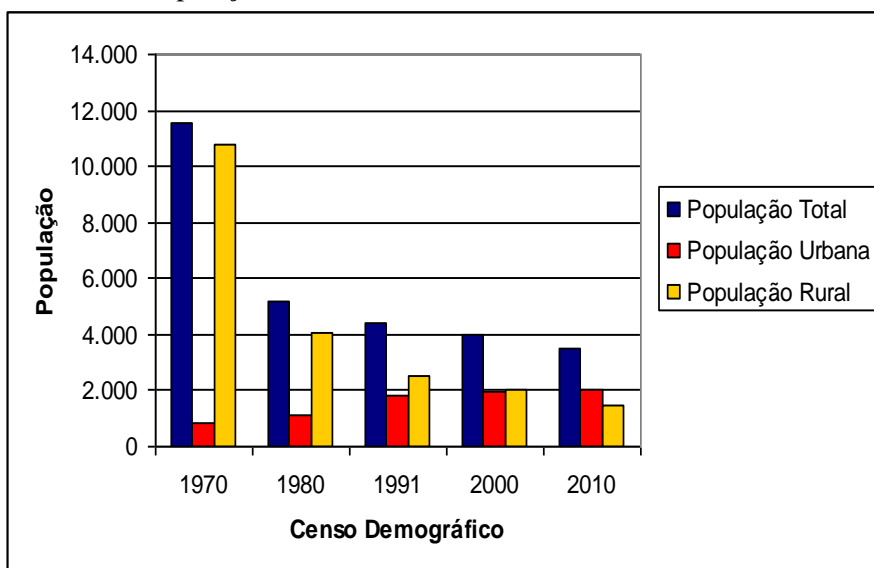
O município de Farol surgiu como povoado em 1942 e no ano de 1948 foi elevado a patrimônio. Passou para distrito de Campo Mourão em 1955 e a emancipação ocorreu através da Lei Estadual n.º 9.785 de 25 de outubro de 1991 (PREFEITURA DE FAROL, 2012). O nome Farol está relacionado com a localização em um entroncamento rodoviário, no qual havia sinalizações indicando os caminhos. A colonização foi marcada pela presença de duas frentes principais, uma proveniente no norte composta por paulistas, mineiros e nordestinos, e a outra proveniente do sul composta por migrantes gaúchos.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Está localizado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e na Microrregião de Campo Mourão. Apresenta área territorial de 289,23 km² e densidade demográfica de 12 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

No transcorrer da década de 1960 a existência de terras férteis e adequadas para a agricultura atraíram população. O censo de 1970 apontou para a existência de 11.577 habitantes, dos quais 92,9% viviam nas áreas rurais. A década de 1970 foi marcada por um intenso êxodo que reduziu a população para 5.212 habitantes em 1980 (gráfico 4). O número total de habitantes continuou em declínio nas décadas seguintes. Os fatores que explicam o esvaziamento populacional são: a introdução da agricultura moderna sustentada pelo cultivo de soja, trigo e milho, a redução e a estagnação econômica da pequena propriedade rural e a limitação na geração de empregos urbanos. O censo de 2010 contou 3.442 habitantes (58,1% são urbanos e 41,2% rurais).

Gráfico 4 – População total, urbana e rural de Farol



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991*, 2000 e 2010).

*Como Distrito de Campo Mourão

Segundo entrevista realizada com o ex-prefeito:

Nós estamos hoje com menos de quatro mil habitantes e a gente acaba observando que em razão de não haver grandes

oportunidades de emprego, aproveitamento de mão-de-obra e renda, quais são as principais empresas que empregam em Farol? A prefeitura municipal e o entreposto da COAMO. Tirando isso nós não temos um comércio que em termos de organização ainda necessita de maiores investimentos, que é lógico, aproveitando a mão de obra das famílias já é muito importante, que dá de repente, que oferta de repente uma oportunidade de emprego, mas nós temos uma indústria que ainda é incipiente, está engatinhando. Nós temos a questão da farinha no município e nós implantamos durante o mandato a confecção comunitária investindo no treinamento de mão-de-obra para costura de jeans e malha, mas tudo isso anda é pouco diante da demanda, em razão de que os jovens terminando o ensino médio eles acabam indo em busca de emprego. Automaticamente vai esvaziando o município que vai ficando com uma população, vamos dizer assim, de mais idade que não tem como manter seus filhos. Eles vão para outras localidades, especialmente Curitiba. Tem muita gente nossa aqui que foi para Curitiba. Eles acabam casando lá, tendo os filhos lá, e só voltam no fim do ano para passear. (M., 2012).

Perguntado a população se existe alguma pessoa da família que se mudou para outra cidade por falta de oportunidade 80% responderam que sim. O destino principal da mobilidade identificado foi para as cidades de Curitiba e São Paulo, o secundário para Maringá e Campo Mourão e o terciário para Araruna e para o Estado de Tocantins. Com baixa representatividade apareceram os Estados do Mato Grosso e Pará.

Quando questionamos os entrevistados se pensam em se mudar para outra cidade, 40% responderam que sim e indicaram como principal motivo emprego e renda. As cidades indicadas em ordem decrescente foram Curitiba, Campo Mourão, Araruna e Maringá. Entre os 60% que não desejam se mudar as razões são: estão estabilizados financeiramente, são aposentados ou funcionários públicos, possuem fortes vínculos afetivos com o lugar e com a família.

Os vínculos afetivos estabelecidos e as relações no núcleo familiar são fatores que repelem a macromobilidade física, porém a impossibilidade de encontrar trabalho força a população a mudar para os centros urbanos dos municípios fortemente dinâmicos e municípios dinâmicos.

O município de Godoy Moreira foi instituído como distrito de São João do Ivaí em 1979 e criado como município pela Lei Estadual n.º 8.947 de 05 de abril de 1989, instalado em 01 de janeiro de 1990 (IBGE – CIDADES, 2012). Está localizado na Mesorregião Norte Central Paranaense

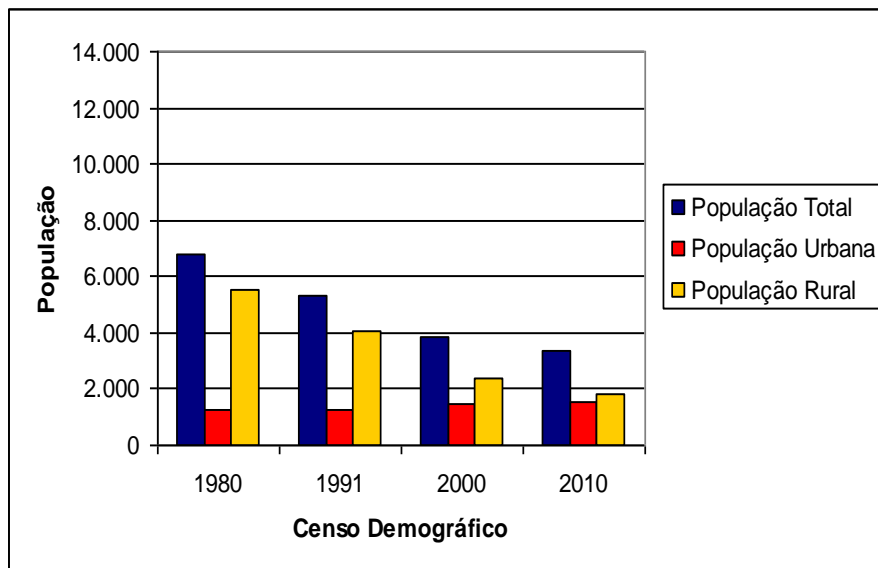
Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

e na Microrregião de Ivaiporã com área territorial de 131,01 km² e densidade demográfica de 25,47 km².

A contagem populacional realizada pelo censo demográfico de 1980 indicou a presença de 6.785 habitantes, dos quais 81,4% viviam no espaço rural e 18,6% no espaço urbano. No censo seguinte a população sofreu significativa redução e atingiu 5.294 habitantes. O esvaziamento populacional continuou em curso e no ano de 2010 foram contabilizados 3.337 habitantes, sendo 53,6% rurais e 46,4% urbanos. No período entre 1980 e 2010 foi constatado uma pequena elevação da população urbana e um rápido esvaziamento no campo. Os dados estão disponíveis no gráfico 5.

Dos entrevistados em Godoy Moreira 86,7% alegaram que possuem parentes que mudaram por falta de oportunidades. Os valores são elevados e o motivo da macromobilidade se repete - a falta de emprego. O destino principal foi para Curitiba, o secundário para Araçongas (que em razão da APL de móveis vem aumentando o número de empregos gerados e contratando funcionários de diferentes regiões paranaenses), a cidade de São Paulo e Maringá, o destino terciário foi para Rolândia. Sem representatividade apareceram Sarandi e Apucarana.

Gráfico 5 – População total, urbana e rural de Godoy Moreira



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1980*, 1991, 2000 e 2010).

* Como Distrito de São João do Ivaí

Quando perguntado aos entrevistados se pensam em se mudar para outra cidade 40% responderam que sim e indicaram a falta de empregos e a baixa renda como principal motivo, na sequência vêm os estudos. Os destinos em ordem decrescente foram Curitiba, Arapongas, Maringá e Rolândia. Os que não desejam mudar são aposentados, funcionários públicos ou pequenos comerciantes que alegaram estabilidade financeira.

Em Mato Rico, conforme estudo de ZAI (2009), a ocupação aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro data de 1933 com a chegada de imigrantes poloneses na região de Palmital 43, e o segundo em 1938 com a vinda dos imigrantes ucranianos. Entretanto, a migração para o povoamento efetivo ocorreu apenas a partir de 1940. As atividades praticadas eram o cultivo de subsistência, a criação de animais, a caça e a derrubada da madeira.

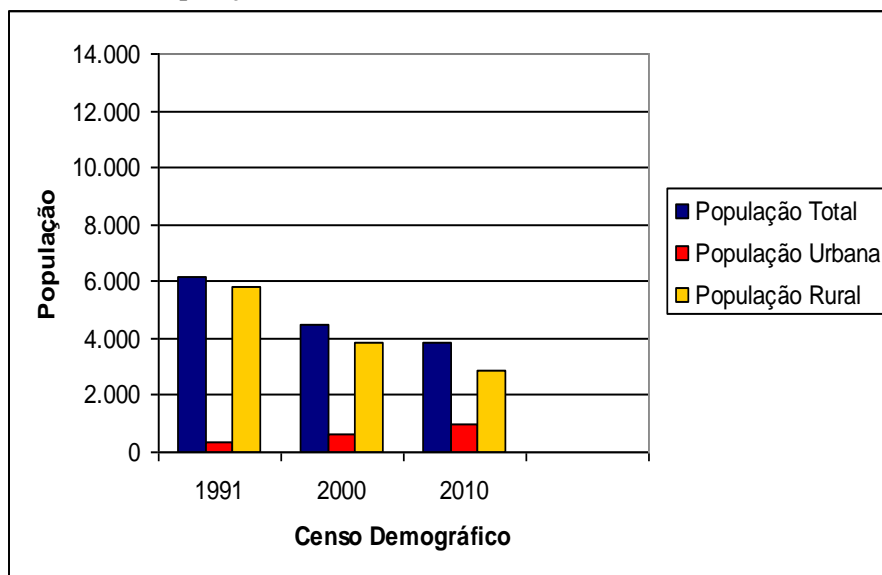
Na década de 1980 o algodão era a principal atividade econômica atraindo população e gerando renda, porém o ciclo entrou em crise na década seguinte. O desmembramento oficial ocorreu através da Lei Estadual n.º 3445 de 5 de fevereiro de 1991. O município de Mato Rico foi emancipado de Pitanga. Está localizado na Mesorregião Centro-Sul Paranaense e na Microrregião de Pitanga e apresenta área territorial de 394,53 km² e densidade demográfica de 9,68 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

Até o final da década de 1980, Mato Rico apresentava um pequeno crescimento da população em razão das atividades desempenhadas no campo (cultivo de milho, algodão, criação de porcos e gado realizadas em pequenas propriedades familiares). A partir de meados da década de 1990 começou - tardiamente se comparado com outras regiões paranaenses - a modernização da agricultura nas áreas de platôs através do plantio da soja, o que contribuiu para o êxodo rural. Outro fator para o êxodo foi a crise econômica e a estagnação da pequena propriedade rural - encravada nas regiões de relevos mais acidentado - que caracteriza uma parte importante da paisagem rural no município.

Assim, uma parte significativa dos pequenos agricultores e principalmente os seus filhos se deslocam para centros urbanos mais dinâmicos. Com isso, a população total passou de 6.141 habitantes em 1991, para 3.818 em 2010, uma redução de 37%. Os dados sobre população estão alocados no gráfico 6.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Gráfico 6 – População total, urbana e rural de Mato Rico



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1991*, 2000 e 2010).

* Como Distrito de Pitanga

Sobre a problemática do esvaziamento de população jovem, a entrevista realizada no município indicou que:

A maioria dos nossos jovens após terminar o ensino médio acabam indo buscar outras cidades. Muitos dos nossos jovens vão indo embora justamente por isso né, pela falta de oportunidade. De repente até saindo do Mato Rico indo pra morar em favela nas grandes cidades, mas é uma maneira de sobreviver com dinheiro mensal, sendo que a agricultura familiar é um dos pontos fortes ainda no Mato Rico, mas não tem condições de permanecerem todos os filhos de agricultores aqui. (Z., 2012).

A macromobilidade física da população jovem para outras cidades está entre os principais problemas verificados. Sem perspectivas de crescimento profissional uma parte dos jovens após terminar o ensino fundamental ou médio migra à procura de emprego e/ou ensino superior com a finalidade de ascender verticalmente – mobilidade social. A agricultura familiar, predominante no espaço rural do município, não tem

forças para fixar os filhos e netos dos produtores no campo em razão da falta de incentivos.

Entre a população entrevistada 90% alegaram possuir parentes que mudaram por falta de oportunidades. O destino principal foi para Curitiba e Jaraguá do Sul (um dos principais centros industriais de Santa Catarina com destaque para as seguintes empresas: WEG, Marisol, Lunender, Malwee, Duas Rodas e Arroz Urbano, que atraem muitos trabalhadores do interior do Paraná), o secundário para Maringá e o terciário para Pitanga, Campo Mourão, São Paulo e Mato Grosso.

Quando questionado sobre o desejo de se mudar para outra cidade 43,3% dos entrevistados responderam que sim. Os motivos foram emprego e renda, melhor infraestrutura e estudos (cursos profissionalizantes e ensino superior). Os destinos apontados foram Curitiba, Santa Catarina, Maringá, Campo Mourão e Guarapuava.

O município de Nova América da Colina teve o nome atribuído pelo Engenheiro Ismael Geraldo Veloso Leite. América como referência ao continente e colina em razão da topografia do lugar. A colonização tem início em 1947, quando a empresa Leon Israel Exportadora Agrícola Ltda., decidiu vender parte de suas terras para a formação dos primeiros loteamentos. Através da Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, o povoado de Nova América da Colina foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do município de São Sebastião da Amoreira, do qual foi desmembrado e estabelecido como município pela Lei Estadual n.º 4.245, de 25 de julho de 1960. (IBGE – CIDADES, 2012).

Está localizado na Mesorregião Norte Pioneira Paranaense e na Microrregião de Cornélio Procopio. Possui área territorial de 129,47 km² e densidade demográfica de 26,86 hab/km². (IBGE – CIDADES, 2012).

Em 1970 foram contabilizados 6.891 habitantes, dos quais 85,9% viviam no campo e 14,1% na área urbana. Nova América da Colina passou por um intenso processo de êxodo rural e esvaziamento populacional nas décadas seguintes. O censo de 2010 verificou a presença de 3.478 habitantes, sendo 27,4% rurais e 72,6% urbanos (gráfico 7).

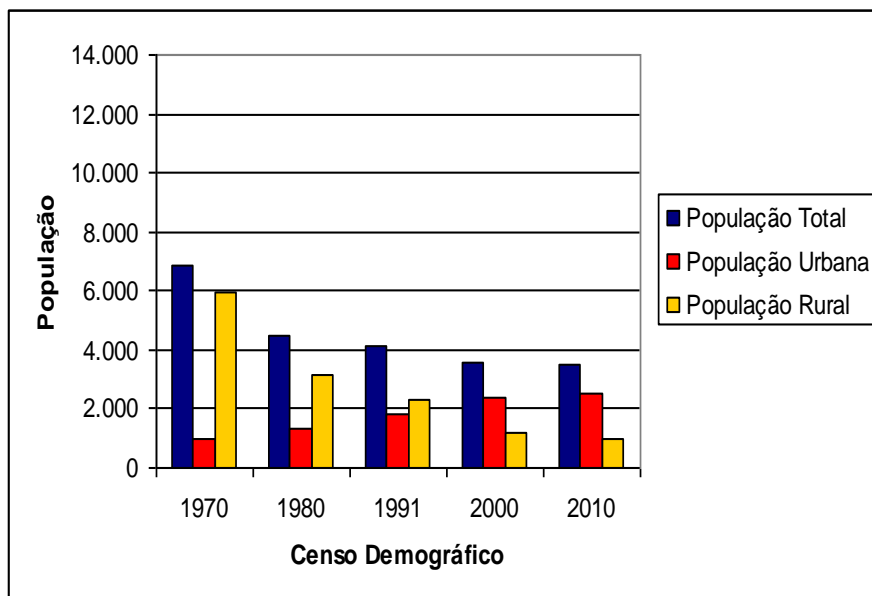
Segundo o funcionário público e representante da prefeitura entrevistado a macromobilidade de jovens:

Gera um problema muito grande, por... os nossos jovens, assim que eles terminam o segundo grau, terminam a faculdade, eles não tem opção de emprego, então eles vão para os grandes centros e é onde nós perdemos com isso. (M., 2013).

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

A redução de população jovem também é um dos principais problemas verificados. Os resultados do trabalho de campo mostraram que 80% dos entrevistados possuem pessoa da família que se mudou por falta de oportunidade. O destino principal indicou que é forte a macromobilidade física de curta distância para Londrina e Cornélio Procópio e para as cidades do Estado de São Paulo. Como destino secundário a cidade de Maringá e o Estado de Minas Gerais, o fluxo terciário para Curitiba e para o Japão (fato que é explicado em razão da significativa presença da colonização japonesa na região, especialmente nos municípios vizinhos de Assaí e Uraí). Os destinos sem representatividade foram para Apucarana, Rondônia e Bahia.

Gráfico 7 – População total, urbana e rural de Nova América da Colina.



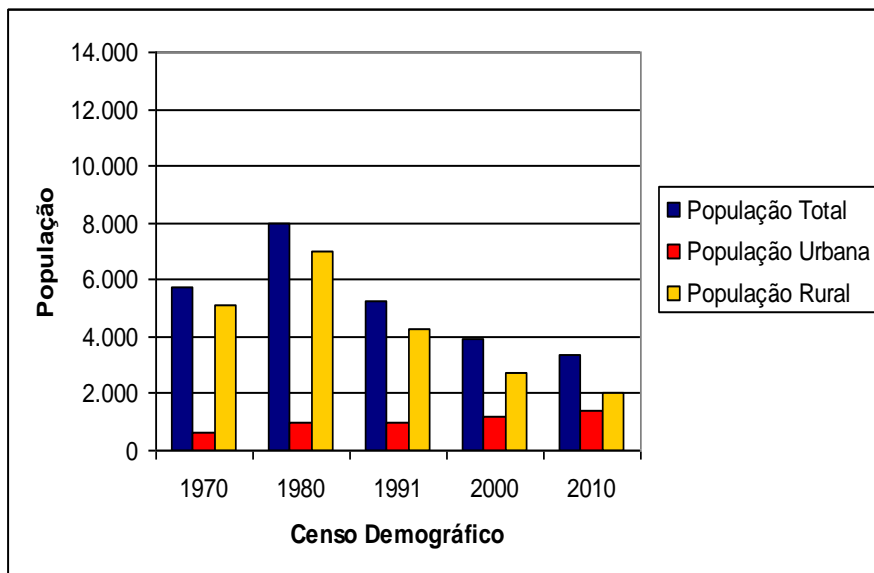
Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Sobre o desejo de migrar para outra cidade 56,7% responderam que não possuem e alegaram como motivo: ter emprego, gostar da cidade, estabilidade financeira e a família. Entre os 43,3% que desejam mudar os motivos foram a procura por emprego, porém também apareceram como respostas estudo e melhor infraestrutura. Londrina e Cornélio Procópio apareceram como possíveis destinos, seguidos pelo Estado de São Paulo. A cidade de Curitiba somente apareceu na quarta posição, o que indica o

predomínio dos destinos de curta distância sobre os de média e longa. Com pequena expressão como possível destino de migração está o Japão, que em razão dos fortes laços culturais e do intenso fluxo de brasileiros que ocorreu na década de 1980 e 1990, fez com que algumas pessoas ainda tenham familiares vivendo no exterior, o que estimula a vontade de mudar em busca de melhores salários.

No município de Sulina o início da colonização ocorreu na década de 1950, em razão da mobilidade de descendentes de alemães e italianos provenientes do estado do Rio Grande do Sul. O município foi criado pela Lei Estadual n.º 8.467, de 21 de janeiro de 1987. Está localizado na Mesorregião Sudoeste Paranaense, na Microrregião de Pato Branco e conta com uma área territorial de 170,46 km² e densidade demográfica de 19,88 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012). Sulina verificou crescimento populacional até 1980, quando o censo contou 7.956 habitantes (87,6% rurais e 12,4% urbanos). Nas décadas seguintes ocorreu significativo esvaziamento populacional e no censo 2010 o número de habitantes caiu para 3.394, dos quais 59% vivem no campo e 41% no espaço urbano.

Gráfico 8 – População total, urbana e rural de Sulina.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991, 2000 e 2010).

* Como Distrito de Chopinzinho

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Entre a população entrevistada 80% responderam que possuem alguma pessoa na família que se mudou por falta de oportunidade. O fluxo principal foi para o Estado de Santa Catarina, o secundário para os Estados de São Paulo, Mato Grosso e a cidade de Pato Branco, e o terciário para o Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação ao desejo de se mudar, apenas 13,3% responderam que sim e indicaram como possível destino a cidade de Pato Branco que é o principal centro dinâmico no Sudoeste possuindo um polo de desenvolvimento na área de informática e eletroeletrônica com significativo potencial de crescimento em razão da presença da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Um fato comum verificado entre os municípios periféricos estudados foi o intenso êxodo rural entre as décadas de 1970 e 1980, continuando nas décadas de 1990 e 2000, porém com redução no ritmo. O êxodo rural deslocou uma parte da população inicialmente para a cidade sede, contudo, a falta de perspectiva e de emprego estimulou a macromobilidade física para as cidades mais dinâmicas. Os valores de população total entre 1970 e 2010 sofreram redução média de 50%, e no caso mais crítico, município de Farol, chegou a 75%.

As pequenas propriedades rurais, que no passado predominavam em número, foram substituídas por médias ou grandes propriedades praticantes de uma agricultura comercial e direcionada para exportação. As pequenas propriedades que restaram estão encravadas em áreas de topografia acidentada ou são fruto da resistência pessoal dos proprietários. Entre os principais problemas verificados nas pequenas propriedades estão a falta de apoio técnico e financeiro, a resistência dos mais velhos na introdução de técnicas mais eficientes para a produção e a migração da população jovem (filhos e netos dos proprietários).

As respostas obtidas com as entrevistas demonstraram que Curitiba foi um dos principais destinos da população. A criação da CIC, do pólo automobilístico e a forte internacionalização levaram a geração de novos postos de trabalho que atraíram a população do interior do Paraná. Curitiba foi indicada como o principal destino da macromobilidade em Farol, Mato Rico, Godoy Moreira e Cruzeiro do Iguaçu.

A capital ainda continua exercendo forte fascinação entre aqueles que desejam migrar por questões econômicas, visto que foi indicada como primeira opção entre os possíveis destinos em Farol, Mato Rico, Godoy Moreira e Cruzeiro do Iguaçu.

É possível argumentarmos que se criou no imaginário popular a ideia de que Curitiba é sinônimo de oportunidade de trabalho, crescimento

profissional e qualidade de vida. Os próprios parentes que se deslocaram primeiro estimulam a mobilidade dos que ficaram. Porém, é necessário apontarmos algumas contradições presentes no processo: o preço dos imóveis é muito alto, o que conduz a ocupação de áreas inapropriadas ou o deslocamento para cidades da região metropolitana em crescimento; o congestionamento é um problema que vem aumentando de forma contínua dificultando a mobilidade urbana; o custo de vida é maior do que no interior, o que causa uma falsa impressão de melhores salários e; o estresse é mais elevado em razão de um ritmo de vida acelerado e da violência.

Nas décadas de 1970 e início de 1980 o estado de São Paulo e sua capital eram o principal destino da população que deixava o interior do Paraná. As entrevistas revelaram que esse destino ainda continua ativo, pois foi o segundo mais citado em Godoy Moreira, Farol, Nova América da Colina e Sulina, e o primeiro em Brasilândia do Sul. Atualmente, São Paulo não exerce mais tanta fascinação entre os que desejam se mudar, visto que somente foi citado como possível destino em Brasilândia do Sul e Nova América da Colina.

O estado de Santa Catarina também foi indicado como um importante destino entre os que migraram em Mato Rico, Cruzeiro do Iguaçu e Sulina, especialmente para as regiões industrializadas e dinâmicas como Jaraguá do Sul, Joinville e região metropolitana de Florianópolis.

Os dados obtidos também indicaram a intensificação das trocas de curta distância, revelando movimentos de circularização através da atração exercida pelos centros dinâmicos do interior. Em Farol a migração da população de curta distância foi para Campo Mourão, Maringá e Araruna. Em Mato Rico para Maringá, Pitanga e Campo Mourão. Em Godoy Moreira para Araçongas, Maringá e Rolândia. Em Brasilândia do Sul para Cascavel, Toledo, Assis Chateaubriant e Umuarama. Em Nova América da Colina para Londrina e Cornélio Procópio. Em Cruzeiro do Iguaçu para Dois Vizinhos e em Sulina para Pato Branco.

As respostas obtidas são condizentes com a análise de Singer (1980), na qual as políticas de desenvolvimento regional estabelecidas pelos gestores não resolvem os problemas locais e apenas encurtam os destinos da migração. Antes São Paulo e Mato Grosso, depois a região metropolitana de Curitiba e Santa Catarina e mais recentemente os centros fortemente dinâmicos e dinâmicos do interior. O estudo elaborado por Endlich (2009) também indicou destinos mais curtos e aumento da mobilidade em direção as cidades do interior do Paraná.

Apareceram em menor proporção a macromobilidade para os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Minas

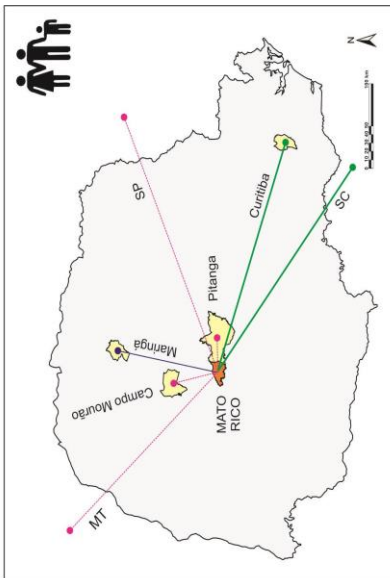
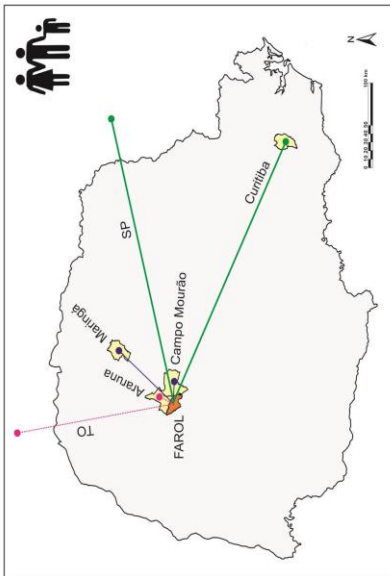
Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Gerais, Rondônia e Bahia. Percebemos que a macromobilidade para outros estados da federação começou a perder força na década de 1990, processo que se manteve durante a década de 2000. O maior dinamismo socioeconômico verificado no Paraná, mesmo que concentrado em alguns pontos do território é uma das respostas para a redução no fluxo para outros estados.

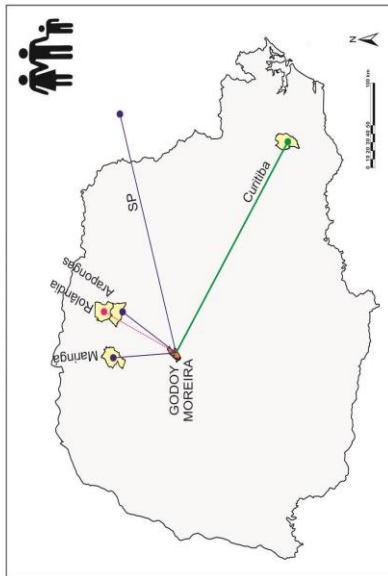
O principal motivo alegado para a migração foi à procura por emprego. A temática é discutida por Gaudemar (1977). A população, especialmente jovem, mas também acima dos 40 anos é forçada a se deslocar para trabalhar e serve como mão de obra barata e exército de reserva para as indústrias e estabelecimentos comerciais. Verificamos que os vínculos da população com o lugar de origem ou criação são elevados, porém as poucas oportunidades existentes para o desenvolvimento profissional acabam forçando a mobilidade. Os fluxos de macromobilidade são apresentados na figura 6.

Os gestores municipais, bem como as pessoas com representatividade entrevistadas têm conhecimento e consciência do esvaziamento populacional e dos problemas que o mesmo acarreta para o município. Sabem que a população jovem parte em busca de melhores condições de renda e se deslocam para os maiores centros dinâmicos. O governo estadual sabe, por meio das pesquisas e estudos efetuados pelo IBGE e IPARDES da dimensão da mobilidade. Porém, não constatamos a existência de um planejamento em âmbito local, regional ou estadual para tratar da questão. Apenas existem ideias soltas, sem uma política efetiva de desenvolvimento.

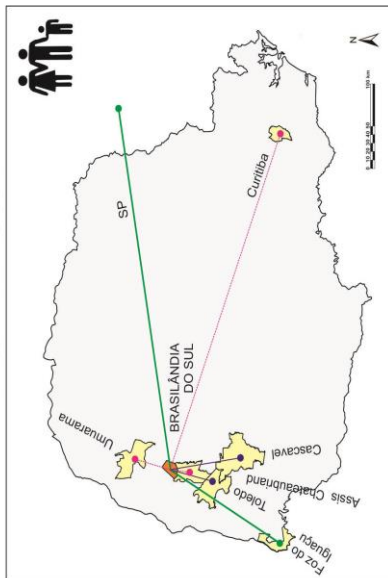
PARANÁ: MACROMOBILIDADE FÍSICA DA POPULAÇÃO



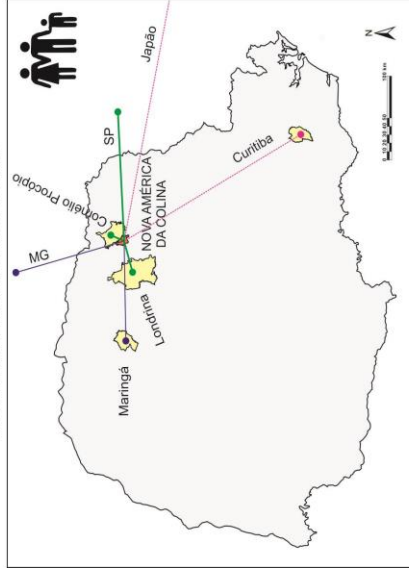
GODOY MOREIRA



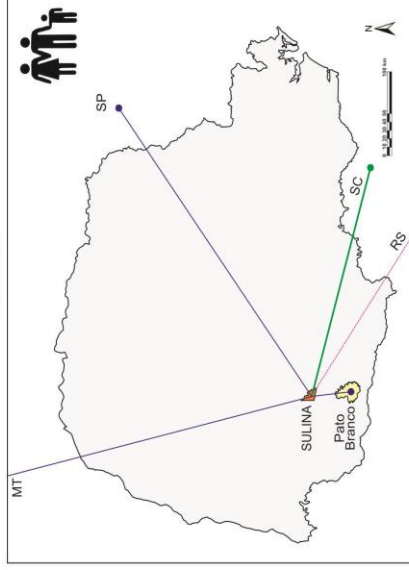
BRASILÂNDIA DO SUL



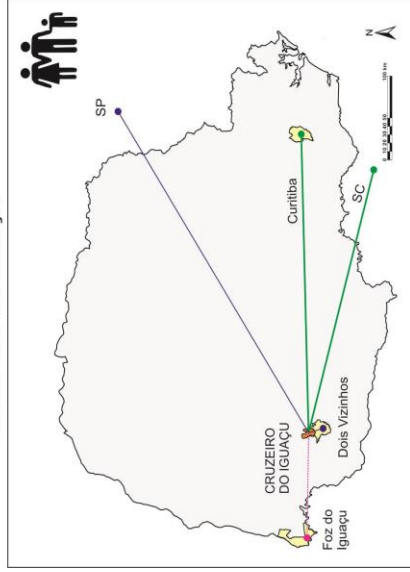
NOVA AMÉRICA DA COLINA



SULINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Macromobilidades Física da População:



Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

Espacialidades socialmente críticas

Os elevados índices de taxa de pobreza estão entre os principais problemas verificados nos municípios periféricos estudados, isso é observado a partir da avaliação de um conjunto de indicadores disponíveis na tabela 12. A taxa indica o número de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. A média paranaense é de 20,87% das famílias nessa situação e nenhum município estudado obteve valores melhores do que a média estadual. Alguns municípios chegam a ter mais do que o dobro desse valor, como foi o caso de Mato Rico, Godoy Moreira, Farol e Brasilândia do Sul. Os resultados demonstram que uma significativa parcela da população que habita os municípios periféricos convive com uma remuneração abaixo da recomendada para uma condição de vida digna. Nova América da Colina foi o município estudado com a menor taxa (27,54%), número que ainda é considerado elevado, visto que quase um terço da população possui renda de até meio salário mínimo.

A taxa de analfabetismo de maiores de 15 anos foi outro indicador preocupante. O município de Mato Rico apresentou taxa quase três vezes superior a do Paraná. Os demais municípios também não atingiram a média estadual e apresentaram valores abaixo do ideal. Em uma sociedade em que a educação é fundamental para melhorar as condições de vida da população e para o desenvolvimento tanto em âmbito local, como regional e nacional, o elevado número de analfabetos acaba por ser um obstáculo. A educação também tem o dever de promover o pensamento crítico e desmistificar as ideologias, combatendo as desigualdades sociais.

Com relação ao IPDM, os municípios possuem valores entre 0,6072 e 0,7408 e foram classificados como de médio desenvolvimento. O IDH também se enquadrou predominantemente como médio, variando entre 0,632 e 0,715. O IDH para o Paraná é de 0,749 e o município de Curitiba com 0,823 possui o índice mais alto. Godoy Moreira e Mato Rico apresentaram os índices mais baixos entre os municípios estudados. Um dos fatores que explicam a elevação destes indicadores nos últimos anos é a quantidade de alunos em idade escolar que estão frequentando a escola. As recentes políticas que estabeleceram a permanência dos alunos na escola e a continuidade dos estudos contribuíram para elevar o índice. No entanto, a qualidade do ensino deixa a desejar e a renda baixa é um empecilho para melhorar o nível de desenvolvimento.

Tabela 12 – Indicadores selecionados

Municípios	Grau de Urb. (2010)	IPDM (2012)	IDH (2010)	PIB per Capita (2012)
B. do Sul	67,93%	0,7206	0,681	30.173
C. do Iguaçu	61,31%	0,6999	0,709	17.031
Farol	58,12%	0,7056	0,715	21.294
Godoy Moreira	46,36%	0,7089	0,675	10.723
Mato Rico	25,07%	0,6072	0,632	10.525
N. A. da Colina	72,57%	0,7408	0,698	15.883
Sulina	40,95%	0,6099	0,693	19.366
Paraná	85,33%	-	0,749	24.195

Municípios	Taxa de Pobreza (2000)	Mortalidade Geral (2013)	Taxa de Analfabetismo (2010)
B. do Sul	41,32%	12,76 ‰	15,44 %
C. do Iguaçu	39,88%	7,76 ‰	12,74 %
Farol	45,30%	7,52 ‰	14,87 %
Godoy Moreira	49,72%	6,33 ‰	15,38 %
Mato Rico	55,42%	5,31 ‰	18,09 %
N. A. da Colina	27,54%	7,87 ‰	13,84 %
Sulina	37,05%	10,10 ‰	8,41 %
Paraná	20,87%	6,34 ‰	6,28 %

Fonte: IPARDES/IBGE (2012)

Com relação a mortalidade no Brasil, no ano de 2010, os valores foram de 6,36 mortes/mil habitantes e no Paraná, no ano de 2013, de 6,34 mortes/mil habitantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, as principais causas de óbitos são: infarto, derrame cerebral, infecções respiratórias, HIV, doenças pulmonares obstrutivas, doenças associadas à diarreia, tuberculose, malária, câncer e acidentes de trânsito. Algumas estão relacionadas com a ausência ou precariedade de saneamento básico como é o caso das doenças associadas à diarreia e poderiam ser evitadas. Nos municípios estudados os valores variaram entre 5,31% até 12,76%.

O grau de urbanização dos municípios estudados é bem inferior à média do Paraná (85,33%). Os valores mais baixos de população urbana são encontrados em Mato Rico, Sulina, Godoy Moreira e Farol. Estes municípios possuem uma parcela importante da população vivendo no campo, o que faz necessário o estabelecimento de políticas públicas voltadas para melhorar as condições de produção das pequenas propriedades. Caso contrário, a população rural tende a continuar se deslocando para as cidades.

A renda, como indicou a taxa de pobreza, é um fator preocupante nos municípios periféricos. No Brasil o PIB per capita é de US\$ 10.716, considerado baixo quando comparado ao de alguns países desenvolvidos como a Suíça US\$ 68.880, os Estados Unidos US\$ 46.546 e o Canadá US\$ 46.361, conforme dados disponibilizados pelo IBGE (2012). No Paraná o valor médio é de R\$ 24.195. A explicação para o baixo PIB per capita pode ser encontrada na produção concentrada em produtos primários com pouco valor agregado, mesmo que se considere que a produção de veículos e eletrodomésticos e o desenvolvimento de tecnologia em alguns centros dinâmicos vêm aumentando significativamente.

Entre os municípios estudados somente Brasilândia do Sul e Farol apresentaram renda per capita superior ou próxima a do estado. Nos dois casos a maior parte da renda provem do setor primário, especialmente da agricultura comercial moderna. Os dados do IPARDES (2012) revelaram que 79,01% do Valor Adicional Fiscal de Farol provem da produção primária. Como nos dois municípios predomina a agricultura praticada em médias e grandes propriedades produtoras de soja e milho, a renda está concentrada nas mãos de poucas famílias proprietárias da terra. Desta forma, os dados do PIB per capita mascaram a realidade marcada pela concentração. Nos municípios de Godoy Moreira (R\$ 10.723) e Mato Rico (R\$ 10.525), foram detectados valores muito inferiores à média estadual.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM (2014) referente ao ano base de 2011, confirmou que o emprego e a renda estão entre os problemas mais sérios enfrentados pelos municípios (tabela 13). O índice acompanha três áreas: emprego & renda, educação e saúde. Varia de 0 até 1, sendo que quando mais próximo de 1, maior o desenvolvimento.

Tabela 13 – IFDM dos municípios estudados

Município	IFDM Total	Educação	Saúde	Emprego renda	Posição Paraná
Brasilândia do Sul	0,7002	0,7816	0,8271	0,4917	197°
Cruzeiro do Iguçu	0,7606	0,8168	0,8074	0,6576	67°
Farol	0,7164	0,7645	0,9464	0,4382	157°
Nova A. da Colina	0,6880	0,7576	0,7564	0,5499	222°
Sulina	0,5737	0,6528	0,5865	0,4817	383°
Godoy Moreira	0,6267	0,7546	0,8141	0,3115	343°
Mato Rico	0,5805	0,7005	0,6783	0,3626	379°

Fonte: Sistema FIRJAN (2014) ano Base de 2011.

O índice revelou que as condições de educação e principalmente saúde - que se encontra em um patamar um pouco melhor - estão bem posicionados e avançaram significativamente na última década, o que contribuiu para melhorar as condições de vida da população, mesmo considerando que foram realizadas reclamações sobre o sistema de saúde por parte da população nas entrevistas.

Outro fato verificado nos municípios periféricos estudados foi a forte dependência econômica com relação às transferências realizadas pela união e pelo estado no total de receitas correntes. As receitas tributárias oriundas dos impostos (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho – IRRF, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Imposto Sobre Serviços – ISS), e taxas e contribuições de melhoria não chegam a 5% do total (dados disponíveis da tabela 14).

Tabela 14 – Receitas Correntes Municipais segundo as Categorias - 2010

<i>Municípios</i>	<i>Receitas de Contribuição</i>	<i>Receitas de Serviços</i>	<i>Receitas Patrimonial</i>
Brasilândia do Sul	0,98%	0,05%	0,60%
Cruzeiro do Iguaçu	0,64%	0,29%	0,32%
Farol	1,10%	0,01%	0,01%
Godoy Moreira	4,20%	0,01%	4,96%
Mato Rico	0,46%	-	0,44%
Nova A. da Colina	1,27%	-	0,71%
Sulina	0,97%	-	0,26%

<i>Municípios</i>	<i>Receitas Tributárias</i>	<i>Receitas de Transferências</i>	<i>Outras receitas</i>
Brasilândia do Sul	4,21%	92,71%	1,42%
C. do Iguaçu	3,89%	94,43%	0,41%
Farol	2,42%	95,89%	0,54%
Godoy Moreira	2,09%	88,55%	0,13%
Mato Rico	1,82%	96,52%	0,73%
Nova A. da Colina	2,34%	95,65%	0,001%
Sulina	3,19%	95,43%	0,12%

Continuação da tabela 14 – Fonte: IPARDES (2012)

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Nos municípios fortemente dinâmicos os valores das receitas próprias são superiores a encontrada nos municípios periféricos. Em Londrina, por exemplo, chegou a 27,65%, em Maringá 27,81% e em Curitiba 28,76%.

A dependência de transferências é tamanha que em seis dos sete municípios estudados os valores são superiores a 90%. Sem investimentos significativos no aproveitamento das potencialidades locais os municípios periféricos são fortemente dependentes das receitas de transferências para se manterem.

Sobre o aspecto econômico, como demonstrou o valor adicionado fiscal disponível na tabela 15, a agricultura é a atividade responsável pela geração da maior parte da renda. A indústria, pequena e com baixo grau de tecnologia, é pouco expressiva em Brasilândia do Sul, Farol, Sulina, Mato Rico e Godoy Moreira. Apenas Cruzeiro do Iguaçu e Nova América da Colina apresentam valores significativos.

Tabela 15 – Valor adicionado Fiscal segundo os ramos de atividades 2010

Municípios	Produção Primária	Indústria	Comércio e Serviços	Recurso Autos	Total (100%)
Brasilândia do Sul	76,21%	1,25%	22,03%	0,48%	90.752.018
Cruzeiro do Iguaçu	39,56%	54,74%	5,66%	0,02%	123.707.561
Farol	79,01%	1,55%	17,32%	2,10%	75.054.981
Godoy Moreira	68,67%	12,06%	19,26%	-	12.621.508
Mato Rico	80,13%	11,10%	8,75%	-	20.534.983
Nova A. da Colina	32,71%	58,17%	9,11%	-	52.171.041
Sulina	78,39%	4,88%	16,72%	-	39.474.383
Paraná	17,04%	47,71%	34,89%	0,35%	155.590.815.056

Fonte: SEFA – PR/IPARDES (2012).

Em Brasilândia do Sul, segundo o IPARDES (2012), o setor primário respondeu por 37,65% da população ocupada, seguido pela indústria de transformação com 11,81% e pela administração pública 9,96%. No setor primário a atividade econômica predominante é a lavoura temporária respondendo por 83,63% da área total ocupada com valores mais expressivos para o cultivo de soja e milho. A criação de animais atingiu

14,72% da área tendo como maiores efetivos galináceos e o rebanho bovino. Foram contabilizados 3 estabelecimentos industriais e 21 comércios varejistas.

Os pequenos produtores rurais sinalizaram nas entrevistas uma crise na produção de galináceos e suínos em razão do elevado custo da ração e do baixo preço pago pelos abatedouros. Alguns criadores estão abandonando o setor, pois enfrentam dificuldades financeiras. Na região o setor é controlado pela C. Vale e Copacol que estabelecem o valor da matéria-prima e o preço da produção, subordinando os pequenos criadores aos seus interesses de expansão. Toda cadeia produtiva é controlada direta ou indiretamente pelas duas empresas que se apropriam do trabalho local.

Cruzeiro do Iguaçu tem 44,35% da população ocupada em atividades do setor primário, a indústria responde por 13,31%, e o comércio é a terceira atividade mais importante para a geração de emprego com 8,81%. Referente a agropecuária predominam em área a criação de animais com 60,87% (aves, rebanho suínos, rebanhos bovinos e rebanho de vacas ordenhadas), seguido pelas lavouras temporárias com 36,16% (soja, milho, trigo e mandioca em maior escala e aveia, feijão e melancia em menor escala). São 03 indústrias têxteis e 01 de produtos alimentícios e 28 comércios varejistas. A avicultura está em ascensão em razão da presença do abatedouro de frangos da Sadia em Dois vizinhos, estimulando a ampliação do número de criadores na região. A maior parte de produção é voltada para exportação.

Em Farol o setor primário responde por 42,63% do pessoal ocupado, seguido pela indústria de transformação 10,11%, comércio 8,51% e serviços domésticos 8%. As lavouras temporárias predominam em área com 95,85%, tendo na sequência a criação de animais com apenas 3,84% (o destaque recai sobre a pecuária leiteira). A soja, o milho e o trigo predominam em área colhida. Existe uma indústria da madeira e do mobiliário e 12 estabelecimentos comerciais varejistas.

No município de Godoy Moreira o setor primário é o responsável por 67,23% da população ocupada, o comércio responde por 6,7%, a educação por 5,77% e a administração pública por 4,01%. Em área predominam as lavouras temporárias 53,62% e a criação de animais 42,59%. A soja, o milho, o trigo e o feijão predominam em área colhida e os galináceos, o rebanho bovino e o rebanho suíno aparecem como as principais criações. São dois estabelecimentos industriais e 19 comércios varejistas.

Nova América da Colina apresenta 38,14% da população ocupada no setor primário, tendo 9,90% no comércio, 9,41% na indústria de transformação e 7,70% em alojamento e alimentação. As lavouras

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

temporárias predominam em área com 65,30% (soja, trigo e milho), seguidas pela criação de animais com 20,72% (rebanho bovino, galináceos, rebanho de suínos) e lavouras permanentes com 12,73% (cana-de-açúcar, laranja, café em coco, uva e maracujá). Foram contabilizados um estabelecimento industrial e 17 comércios varejistas.

No município de Mato Rico 68,8% da população está ocupada no setor primário, 9,17% em atividades mal especificadas, 5,72% na administração pública e 3,67% no comércio. No setor primário predominam em área a criação de animais 57,46% (galináceos, rebanho de bovinos, rebanho de suínos, rebanho de vacas ordenadas, rebanho de ovinos, e rebanho de equinos e caprinos), as lavouras temporárias 39,78% (soja, milho, trigo e feijão), e horticultura e floricultura 2,25%. Foram contabilizados uma indústria de produtos alimentícios e 11 comércios varejistas.

Em Sulina 44,03% da população está ocupada no setor primário, 9,28% no comércio, 8,9% no serviço doméstico, 6,66% na construção, 5,36% na educação e 5,11% na administração pública. Com relação ao setor primário, predominam em área a criação de animais com 48,37% (galináceos, rebanho bovino, rebanho de suínos, codornas e rebanho de ovinos), seguida pelas lavouras temporárias com 45,6% (soja, milho e trigo) e a horticultura e floricultura com 4,98%. Existem duas indústrias, 28 comércios varejistas, 8 serviços de alojamento, alimentação, radiodifusão e televisão e 6 de transporte e comunicação. (IPARDES, 2012).

Condições periféricas

Os municípios periféricos estão integrados na dinâmica capitalista, porém essa integração é parcial e não é capaz de articular melhorias efetivas para toda população. Isso não significa que são municípios sem perspectivas de desenvolvimento e que a população está isolada ou completamente abandonada. Existem inúmeros problemas e contradições, mas também existem aspectos positivos em viver nestes municípios como demonstrou os resultados das entrevistas aplicadas.

No município de Brasilândia do Sul as entrevista revelaram que a população considera a tranquilidade, a saúde pública, a amizade, a segurança e a educação como o que existe de melhor. O baixo número de ocorrências

Fábio Rodrigues da Costa

policiais faz com que os habitantes se sintam seguros tanto em suas casas, como no trabalho ou caminhando pelas ruas. O atendimento básico da saúde pública foi considerado adequado pela população, fato também evidenciado pelo IFDM. Os dados estão no quadro 2.

Quadro 2 - O que existe de melhor em Brasilândia do Sul?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - Amizade
4 - Segurança; Educação

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

No quesito problemas, a população indicou a falta de empregos como o principal. Em segundo lugar a falta de asfalto, sendo que cerca de 40% das ruas da cidade não são asfaltadas, conforme exemplo da figura 7, o que ocasiona, entre outros transtornos para a população, o acúmulo de poeira que dificulta a manutenção da limpeza - também citado como um problema. A falta de espaços para lazer é outra questão levantada, sendo relatado por alguns entrevistados que a única diversão para os jovens nos finais de semana é beber e ouvir música na praça.

Figura 7 - Avenida e rua sem asfalto em Brasilândia do Sul



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Com relação à saúde pública, a população entende que o atendimento básico é de boa qualidade, mas cobrou a presença de um maior número de especialidades, pois para quem está com algum problema sério de saúde é ruim ter que se deslocar de ônibus ou ambulância para outras cidades. Os serviços bancários são realizados apenas nos postos de atendimento (Bradesco, Caixa Econômica Federal na Lotérica e Banco do Brasil nos Correios) que não efetivam todos os serviços.

A população atribuiu a administração pública certo descaso, visto que boa parte da cidade não foi asfaltada e as promessas se repetem ano após ano. Não existe um plano de desenvolvimento focado na geração de empregos, o que gerou fortes críticas por parte da população. Os resultados estão disponíveis no quadro 3.

Quadro 3 - Quais são os principais problemas em Brasilândia do Sul?

1 - Falta de Empregos
2 - Ruas sem asfalto
3 - Falta de espaço para lazer; Saúde pública; Limpeza da cidade; Educação
4 - Administração pública
5 - Falta de serviços bancários; Plano de Desenvolvimento

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

No município de Cruzeiro do Iguaçu os resultados indicaram que a tranquilidade foi considerada pelos moradores como o que existe de melhor, seguido pela saúde, lazer, turismo, segurança, educação, amizade, agricultura e o comércio (informações disponíveis no quadro 4). As atividades de lazer e de turismo foram incentivadas com a instalação de infraestrutura na prainha artificial no lago da barragem da usina de Salto Caxias.

Quadro 4 - O que existe de melhor em Cruzeiro do Iguaçu?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - Lazer; Turismo
4 - Segurança
5 - Prainha; Educação; Amizade
6 - Agricultura; Comércio

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

A figura 8 evidencia uma rua na qual as casas não possuem muro, grade, cercas elétricas ou qualquer outra forma de proteção, o que confirma o depoimento dos moradores sobre a tranquilidade e a segurança de se morar em Cruzeiro do Iguaçu.

Com referência aos principais problemas, novamente a dificuldade para encontrar emprego foi considerado o maior. Também relacionados com o tema emprego aparecem reclamações sobre a necessidade de qualificação profissional, os baixos salários, a falta de oportunidades para os jovens e a necessidade de instalação de novas fabricas.

Figura 8 - Casas sem muro e grade em Cruzeiro do Iguaçu



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A saúde pública, mesmo sendo considerada de boa qualidade, foi indicada como um problema por uma parcela significativa dos entrevistados. O fato está relacionado com a existência de atendimento médico no posto de saúde somente durante o dia. Se alguém passar mal durante a noite tem que ser encaminhado para Dois Vizinhos, pois não existe médico de plantão. Assim, a população cobrou a construção de um hospital com atendimento 24 horas.

Outra cobrança da população foi a disponibilidade de atividades culturais, pois compreendem que a cultura contribui para a formação intelectual do cidadão, assim como para a preservação da memória do município. Os resultados estão disponíveis no quadro 5.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Quadro 5 - Quais são os principais problemas em Cruzeiro do Iguaçu?

1 - Falta de Empregos
2 - Saúde Pública
3 - Qualificação profissional; Baixos salários
4 - Oportunidades para os jovens; Fabricas
5 - Cultura; Gastronomia; Creche

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Em Farol, para a maioria dos entrevistados, o que existe de melhor é a tranquilidade, seguido pela qualidade de vida, hospital da mulher, escola, creche e o posto de saúde. O modo de vida calmo e sossegado, como se o tempo passasse mais devagar, o bate papo com amigos e o convívio familiar faz da cidade e da área rural um bom lugar para se viver conforme as respostas obtidas e disponibilizadas no quadro 6.

Quadro 6 - O que existe de melhor em Farol?

1 - Tranquilidade
2 - Qualidade de vida; Hospital da Mulher
3 - Escola; Creche
4 - Nada
5 - Posto de Saúde
6 - Estradas; Segurança; Amigos

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Com relação aos problemas indicados pela população (quadro 7), o principal foi a falta de empregos - independentemente da faixa etária ou do sexo. O desemprego e os baixos salários obtidos acabam estimulando a migração. Sobre a temática o ex-prefeito argumentou que:

O principal problema de Farol é o mesmo problema de todos os municípios de pequeno porte: a geração de emprego e renda. A partir do momento em que a gente teve o êxodo rural e o jovem não encontra trabalho na cidade, ele acaba saindo do município e fazendo com que o município se esvazie. Para o município gerar emprego ele precisa de um suporte para essa geração de emprego, ou seja, nós precisaríamos ter, em razão da farta produção, da abundante produção agrícola do município, especialmente em relação a soja, a transformação dessa matéria prima aqui no

município, o que não acontece. A soja sai do município de Farol e vai ser transformada em outros. (M., 2012).

Na sequência os entrevistados relataram problemas com a saúde pública, pois alguns atendimentos que poderiam ser feitos no próprio município não são realizados por falta de profissionais especializados, fazendo com que seja necessário acordar cedo, viajar de ônibus e passar o dia em outra cidade para realizar uma consulta ou fazer um exame.

A falta de cursos profissionalizantes também foi indicado como problema, pois a população entende que é necessário estabelecer mecanismos de qualificação profissional. Referente aos espaços para lazer existe na cidade uma pequena praça central e um parque com equipamentos infantis. A população cobrou a instalação de novos equipamentos nas praças e quadras poliesportivas para a prática de esportes.

7 - Quais são os principais problemas em Farol?

1 - Falta de Empregos
2 - Saúde Pública
3 - Falta de cursos Profissionalizantes
4 - Falta de indústrias; Falta de espaços para Lazer
5 - Renda Baixa
6 - Creche

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)

Também foram indicados problemas de infraestrutura. Enquanto o centro e o seu entorno estão bem conservado (ruas asfaltadas, canteiros floridos, arborização, iluminação, sinalização e limpeza adequada), outros bairros da cidade não apresentam infraestrutura adequada. Como a cidade possui pequena área territorial, em uma breve caminhada é possível visualizar a mudança na infraestrutura. A população que possui menor renda mora nas áreas mais precárias e carentes. A figura 9 demonstra uma rua sem asfalto na periferia da cidade com uma grande quantidade de material reciclado depositado em local inadequado e uma criança brincando com um carrinho produzido artesanalmente.

A figura 10 destaca o convívio do moderno com o arcaico. Uma residência de madeira em condições precárias de conservação com uma antena parabólica que possibilita o recebimento de informações e o bombardeamento de publicidade contribuindo para a expansão dos fluxos capitalistas. A publicidade e a propaganda estão entre as principais estratégias para estimular o consumo e o consumismo na população. A

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

televisão atua como o veículo de divulgação. As grandes marcas de alcance global, nacional ou regional investem milhões em *marketing* com o objetivo de criar potenciais consumidores para seus produtos e necessitam da televisão para a divulgação.

Figura 9 - Problemas de infraestrutura



Fonte: Arquivo do autor (2012)

O uso de antena parabólica é muito comum no município, até mesmo por que só é possível a sintonização dos canais abertos com o uso da antena. Com isso, a população se torna consumidora das grandes marcas contribuindo para a expansão dos fluxos de capitais e de mercadorias. Mesmo sendo um município com características periféricas, a população de Farol está integrada nos fluxos de informação e consumo. A rede formada pela grande mídia, com a finalidade de divulgar a ideologia capitalista e os comerciais das grandes empresas, torna a população consumidora. Tal fato estimula a obtenção de crédito junto ao sistema financeiro para a aquisição dos produtos amplamente divulgados.

Figura 10 - Circulação da informação



Fonte: Arquivo do autor (2012)

A população entrevistada em Godoy Moreira também apontou a tranquilidade como o que existe de melhor no município, na sequência indicaram à saúde pública. A tranquilidade está relacionada ao reduzido número de roubos e assaltos e ao modo de vida calmo. Sobre a saúde pública existe um posto de saúde e um hospital. No posto são realizados atendimentos de clínico geral, dentista e os encaminhamentos. No hospital (figura 11) são realizados os atendimentos de emergência, para isso existem três médicos clínicos gerais que se revezam. Os casos de maior complexidade são encaminhados para as cidades vizinhas. A educação e o transporte escolar foram valorizados pela população entendendo que ambos funcionam adequadamente e atendem as suas necessidades. O quadro 8 apresenta os resultados obtidos.

Quadro 8 - O que existe de melhor em Godoy Moreira?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - As pessoas
4 - Educação
5 - Transporte escolar

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Figura 11 - Hospital 24 horas em Godoy Moreira



Fonte: Arquivo do autor (2013)

O atendimento básico de saúde é oferecido para a população de forma adequada, porém existem críticas sobre a inexistência de atendimentos mais especializados:

A doença não escolhe o dia para vir, então se a gente tivesse um ai [médico especialista] para ajudar, já ajudava aqui mesmo e não precisava ir pra fora [...] tem que ir nas ambulância, só que vai e fica lá o dia inteiro, só vem de noite, leva toda aquela turma inteira, enquanto não resolve tudo fica lá esperando. Outra hora é de ônibus que vai, tem dia que você caça uma ambulância aí e não tem, tá tudo ocupado pra fora, quer dizer, se tivesse aqui [médico especialista] não precisava ir pra fora, não é só eu, tem vários doentes [...]. (J. S., 2013).

A necessidade de médicos especialistas e de leitos para internação no hospital local foi uma cobrança realizada por uma parcela significativa da população, especialmente por parte dos que possuem problemas mais sérios de saúde e precisam se deslocar para outras cidades com frequência.

A falta de empregos foi o principal problema indicado pela população, fato confirmado pelo IFDM (2014). O difícil acesso vem em segundo lugar e os baixos salários em terceiro. O difícil acesso está relacionado às distâncias em relação aos principais centros urbanos

dinâmicos. Os baixos salários, segundo alguns entrevistados, atingem todo o município e a maioria dos empregados no comércio local recebe aproximadamente pouco mais de meio salário mínimo e não são registrados. “Ou trabalham nessas condições um ficam desempregados e são forçados a migrar para outras cidades” relatou um dos entrevistados.

Um dos entrevistados, um comerciante local, pontuou algumas das dificuldades enfrentadas em relação ao desemprego.

Muita dificuldade, muita dificuldade mesmo, principalmente as pessoas mais jovens né, por exemplo, filhos de agricultores que toda vida viveram da agricultura hoje em dia vão trabalhar, por exemplo, em Arapongas que tem muitas pessoas trabalhando, em fim, Curitiba, todos os lugares. (C., 2013).

Outro problema relatado foi a inexistência de uma ponte para a travessia do rio Corumbataí na estrada que liga Godoy Moreira à Barbosa Ferraz. A travessia é feita por uma balsa. Além da falta da ponte são 10 km de estrada que estão sem asfalto, o que dificulta o transporte de mercadorias e pessoas para Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul e Campo Mourão, pois é necessário utilizar a estrada para São João do Ivaí, que torna o caminho mais longo. Os dados completos estão no quadro 9.

Quadro 9 - Quais são os principais problemas em Godoy Moreira

1 - Falta de empregos
2 - Difícil acesso (distâncias)
3 - Baixos salários; Infraestrutura
4 - Falta de espaço para lazer
5 - Comércio fraco; Ponte; Agropecuária; Segurança; Moradia; Evasão de Jovens; Saúde Pública

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Em Mato Rico a população também identificou a tranquilidade como o que existe de melhor, seguida pela segurança. Segundo entrevista realizada com uma moradora “é possível sair de casa sem a preocupação de fechar portas, janelas ou portão; além do mais, se começar a chover os vizinhos recolhem a roupa que está no varal e guardam”. O relatado é pouco comum nas médias e grandes cidades, uma vez que a preocupação com a violência e a sensação de insegurança aflige a população com intensidade.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

As entrevistas revelaram que os maiores benefícios de se morar em Mato Rico são as amizades estabelecidas, a honestidade dos habitantes e a boa qualidade de vida que tudo isso proporciona. A escola estadual também foi indicada como adequada e de boa qualidade. Os dados estão disponíveis no quadro 10.

Quadro 10 - O que existe de melhor em Mato Rico?

1 - Tranquilidade
2 - Segurança; Saúde Pública
3 - Amigos; Qualidade de vida; População Honesta; Escola

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Entre os problemas enfrentados o mais citado foi a estrada de terra, visto que o acesso via Roncador (22 km de extensão) e via Pitanga (60 km de extensão) são feitos em estrada sem asfalto. A população relatou que nos dias de chuva prolongada ou forte o acesso é muito difícil e os atolamentos são constantes, quando ocorre à queda da ponte a cidade fica isolada por alguns dias. Um dos entrevistados relatou que:

[...] uma das dificuldades que tem também aqui é a acessibilidade né, por falta de asfalto, então quando chove as estradas ficam praticamente intransitáveis e a situação fica difícil e assim o acesso da população aqui. Como nós não temos um comércio que pode oferecer tudo aqui o pessoal tem que buscar fora e esse buscar fora acaba se tornando caro né, até mesmo pra chegar aqui as mercadorias acabam tendo dificuldade pelo fato do acesso. (Z., 2012).

Conforme relato dos moradores, ano após ano são feitas promessas de asfaltar a estrada e melhorar a acessibilidade, porém a população continua sujeita ao isolamento. Segundo o portal de reportagens Mato Rico Web, a forte chuva ocorrida no dia 13 de março de 2013, impediu que os alunos que estudam na Faculdade UCP de Pitanga retornassem as suas casas, sendo necessário passar a noite em um posto de gasolina. O exemplo mostra o descaso do poder público com a população. A estrada pode ser observada na figura 12.

A posição geográfica distante das principais vias de circulação do Paraná (95 km até a BR 369 e 135 km até a BR 277 que atravessa o Paraná

Fábio Rodrigues da Costa

no sentido leste-oeste e é considerada o corredor do Mercosul) e a dificuldade de acesso são obstáculos para o desenvolvimento nos moldes atuais. A falta de empregos foi considerada pelos entrevistados como o principal motivo para a macromobilidade da população para outras cidades. O fato estimula a migração de jovens, conforme relatou um estudante do ensino médio:

[...] o desemprego e falta de oportunidade pra estudar, se quiser ter um estudo melhor tem que sair pra outra cidade. Por causa das condições das estradas, não tem ônibus, não tem carro pra levar, estimula as pessoas a ir embora [...] A maioria pra Santa Catarina, pra cidade grande, a maioria que eu conheço vai pra Santa Catarina. (D. M, 2012).

Também foram citados pela população como problemas sérios a falta de atendimento e assistência técnica para o agricultor, especialmente para os pequenos proprietários que possuem dificuldade para melhorar a produção e sustentar a família; descaso da administração pública municipal e estadual com a infraestrutura; fraco movimento no comércio em virtude dos baixos salários; falta de espaços para lazer haja vista que não existem praças, parques, equipamentos para a terceira idade ou para crianças disponíveis. Os problemas indicados são apresentados no quadro 11.

Figura 12 - Estrada de terra cascalhada ligando Roncador até Mato Rico



Fonte: Arquivo do autor (2012)

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Quadro 11 - Quais são os principais problemas em Mato Rico?

1 - Estrada de Terra
2 - Falta de empregos
3 - Saúde Pública
4 - Educação
5 - Falta de administração; Falta de Assistência para o pequeno agricultor
6 - Falta de indústrias; Baixo movimento no comércio; Falta de espaços para lazer

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

A figura 13 apresenta a paisagem típica do município que é caracterizada pelo predomínio de revelo dobrado com declividade acentuada e por platôs ondulados. No primeiro plano da figura - áreas de platôs - verificamos a presença de uma agricultura moderna através do cultivo da soja em médias propriedades, no segundo plano - declividade mais acentuada - pastagem para a prática de pecuária extensiva. A agricultura é a principal atividade econômica no município empregando 68,8% da população ativa.

Figura 13 - Paisagem rural em Mato Rico



Fonte: Arquivo do autor (2012)

No município de Nova América da Colina a população indicou a tranquilidade como o que existe de melhor, seguido pela segurança.

Fábio Rodrigues da Costa

Chamou a atenção o fato de que a resposta “nada” apareceu como uma das mais citadas, o que indica a insatisfação de uma parte da população com a infraestrutura local. O sossego, as amizades e a família apareceram nas respostas como o que existe de melhor. Os empregos gerados pela usina de álcool, a educação, a agricultura e os programas de assistência para a população de baixa renda também foram citados por uma parte da população entrevistada (quadro 12).

Quadro 12 - O que existe de melhor em Nova América da Colina?

1 - Tranquilidade
2 - Segurança; Nada
3 - Saúde
4 - Sossego; Amizade
5 - Família
6 - Educação; Agricultura; Usina de álcool; Emprego; Assistência para as pessoas de baixa renda

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

As respostas sobre os problemas confirmaram que a população está insatisfeita e preocupada com a infraestrutura, visto que o asfalto e a falta de saneamento básico foram os mais indicados. O asfalto está em condição ruim e apenas a Avenida Paraná (principal), e algumas outras ruas centrais estão em boas condições. Em muitos trechos os buracos são tantos que o asfalto praticamente não existe. Outras ruas da cidade ainda não possuem asfalto (figuras 14 e 15), o que justifica as queixas. Os problemas estão alocados no quadro 13.

Quadro 13 - Quais são os principais problemas em Nova A. da Colina?

1 - Asfalto
2 - Falta de Emprego
3 - Falta de Saneamento Básico
4 - Administração pública; Lazer
5 - Falta de moradias; Violência
6 - Educação; Saúde
7 - Falta de Indústrias; Transporte escolar

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Figura 14 - Rua de terra em Nova América da Colina



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Figura 15 - Buracos nas ruas



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A dificuldade para encontrar emprego foi o segundo problema indicado pelos entrevistados. A própria administração pública municipal entende que um dos motivos do esvaziamento populacional é a dificuldade na geração de empregos:

O nosso maior problema é a geração de emprego em virtude de ser um município pequeno e não tem muito, alias, não é muito, não tem assim, opção de emprego. Onde hoje um pouco que gera emprego pra nós é a destilaria Americana e um grande empregador do nosso município é o Hotel Aguativa – Aguativa Resort. (M., 2013).

Também foram indicados como problemas a falta de espaços para o lazer (especialmente para a prática esportiva), a falta de moradias, a saúde pública (necessidade urgente de contratação de médicos de diferentes especialidades) e a falta de indústrias.

Em Sulina a população indicou a tranquilidade como o que existe de melhor. A saúde pública veio na sequência (atendimento médico disponível 24 horas e a realização de exames laboratoriais no município). A segurança é outro ponto forte, alguns entrevistados argumentaram que a cidade ficou entre as 10 menos violentas do Estado do Paraná em reportagem recente apresentada na televisão, sendo possível sair de casa e deixar as portas e janelas abertas sem se preocupar com furtos. A existência de fonte termal com águas a uma temperatura de 37,5° C e a possibilidade de ampliação da infraestrutura turística é outro ponto de destaque para os entrevistados. Os dados estão no quadro 14.

Quadro 14 - O que existe de melhor em Sulina?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - Segurança
4 - Fontes termais
5 - Educação; Bom de morar
6 - Comércio

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Entre os problemas a população indicou a falta de empregos, a necessidade de instalação de indústrias com a perspectiva de promover o desenvolvimento, as estradas rurais que precisam ser recuperadas, as poucas

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

oportunidades de crescimento profissional e a ampliação do saneamento básico (quadro 15).

Quadro 15 - Quais são os principais problemas em Sulina?

1 - Falta de Emprego
2 - Falta de Indústrias
3 - Estradas Rurais
4 - Oportunidades para os mais jovens
5 - Saneamento Básico

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

A figura 16 apresenta uma visão panorâmica de Sulina. No primeiro plano um bairro residencial e no segundo plano o relevo dobrado - predominante no município - no qual se pratica a criação de animais (aves, porcos, gado).

O reduzido número de oportunidades de emprego é um problema recorrente e comum em todos os municípios periféricos estudados. Foram poucos os exemplos encontrados de jovens que depois de formados em cursos profissionalizante ou superior retornaram e conseguiram se estabelecer profissionalmente. A maioria acaba se estabelecendo na cidade onde realizou a formação acadêmica ou se desloca para os centros mais dinâmicos do Paraná. O que é uma grande perda para os municípios periféricos, pois ficam sem uma população jovem e qualificada que poderia efetivamente contribuir para o desenvolvimento.

Com relação à saúde pública, a presença de médico clínico geral para a realização dos atendimentos no próprio município foi um dos fatores que levaram a população a elogiar a saúde pública, visto que durante muitos anos os atendimentos básicos eram feitos em municípios distantes. Tal fato melhorou a condição de vida da população, entretanto a cobrança agora é para a presença de atendimentos de médicos especialistas e a realização de exames no próprio município.

A pesquisa também verificou que a qualidade do ensino público melhorou consideravelmente nas últimas duas décadas. No entanto, ainda está longe de atingir níveis de qualidade compatíveis com os necessários para romper com a lógica imposta pelo sistema atual. Sem um ensino crítico e qualificado as possibilidades de desenvolvimento local são reduzidas.

Figura 16 - Vista parcial da paisagem em Sulina



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A carência de espaços destinados ao lazer também é comum nos municípios estudados. Com exceção de Cruzeiro do Iguaçu, nos demais as praças e alguns equipamentos para exercícios físicos são a única atividade disponibilizada. Em Mato Rico não existe nem mesmo uma praça para a população.

Redes geográficas e subordinação territorial

Nessa etapa procuramos apresentar as redes geográficas estabelecidas a partir da mobilidade da população, especialmente a micromobilidade física (deslocamentos cuja escala é curta e cotidiana) conforme discutido por Rocha (1998). Os fluxos de mobilidade estudados possuem as seguintes finalidades: atendimento médico especializado, ensino superior, trabalho, serviços especializados e consumo. As discussões sobre mobilidade do consumo foram encontradas e fundamentadas no estudo realizado por Ghizzo (2012):

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

[...] diz respeito ao deslocamento que as pessoas realizam do local onde residem até outro na intenção de comprar e/ou consumir produtos e/ou espaços [...] a mobilidade do consumo envolve comportamento humano que acontece segundo prerrogativas que o sistema político-econômico impõe sobre o cotidiano dos indivíduos. (GHIZZO, 2012, p. 15-16).

Nos casos estudados os fluxos de mobilidade estão relacionados com a posição e função desempenhada pela cidade na rede urbana e as condições de infraestrutura existente (rede viária, transporte, hospitais, postos de saúde, universidades/faculdades, comércios, prestação de serviços, indústrias, etc.).

O trabalho de campo demonstrou que Brasilândia do Sul é polarizada e mantém relações mais intensas com Assis Chateaubriant e Umuarama, e com menor intensidade com Toledo. Para Assis Chateaubriant são 26 km pela BR - 486 sentido sul que está em boas condições. Até Umuarama são 62 km pela BR - 486 sentido norte e PR - 323, e para Toledo 70 km pela BR - 486 e PR - 317.

Com referência a mobilidade para atendimento médico especializado 86,7% dos entrevistados responderam que já se deslocaram para outras cidades. A prefeitura realiza os encaminhamentos para Umuarama. Se o caso exigir maiores cuidados a pessoa é encaminhada de Umuarama para Curitiba, sendo visível a presença de uma rede urbana hierarquizada nesse quesito. Os que possuem plano de saúde privado se deslocam preferencialmente para Cascavel ou Toledo rompendo com a hierarquia. A população argumentou que a saúde pública básica no município é satisfatória e de boa qualidade, porém criticou a falta de especialidades e a necessidade dos constantes deslocamentos.

Considerando a existência de serviços especializados 26,7% dos entrevistados alegaram que encontram os serviços necessários na cidade, contra 73,3% que encontram parcialmente. Segundo a população as maiores dificuldades estão relacionadas com a prestação de serviços bancários, pois os mesmos são realizados na Lotérica da Caixa, nos Correios e no Posto de atendimento do Bradesco. Não são todos os atendimentos que estão disponíveis e no período de pagamento muitas vezes não existe dinheiro para todos, o que estimula a micromobilidade para as cidades vizinhas. Assim, 76,7% dos entrevistados alegaram que já se deslocaram para outra cidade. O principal destino foi Assis Chateaubriant, o secundário Umuarama e o terciário Toledo.

Fábio Rodrigues da Costa

Mesmo a cidade dispendo de um centro comercial com três mercados, panificadora, farmácia, loja de roupas e sapataria (figura 17), é comum a mobilidade do consumo visto que 63,3% dos entrevistados alegaram já ter se deslocado. Novamente o principal destino foi Assis Chateaubriat e o secundário Umuarama (ambos possuem um centro comercial dinâmico com preço melhor e maior variedade de produtos). O fluxo terciário foi para Toledo. A mobilidade do consumo é estimulada pelo maior custo dos produtos no comércio local. A frequência principal dos deslocamentos foi de 1 vez por mês.

Figura 17 - Centro comercial de Brasilândia do Sul



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Conforme analisou GHIZZO (2012):

[...] a mobilidade física e a mobilidade do consumo se interpenetram, imbricando uma teia de relações no ambiente materializado, mesclando sentimentos, formas urbanas, compras e o processo do consumo em si, onde as pessoas associam a necessidade e o prazer de comprar e consumir com a satisfação de realizá-los num espaço que lhes confira status, pertencimento e um poder que, na maioria das vezes, significa alienação. Este processo normalmente resulta em produção de espaços, **concentração e acumulação de capital nas cidades polarizadoras, enquanto os respectivos lugares de seu cotidiano permanecem em inércia**

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

econômica e não acompanha o ritmo da cidade pólo. (GHIZZO, 2012, p. 60, grifo nosso).

As motivações para comprar na cidade pólo não estão ligadas apenas a maior variedade de produtos disponíveis e ao preço, também se relaciona ao prazer e status que o consumir proporciona estabelecendo alienação e inércia econômica na cidade de origem.

Outro tema importante que merece atenção é a procura por uma formação de ensino superior. A demanda cresceu nas últimas décadas em virtude das perspectivas de mobilidade social - vertical - e da exigência capitalista por maior qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Isso estimula a micromobilidade da população para as cidades em que estão presentes as Faculdades e Universidades públicas e privadas. Umuarama apareceu como destino principal, Assis Chateaubriant vem na sequência, seguidos por Toledo e Cascavel. Os deslocamentos são diários - característicos da micromobilidade física - e principalmente no período noturno, porém existem alguns estudantes que optaram por morar na cidade que oferece o curso.

Em virtude da pequena oferta de trabalho em Brasilândia do Sul, uma parte da força de trabalho realiza migração pendular - micromobilidade física - para Palotina e Cafelândia. Em Palotina o principal destino é o Abatedouro de Aves da Cooperativa Agroindustrial - C. Vale, que atua na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, suínos e aves. Em Cafelândia o destino é a Cooperativa Agroindustrial Consolata - COPACOL, que atua na agricultura (soja, milho e trigo), avicultura, suinocultura e piscicultura. Os trabalhadores oriundos de Brasilândia do Sul atuam no Abatedouro de Aves. Verificamos que uma parte da força de trabalho do município de Brasilândia do Sul acaba criando riqueza em Palotina e Cafelândia.

Com referência ao município de Cruzeiro do Iguaçu, o mesmo é polarizado por Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, porém mantém relações significativas com Pato Branco e em menor escala com Cascavel.

Em razão de não existir atendimento médico disponível 24 horas no município 96,6% dos entrevistados alegaram que já se deslocaram para outra cidade. Os principais destinos foram Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Em Francisco Beltrão são realizados os atendimentos de especialistas e os exames, já no hospital de Dois Vizinhos os atendimentos de emergência. O fluxo secundário diagnosticado foi para Pato Branco e Cascavel, no qual são realizados os atendimentos de maior complexidade. Para Curitiba vão os casos de grande complexidade podendo seguir uma hierarquia urbana ou

Fábio Rodrigues da Costa

não, isso depende da avaliação do médico e das condições financeiras do paciente.

Com relação a disponibilidade de serviços especializados 46,7% dos entrevistados responderam encontrar no município o que precisam, 40% encontram parcialmente e 13,3% têm dificuldades em encontrar os serviços que necessitam. Com isso 56,7% se deslocaram para outra cidade, especialmente para atendimento bancário. O fluxo principal foi para Dois Vizinhos e o secundário para Francisco Beltrão.

Para realizar compras (mercado, calçados, vestuários, etc.) 60% dos entrevistados responderam que já se deslocaram para outra cidade, indicando como destino principal a cidade de Dois Vizinhos e destino secundário Francisco Beltrão. A variedade e diversidade de comércios disponíveis em Dois Vizinhos (distante 23 km) o status social, o menor preço e a pequena variedade de mercadorias disponíveis no comércio local (figura 18), estimulam a mobilidade do consumo. A frequência da mobilidade varia entre uma vez por semana e quinzenalmente.

Figura 18 - Avenida principal em Cruzeiro do Iguaçu



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Para a realização de um curso superior a micromobilidade principal foi para Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, a secundária para Pato Branco e a terciária para Cascavel. Predominam os deslocamentos diários, com

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

exceção para Cascavel onde os estudantes acabam permanecendo durante o período de realização do curso.

Em Cruzeiro do Iguaçu também foi verificada a micromobilidade física para o trabalho através dos deslocamentos diários para o abatedouro de aves da Sadia situado em Dois Vizinhos. A avicultura é uma atividade importante na região e a Sadia atua com grande intensidade em todos os setores da criação e abate de aves sendo a maior parte da produção destinada para exportação.

O município de Farol está inserido em uma rede urbana que tem como cidade polarizadora Campo Mourão (distância de 27 km), mantém relações secundárias com outras cidades e encontra-se subordinada a decisões políticas e econômicas que estão além das suas fronteiras físicas.

Quando perguntado a população se encontra atendimento médico especializado no município, 86,6% responderam que não, 10% parcialmente e apenas 3,4% sim. Segundo informações fornecidas pela Secretaria da Saúde (2013), os atendimentos foram ampliados e o município oferece as seguintes especialidades: psiquiatria, psicologia, genecologia, pediatria e odontologia. Em relação a mobilidade para outra cidade em busca de atendimento médico especializado 100% alegaram que já se deslocaram. O principal destino foi Campo Mourão. Como destinos secundários Goioerê e Maringá. Para um atendimento de maior complexidade os encaminhamentos são para Curitiba e Arapongas (cardiológico) caracterizando o estabelecimento de uma hierarquia urbana.

Sobre a presença de serviços especializados, 50% responderam que os existentes atendem parcialmente as suas necessidades, 33,4% responderam que não são suficientes e 16,6% que são suficientes. Existe uma agência bancária do Sistema de Crédito Cooperativo - SICRED e um posto de atendimento do Bradesco. A população cobrou a instalação de outros bancos, especialmente o Banco do Brasil. Serviço odontológico e de advogado são oferecidos pela prefeitura, não existindo na cidade consultório odontológico, de advocacia e de engenharia particulares. Com relação a micromobilidade para tais atendimentos, 73,3% responderam já ter se deslocado e o destino principal foi Campo Mourão, seguido por Janiópolis.

A cidade de Farol durante a década de 1960 até meados da década de 1970, segundo o relato de alguns moradores, era movimentada em razão do comércio local atender aos fazendeiros, sitiantes e trabalhadores rurais que faziam suas compras nos armazéns. O comércio empregava um significativo número de trabalhadores. Atualmente, a cidade possui um pequeno centro comercial que atende parcialmente as necessidades da população. Entre os entrevistados 80% compram em outras cidades, especialmente em Campo

Fábio Rodrigues da Costa

Mourão e em menor escala em Janiópolis e Maringá. A maior frequência diagnosticada foi de cerca de uma vez por mês com 66,7% das respostas e quinzenalmente com 16,6%.

A cidade vem apresentando significativa redução de centralidade nas últimas décadas. Hoje o comércio local e os serviços prestados são voltados para atender, principalmente, a população de menor renda ou que possui dificuldades para os deslocamentos. A proximidade com Campo Mourão e a estrada em bom estado de conservação estimulam a mobilidade do consumo e para o trabalho.

Outro fator verificado foi que uma parte significativa dos empresários rurais proprietários de médias e grandes fazendas modernas e produtoras de soja e milho não moram no município, tem residência em Campo Mourão e realizam os investimentos de capital fora de Farol.

Mesmo reduzida a centralidade não desapareceu por completo e está presente na agência do SICREDI, na EMATER, no entreposto da Agroindustrial Cooperativa - COAMO, no Hospital da Mulher e no pequeno centro comercial. (figura 19).

Figura 19 - Centro comercial de Farol



Fonte: Arquivo do autor (2012)

Uma parcela da força de trabalho residente em Farol atende as necessidades das cidades vizinhas. Os fluxos principais são para Campo Mourão e Araruna. Em Campo Mourão o maior empregador é a empresa

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Tyson do Brasil pertencente ao grupo Tyson Foods. A multinacional norte-americana está entre as grandes processadoras de carne de frango do mundo. O Paraná Supermercados, além de uma série de outros comércios, também empregam parte da população proveniente de Farol. Em Araruna o maior empregador é a empresa A. J. Rorato & Cia. LTDA, que produz pias, móveis para cozinha e banheiro.

O reduzido número de empregos gerados no município alimenta a mobilidade pendular para Campo Mourão e Araruna. Os empresários das cidades vizinhas estimulam os deslocamentos em razão da necessidade de mão de obra para a linha de produção, especialmente o abate de frangos e a montagem de pias, no qual os salários são mais baixos.

Como não existe oferta de ensino superior em Farol, para ter acesso a um curso de graduação à população se desloca para Campo Mourão, Umuarama, Maringá e em pequena quantidade para Cascavel. Para Campo Mourão e Umuarama a mobilidade é diária, nos casos de Maringá e Cascavel a maioria dos estudantes opta por morar na cidade que oferece o curso.

O município de Godoy Moreira está integrado em uma rede urbana que tem como cidades polarizadoras São João do Ivaí e Ivaiporã, mas também apresenta flexibilidade e mantém relações importantes com outras cidades. A distância até São João do Ivaí é de 33 km pela PR – 650. A distância até Ivaiporã é de 73 km e o caminho é feito pela PR – 650 e Rodovia Natal Pessutti.

Referente a disponibilidade de atendimento médico especializado 70% dos entrevistados responderam não encontrar no município, 20% alegaram encontrar e 10% encontram parcialmente. A cidade dispõe de um hospital 24 horas, porém a visita *in loco* revelou que somente são realizados atendimentos de clínico geral e emergência. Não existe atendimento de pediatria, de ginecologista ou ortopedista. Os casos que requerem especialidades são encaminhados para as cidades mais dinâmicas.

Dos entrevistados 96,7% responderam que já se deslocaram para outra cidade em busca de atendimento médico especializado. Entre os que já se deslocaram o principal destino foi Ivaiporã e Londrina. Arapongas vêm como destino secundário. Apucarana, Curitiba e Jandaia do Sul foram indicadas por uma pequena parcela dos entrevistados.

Com relação a disponibilidade de serviços especializados em Godoy Moreira, 46,7% indicaram que encontram parcialmente, 30% não encontram e 23,3% encontram. Sobre a micromobilidade 66,7% já se deslocaram e 33,3% não. Os principais destinos são as cidades de São João do Ivaí e Ivaiporã e em menor quantidade Londrina, Jandaia do Sul e

Fábio Rodrigues da Costa

Arapongas. Segundo um dos entrevistados a mobilidade reduziu significativamente depois da instalação da agência do Banco do Brasil, que facilitou o recebimento de salários e o uso de serviços bancários. Também estão presentes no município um posto de atendimento do Bradesco, uma Lotérica da Caixa e um Posto Postal dos Correios.

Na cidade estão presentes, conforme a figura 20, estabelecimentos comerciais que atendem as necessidades básicas da população (mercado, panificadora, sapataria, loja de roupas, papelaria, bar, restaurante, material de construção, farmácia e loja de presentes) o que reduz a mobilidade do consumo, visto que 60% responderam não se deslocar para outra cidade e realizar todas as suas compras no comércio local. Por outro lado 40% realizam a mobilidade do consumo. Entre os que realizam a mobilidade a maior frequência foi de uma vez por mês e o principal destino Ivaiporã e São João do Ivaí, como destino secundário Maringá. A cidade de Apucarana apareceu com baixa frequência.

Figura 20 - Centro comercial de Godoy Moreira



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Os dados indicam que o centro urbano de Godoy Moreira ainda consegue manter a centralidade, no entanto é necessário explicar que o município ocupou uma posição muito ruim no quesito emprego e renda elaborado pelo IFDM (2014). A baixa renda faz com que a população procure consumir apenas os produtos básicos, que estão disponíveis no

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

comércio local. Os produtos de maior complexidade, disponíveis apenas nos centros dinâmicos, possuem preço maior, o que reduz o seu acesso para uma parte significativa da população.

Para cursar ensino superior o principal destino da mobilidade foi Jandaia do Sul. Os destinos secundários são Ivaiporã e Maringá, com menor frequência Arapongas e Apucarana. A prefeitura ajuda com um ônibus que leva os estudantes até São João do Ivaí, de lá uma parte dos estudantes segue em outro ônibus até Ivaiporã, e a outra parte para Jandaia do Sul.

O município de Mato Rico, mesmo com a dificuldade de acesso, está inserido em uma rede urbana com significativo fluxo de população. Os fluxos variam de acordo com os motivos da mobilidade destacando-se os deslocamentos para Roncador, Pitanga, Ivaiporã e Campo Mourão.

Dos entrevistados 80% responderam não existir atendimento médico especializado no município, 13,3% responderam encontrar parcialmente e 6,7% disseram encontrar. Existe na cidade um posto de saúde (figura 21) que realiza atendimento de clínico geral e os encaminhamentos. Sobre a mobilidade para outra cidade 97,7% responderam que já se deslocaram e indicaram como principal destino Ivaiporã. Os destinos secundários foram para Campo Mourão, Pitanga, Guarapuava e Curitiba. Com pouca frequência a mobilidade foi para Iretama.

Figura 21 - Centro de saúde de Mato Rico



Fonte: Arquivo do autor (2012)

No município de Mato Rico 53,3% dos entrevistados responderam encontrar parcialmente os serviços especializados que necessitam, 33,3% alegaram não encontrar e 13,4% responderam encontrar. Quando questionados sobre a micromobilidade 83,3% afirmaram que já se deslocaram para outras cidades. Os principais destinos foram Roncador e Pitanga, o fluxo secundário foi para Campo Mourão e o terciário para Maringá e Ivaiporã.

Um comerciante local alegou que entre os principais motivos do deslocamento está a necessidade de serviços bancários, especialmente para o recebimento de salários. Afirmou que a agência lotérica local credenciada a Caixa raramente tem dinheiro suficiente para realizar os pagamentos, o que intensifica a mobilidade para a cidade de Roncador, onde as pessoas aproveitam para realizar compras, o que atrapalha o comércio local. Recentemente foi aberto um posto de atendimento bancário do Bradesco, porém os atendimentos são parciais e os deslocamentos continuam.

Para a realização de compras no comércio 50% dos entrevistados responderam que já se deslocaram para outra cidade. Os destinos indicados foram Roncador, Pitanga e Campo Mourão sendo a frequência principal uma vez por mês com 53,3% e no fim do ano com 20%. A outra metade dos entrevistados respondeu não se deslocar para outras cidades e realizar todas as suas compras no comércio local.

Uma das explicações para a mobilidade do consumo não ser elevada é que a maioria da população habita na área rural (75% da população), deslocando-se no sábado para realizar compras no comércio local - que fica movimentado - adquirindo produtos de primeira necessidade (açúcar, arroz, biscoito, café, farinha de trigo, feijão, GLP, leite, macarrão, margarina, óleo de soja, sal) e de consumo em geral de baixa complexidade (produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, pães e bolos, bebidas, materiais de construção e outros). A estrada de terra atua como obstáculo para a mobilidade, mas não é o motivo principal. Entendemos que o principal motivo seja a renda familiar baixa.

Para a realização de um curso superior os principais destinos foram Campo Mourão e Pitanga. Na sequência Maringá, Guarapuava e Ivaiporã. Para Pitanga a mobilidade é realizada diariamente. Para Campo Mourão e Ivaiporã uma parcela realiza mobilidade diária e outra optou por morar na cidade em que realiza o curso em virtude das dificuldades de transporte. Para Maringá e Guarapuava os fluxos são menores e os estudantes moram na cidade, retornando apenas nos finais de semana e nas férias.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

O município de Nova América da Colina (figura 22) apresenta uma rede urbana menos flexível e se encontra polarizado com maior intensidade por Cornélio Procópio, localizado a 24 km de distância. Também mantém relações diretas com Londrina e com menor intensidade com Assaí e São Sebastião da Amoreira.

Com relação a disponibilidade de atendimento médico em diferentes especialidades 63,3% dos entrevistados responderam não encontrar, 10% encontram e 26,7% encontram parcialmente. A mobilidade é intensa visto que 93,3% já se deslocaram para realizar uma consulta médica em outra cidade. O principal destino foi Cornélio Procópio, seguido por Londrina e com menor frequência para Curitiba.

Com referência a disponibilidade de serviços especializados 70% alegaram encontrar parcialmente, 16,7% encontram o que precisam e 13,3% não encontram. A mobilidade para outras cidades também é significativa, visto que 73,3% responderam que já se deslocaram. O principal destino continua sendo Cornélio Procópio. As cidades de Londrina e Assaí aparecem como destinos menos frequentes.

Figura 22 - Vista da paisagem de Nova América da Colina



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A mobilidade do consumo é significativa visto que a cidade não dispõe de produtos de maior complexidade, porém a mobilidade também ocorre para a compra de produtos e serviços cotidianos. As respostas indicaram que 73,3% dos entrevistados vão as compras em Cornélio Procópio, sendo Londrina o destino secundário. Com baixa frequência apareceram São Sebastião da Amoreira e Assaí. A maioria dos entrevistados alegou ir pelo menos uma vez por mês as compras em outra cidade.

Os destinos para ensino superior são as faculdades públicas e privadas de Cornélio Procópio e Londrina. Os deslocamentos são diários e ocorrem principalmente no período noturno.

Também foi constatada a mobilidade do trabalho que é maior para Cornélio Procópio e menor para Londrina. O principal empregador em Cornélio Procópio é o Hotel Aguativa Resort que possui um amplo espaço (complexo aquático, fazendinha, trilhas ecológicas, lago para pesca e acomodações) e necessita de um grande número de funcionários para administração e manutenção. O comércio e o setor de serviços também empregam a população oriunda de Nova América da Colina.

O município de Sulina mantém relações mais efetivas com Chopinzinho e Pato Branco, bem como com Francisco Beltrão, porém em intensidade menor. Sobre a micromobilidade para atendimento médico especializado 86,6% responderam que já se deslocaram. O fluxo principal foi para Pato Branco, considerado como um dos principais centros do Sudoeste paranaense. O secundário para Chopinzinho e terciário para Curitiba.

A população entrevistada argumentou que encontra no município totalmente ou parcialmente os serviços necessários. Os deslocamentos para outras cidades foram na ordem de 40%. O destino principal foi Chopinzinho e o secundário Pato Branco.

Com relação a mobilidade do consumo 50% dos entrevistados alegaram que já se deslocaram e indicaram como destino principal Chopinzinho, como fluxo secundário Pato Branco que oferece os serviços e as mercadorias de maior complexidade.

A mobilidade do consumo e para serviços especializados não é tão intensa em Sulina, visto que a população alegou dar preferência para o comércio local e encontrar quase todos os produtos e serviços de que necessita (dentista, laboratório, informática, etc.).

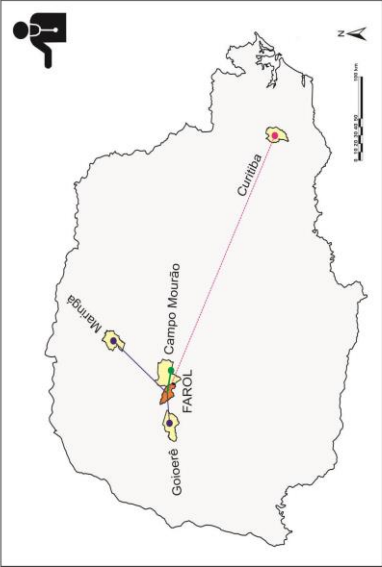
A micromobilidade principal para cursar ensino superior foi para Dois Vizinhos, a secundária para Pato Branco e o fluxo terciário para Francisco Beltrão. Os fluxos dos municípios estudados na pesquisa estão disponíveis nas figuras 23, 24 e 25.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

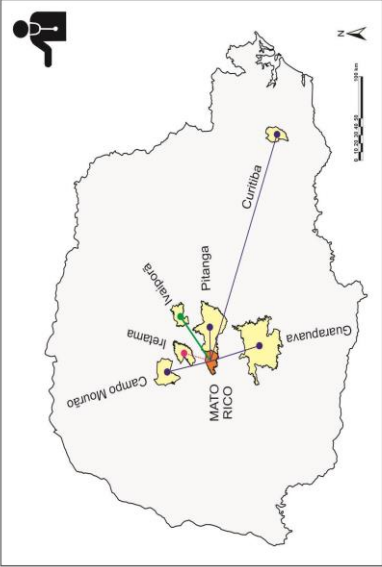
Os fluxos estudados de micromobilidade física e mobilidade do consumo da população indicaram que são significativos os deslocamentos para a cidade pólo mais próxima com o intuito de completar as deficiências existentes na cidade local, assim como a procura por mercadorias e serviços mais complexos. Os deslocamentos para os centros dinâmicos regionais também são representativos e nos caso estudados foram direcionados para Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel, Francisco Beltrão e Pato Branco. Para Curitiba a micromobilidade detectada foi específica para a realização de atendimentos médicos mais complexos e os encaminhamentos geralmente seguem os princípios de uma hierarquia urbana bem definida: do centro local para o centro sub-regional ou capital regional e desta para a metrópole. A exceção são os casos de grande complexidade ou relacionados a pessoas com maior poder aquisitivo que rompem com a hierarquia urbana e se deslocam diretamente da Curitiba para obterem atendimento médico ou para o consumo de determinados produtos com alto valor agregado e disponíveis apenas nos maiores centros urbanos do país.

PARANÁ: MICROMOBILIDADE PARA ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO

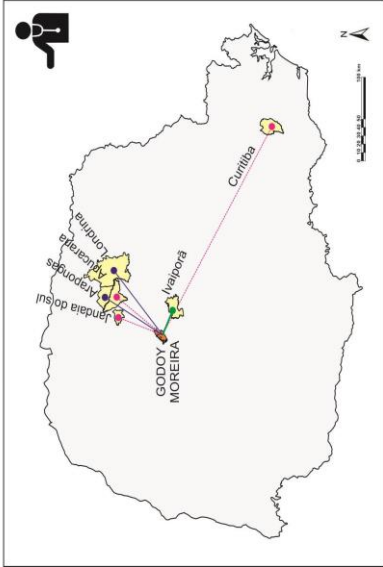
FAROL



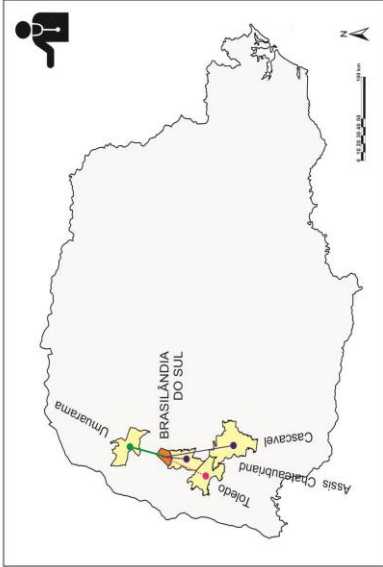
MATO RICO



GODOY MOREIRA

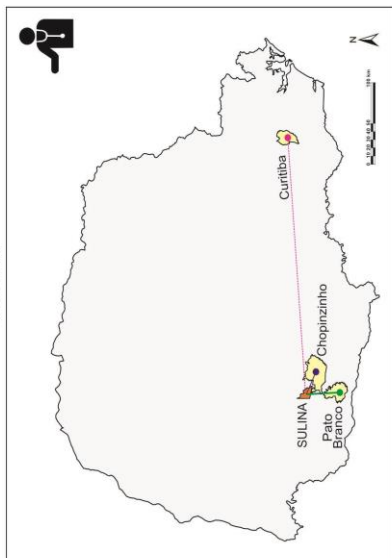


BRASILÂNDIA DO SUL

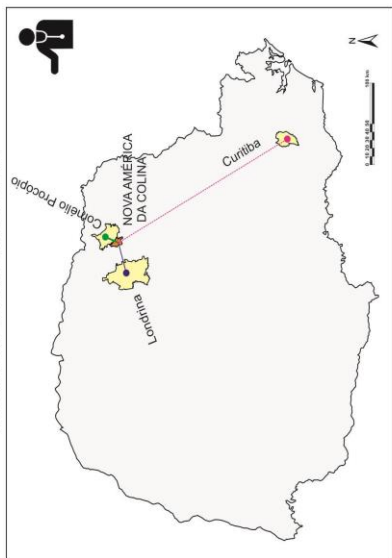


Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

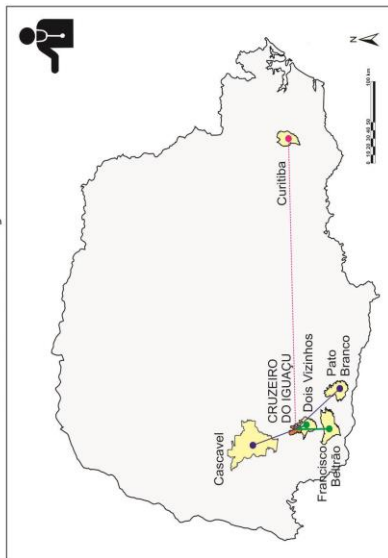
SULINA



NOVA AMÉRICA DA COLINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Micromobilidade para atendimento médico especializado:

- Principal 
- Secundária 
- Terciária 

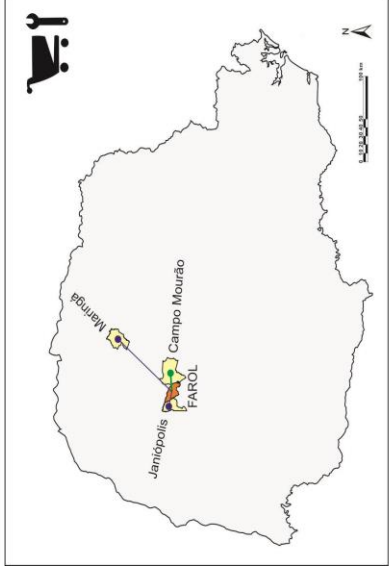
Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

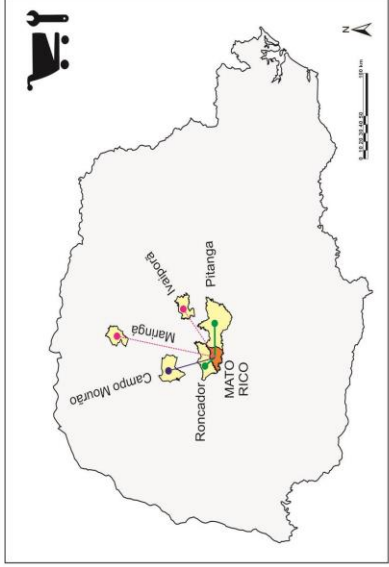
Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

PARANÁ: MOBILIDADES DO CONSUMO E PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

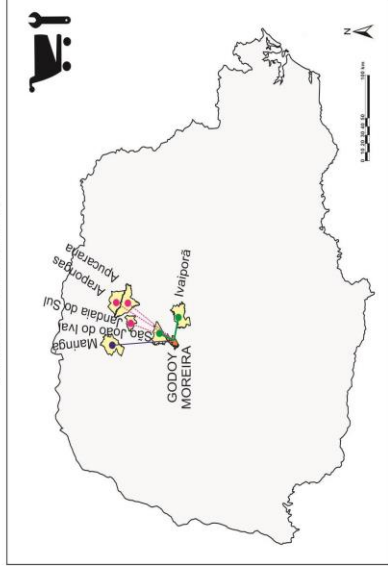
FAROL



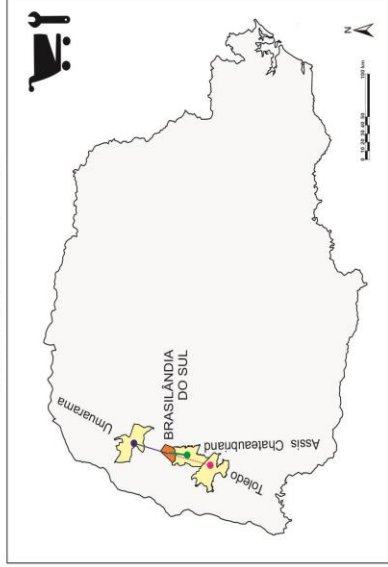
MATO RICO



GODOY MOREIRA

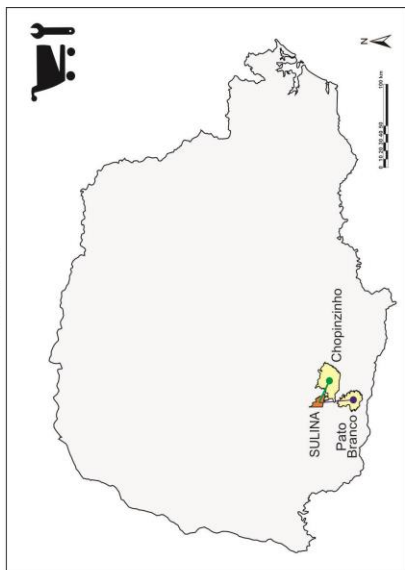


BRASILÂNDIA DO SUL

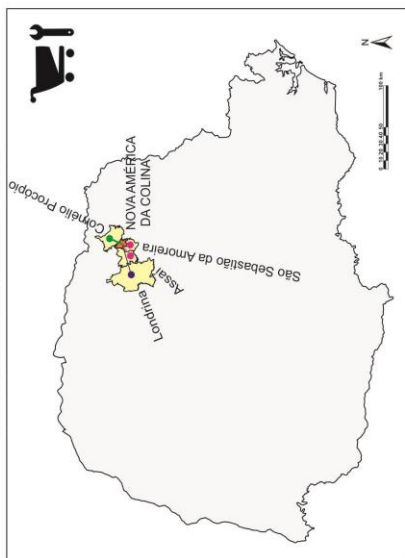


Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

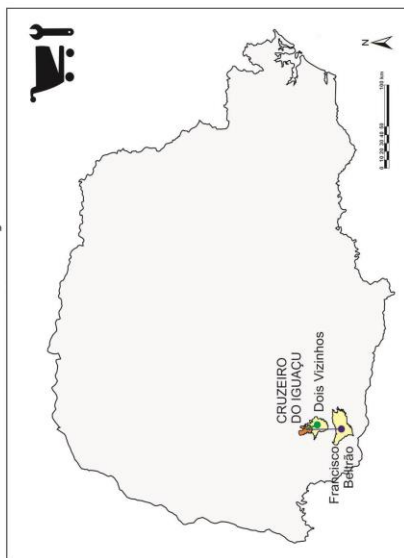
SULINA



NOVA AMÉRICA DA COLINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Mobilidades do consumo e para serviços especializados:



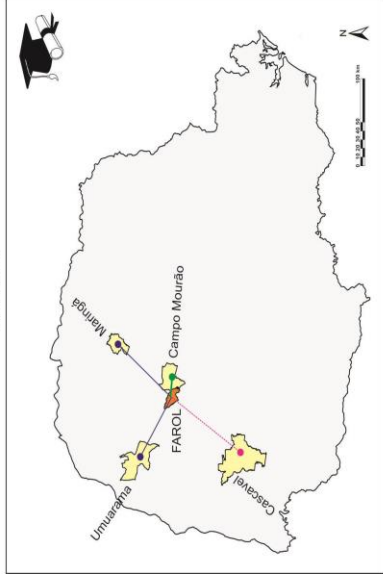
Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

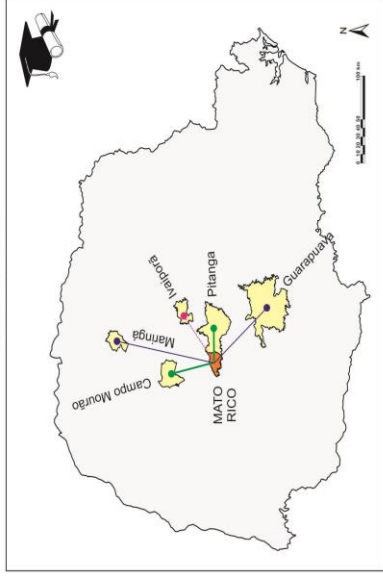
Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

PARANÁ: MICRMOBILIDADES PARA O ENSINO SUPERIOR

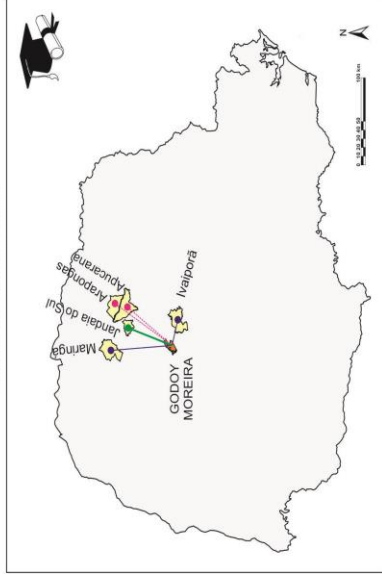
FAROL



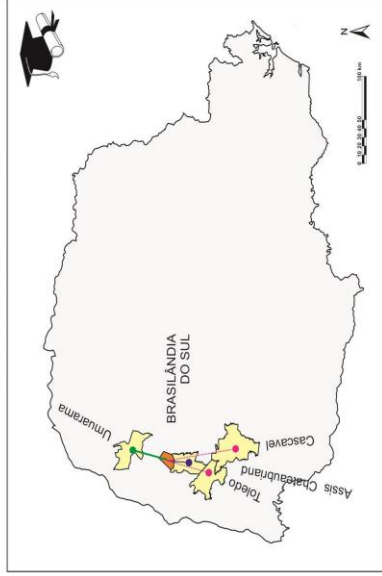
MATO RICO



GODOY MOREIRA

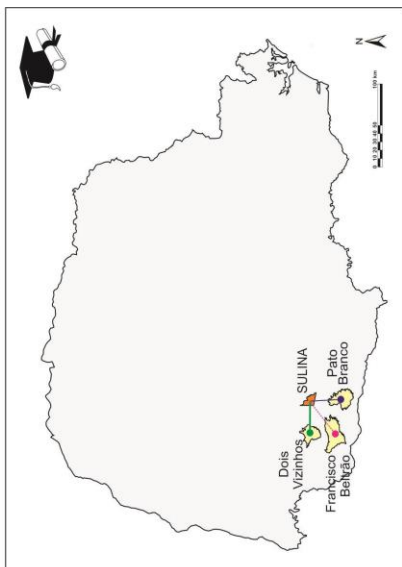


BRASILÂNDIA DO SUL

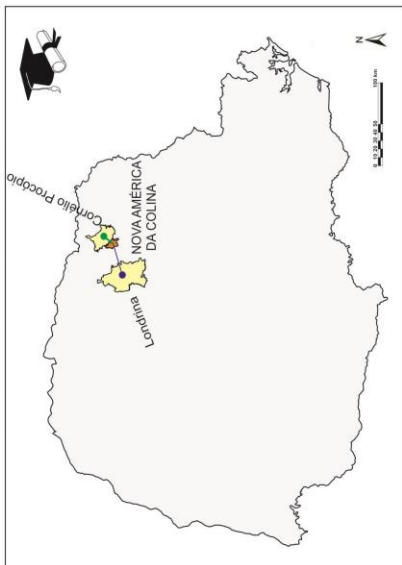


Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

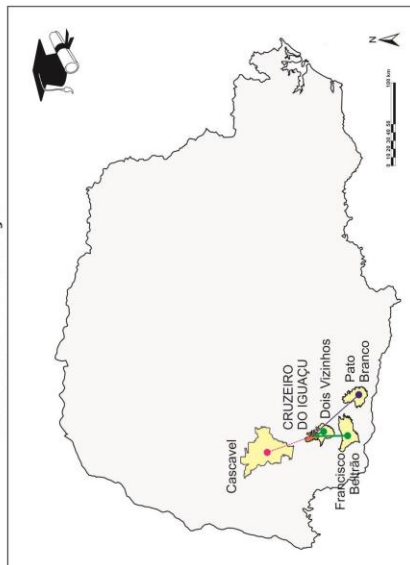
SULINA



NOVA AMÉRICA DA COLINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Micromobildade para o Ensino Superior:



Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITGG (2010)

Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

Desenvolvimento local

O modelo atualmente dominante de desenvolvimento pautado no crescimento econômico infinito, no individualismo e no egoísmo não responde as necessidades sociais e ambientais da maioria da população mundial. O fato exige repensar os caminhos trilhados e procurar a elaboração de propostas abertas e voltadas para novas possibilidades de desenvolvimento, tendo como base a emancipação e autonomia da classe trabalhadora.

Primeiramente vamos atentar para o significado de desenvolvimento e na sequência indicar os caminhos e as alternativas possíveis. O termo desenvolvimento, em sua origem, foi atribuído apenas para o crescimento econômico. Porém, novas interpretações foram necessárias para responder as dinâmicas atuais. O Novíssimo Dicionário de Economia, por exemplo, define o desenvolvimento como crescimento econômico acompanhado de melhoria do padrão de vida da população (SANDRONI, 2004).

Oliveira (2002) considerou no seu estudo a existência de pelo menos duas correntes de pensamento. A primeira corrente entende o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e engloba pensadores de tradição clássica e neoclássica apoiados em taxas e indicadores econômicos. A segunda corrente argumenta que o crescimento econômico é indispensável, mas não é suficiente, pois o desenvolvimento é caracterizado por modificações no modo de vida das pessoas e nas estruturas produtivas.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Ávila (2000), apresentou em seu estudo uma crítica referente as políticas de desenvolvimento regional elaboradas entre o final da década de 1970 e início de 1980, pelo FMI, ONU e BIRD, que acabaram por concentrar os investimentos em poucas localidades inibindo o crescimento e

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

a prosperidade da maioria dos lugares. No Brasil, também foram adotados macro projetos de desenvolvimento regional que não tiveram o potencial de reduzir as desigualdades.

Nos últimos anos vêm ganhando destaque e relevância a noção de desenvolvimento local. Conforme argumento elaborado por Pires *et. al.* (2006) o conceito de desenvolvimento territorial local é considerado como um dos mais recentes paradigmas do desenvolvimento e também é conhecido como desenvolvimento endógeno, integrado e comunitário.

Sousa (2011), investigando os intensos problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados pela América Latina, defendeu a necessidade de recuperar a importância do local para o estabelecimento de políticas públicas sérias e emancipadoras.

A realidade social e econômica existente nas diferentes partes do território latinoamericano exige atuar com rapidez na recuperação da importância do regional e do local no desenho das políticas públicas, demanda que se afaste dos perigosos efeitos provocados pelo novo entorno econômico e político internacional no qual a América Latina se desenvolve. Nesta época de globalização neoliberal, a recuperação do território pode converterse em um fator que contribua para se atingir os seguintes objetivos: crescimento econômico, emprego, equidade, competição, sustentabilidade e redução da pobreza, e contribua para superar a crise estrutural de velha data que o caracteriza. (SOUSA, 2011, p. 1361, tradução do autor).

O grande desafio é afastar as pressões neoliberais sobre a América Latina e criar um projeto de recuperação (em alguns poucos países isso já vem ocorrendo) focado na geração de emprego, educação, sustentabilidade, criação de tecnologias inovadoras e redução da pobreza.

Para Pires *et. al.* (2006, p. 448) o desenvolvimento local: “[...] é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem estar da população de uma localidade ou uma região.” O desenvolvimento local é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

A solidariedade deve ser o eixo norteador das ações. O grande diferencial do desenvolvimento local não está apenas em seus objetivos (endogenia, bem estar social, etc.), mas também em assegurar à comunidade o papel de agente participativo e não somente beneficiário (MARTINS,

2002). Tal fato efetiva a democracia através da participação da comunidade em todas as etapas, rompendo com o modelo tradicional no qual as decisões são tomadas de cima para baixo e sem ampla participação popular.

O modelo de desenvolvimento endógeno deve ser construído ‘de baixo para cima’, ou seja, parte das potencialidades sociais, econômicas e ambientais do local; ao contrário do modelo de desenvolvimento ‘de cima para baixo’, que parte da intervenção do Estado Nacional através de grandes projetos estruturantes.

Com base no exposto podemos apontar as diferenças entre desenvolvimento no local e desenvolvimento local. O “desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à ‘comunidade localizada’ para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a ‘participação ativa’ da mesma.” Já o desenvolvimento local defende a ideia de que: “a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.” (ÁVILA, 2000, p. 69).

A diferença principal está no fato de que no primeiro caso os agentes externos são os responsáveis por promover as transformações e a comunidade participa como coadjuvante. No segundo caso é a própria comunidade que assume a gestão e os agentes externos participam apoiando e orientando as ações.

Endlich (2007) vai ao encontro com a discussão apresentada argumentando que compreende como desenvolvimento local endógeno a utilização dos recursos e a própria capacidade dos atores locais em conduzirem o processo de desenvolvimento sem a dependência direta de atores exógenos.

Ao refletir sobre a temática Francisco de Oliveira (2001), chamou a atenção para a cidadania e para o governo local:

[...] a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o “governo local” e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos. (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

O tema da democracia representativa e da democracia direta volta à cena aliado às novas redes sociais de informação, permitindo o fortalecimento de ações diretas do cidadão nas decisões da nação. Esta discussão se fortalece quando avaliamos os abusos de poder praticados pelos representantes políticos em todo o mundo, mas de forma muito expressiva no Brasil. Este quadro traz para o desenvolvimento local uma possibilidade de resistência e transformação.

O segundo ponto abordado por Oliveira (2001) é a possibilidade de corrigir a tendência de concentração capitalista no nível macro. O capital e a riqueza estão cada vez mais concentrados, sendo necessário efetivar formas de resistência e de ruptura. A luta pela cidadania abre a possibilidade de transformação, pois é a forma mais contemporânea do conflito de classes, é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política (OLIVEIRA, 2001).

A luta pela cidadania não ocorre de forma harmônica e linear, é um processo dialético contraditório que envolve interesses divergentes entre classes antagônicas e até mesmo no interior de uma classe. O desenvolvimento local também não ocorre harmonicamente, sem conflitos. O processo é complexo e envolve disputas políticas a partir de relações de poder historicamente estabelecidas tanto no nível local, como regional, nacional e global. Romper com o atual modelo não é tarefa fácil, no entanto, existem indicativos de que é possível produzir espaços dentro de outra lógica.

Entendemos que uma possibilidade efetiva de transformação pode ser encontrada na economia solidária. Enquanto que a economia capitalista está embasada na propriedade individual e no direito à liberdade individual, dividindo a sociedade em classes opostas, resultando na competição e na produção da desigualdade. Os princípios da economia solidária, segundo Singer (2002, p. 10): “são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” O resultado é a solidariedade e a igualdade.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidade de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do

fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permite encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112).

A propriedade privada é um dos obstáculos materiais e jurídicos para a transformação, visto que inviabiliza ações coletivas mais amplas e concentra a renda e a riqueza produzida nas mãos de um reduzido número de pessoas.

Na análise elaborada por Rocha (2008) a economia solidária está fundada nos princípios da equidade, solidariedade, sustentabilidade e cooperação e busca incorporar no trabalho, na produção e na comercialização a consciência cidadã.

É introduzida a possibilidade de desenvolver uma ação solidária não mais no centro regional (cidades pólo), mas nas cidades periféricas visando a perspectiva de reversão da estagnação geoeconômica destas comunidades. Com o Diagnóstico de Potencialidades Locais podemos mapear quais são as potencialidades destas comunidades menores, o que estamos denominando de cidades periféricas. Quais são as possibilidades que essa força de trabalho autóctone, que ainda existe e que grande parte está desabilitada, sem emprego ou que está desenvolvendo uma atividade subalterna, tem de potencializar suas expertises. (ROCHA, 2008, p. 247, grifo nosso).

O desenvolvimento local estruturado sobre as bases teóricas e práticas da economia solidária emerge como possibilidade efetiva de mudança. As suas ações permitem a manutenção da população no município (tanto no campo como na cidade) na medida em que dinamizam a economia a partir de empreendimentos econômicos solidários. Permite a articulação entre os elos da cadeia produtiva em redes que se apoiam e se complementam a partir do consumo solidário, das vantagens cooperativas, da partilha da decisão com representantes da comunidade e o desenvolvimento de redes de comércio a preço justo. É um projeto destinado a promover as pessoas e a coletividade, reproduzindo e distribuindo as riquezas com o objetivo de responder as necessidades da comunidade.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

Para isso acontecer é fundamental despertar nas comunidades que vivem nos municípios periféricos o desejo de mudança, para liderarem um projeto social de emancipação. Conforme Harvey (2004):

Isso requer como reação que se organize um projeto de classe igualmente forte de prevenção e redução do risco, de recuperação e controle dos recursos, em que a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados assumam um papel de liderança. No momento em que eles estiverem desempenhando esse papel, vai ser possível trazer à baila toda a questão de construir um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, como também seja ambiental e socialmente justo e sensível. (HARVEY, 2004, p. 292).

Existem grandes desafios pela frente para por em prática um novo modelo, visto que os conceitos capitalistas de individualidade, egoísmo, exploração, ganância e corrupção estão fortemente enraizados na sociedade. As grandes superfícies do capital controlam o mercado (como exemplo os supermercados, hipermercados e *shopping center*) além do mais, a ideologia do consumismo e o seu vínculo com o prazer e a felicidade das pessoas é forte. Porém, algumas iniciativas de desenvolvimento local que já estão em curso nos permitem acreditar na possibilidade de avançar rumo à outra economia. No entanto, é preciso ter cautela e levar em consideração as grandes dificuldades enfrentadas.

No município de Farol uma iniciativa interessante em andamento é a formação da Bacia Leiteira. Conforme entrevista realizada com o ex-prefeito de Farol, o princípio do projeto ocorreu no final do ano 2000 com a implantação do Programa de Inseminação Artificial - PIA, em parceria com a Secretaria de Estado de Abastecimento e com a finalidade de ofertar um médico veterinário e um inseminador para atender aos pequenos produtores rurais que trabalhavam com o leite e precisavam melhorar o plantel para elevar a produção. A iniciativa foi o primeiro passo para o estabelecimento da Bacia Leiteira.

O segundo passo foi à criação de uma associação com a finalidade de melhorar o preço da venda do litro de leite, pois ao vender individualmente o leite os produtores recebiam um preço baixo por litro. Segundo o presidente da Associação Farolense de Produtores de Leite - AFAPROL, a fundação da associação se deu em 2009 através da iniciativa de nove produtores com capacidade de entregar 36 mil litros de leite por mês. Atualmente possui 61 produtores associados e entregam 360 mil litros de leite por mês. Os produtores têm entre 5 e 50 vacas leiteiras e o tamanho

das propriedades rurais variam entre 2 e 30 alqueires com média de 7 alqueires. São pequenos proprietários que buscam alternativas para melhorar as condições de vida.

Os principais benefícios para os associados são a elevação do preço para a venda do leite e a compra de equipamentos novos e modernos. Se um produtor for vender o leite sozinho recebe cerca de R\$ 0,65, já para os associados o preço sobe para R\$ 0,88 (valores pagos em novembro de 2012). A AFAPROL tem contribuído para a fixação da população: “[...] hoje a gente tem sessenta e um cooperados e tem assim, muitos que é o pai e o filho e isso ajuda bastante.”

O melhoramento genético, a seleção de espécies e a inseminação artificial elevaram a produção de leite passando de 10 litros por vaca dia para cerca de 30 litros, podendo chegar a 35 litros. O uso de técnicas mais eficientes como a ordenhadeira mecânica também contribuiu para melhorar a qualidade da produção. O apoio do poder público, o uso de novas tecnologias e a organização dos produtores a partir de lideranças locais aumentou a produção, elevou o preço do leite pago ao produtor e estabeleceu novas perspectivas para a fixação da população. Conforme entrevista realizada com técnico da EMATER:

Então, após a associação ter se estabilizado aí, se a gente for fazer um retroativo de uns cinco anos atrás, Farol não tinha quase leite, o leite era mais em algumas propriedades de subsistência. Então, depois da fundação da associação e dela já tá estabilizada e estar com um público bom sendo atendido, o que a gente consegue perceber hoje é que o leite tem se tornado o carro chefe da propriedade e como o leite gera um pouco mais de mão de obra, de serviço dentro da propriedade, a gente percebe que os filhos dos agricultores tem permanecido dentro da propriedade pela questão do leite gerar uma renda mensal e ser uma coisa mais fixa do que a lavoura. A lavoura você tem aquela coisa, se você perder uma safra de verão você perde o ano. Já o leite você tem uma renda mensal dentro da propriedade e com poucas áreas de terra você consegue ter uma renda boa. Então, com isso, com a atividade leiteira mesmo tendo uma mão de obra mais pesada em cima, os pais tem conseguido segurar os filhos dentro da propriedade e tem conseguido fazer uma sucessão familiar que é o que o governo deseja, que a gente deseja, que a propriedade passe de pais para filho. Que essa propriedade, esse conhecimento que os produtores tem não se perda com o passar do tempo. O objetivo nosso em trabalhar na EMATER hoje é a extensão rural, é fazer essa sucessão familiar dentro da propriedade, é fazer com que o filho veja que a

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

propriedade é rentável e é sustentável, que ele consegue sobreviver daquilo. Hoje o nosso papel é fazer com que o produtor consiga sobreviver em cima da terra dele sem precisar ter que sair pra procurar outras fontes de renda. (B., 2012).

A iniciativa dos produtores em constituírem uma Bacia Leiteira a partir das potencialidades do lugar vem apresentando bons resultados. Contudo, existem problemas e desafios. Ao realizarmos uma visita em uma propriedade de agricultores familiares levantamos os seguintes problemas:

- Grande quantidade de serviço diário para lidar com as vacas leiteiras sendo um serviço pesado e realizado 365 dias por anos, não tendo feriado ou férias, para uma pessoa sair outro tem que ficar;
- Dificuldade para estudar em razão do trabalho, o que faz com que muitos jovens da família ainda não tenham terminado o ensino médio;
- Alto preço da matéria prima elevando os custos da produção, especialmente a soja que é controlada pelo mercado externo e que serve de ração para o gado, o que subordina os pequenos proprietários aos interesses externos;
- Necessidade de avançar de uma associação para uma cooperativa com a finalidade de obter melhores condições de financiamento, apoio e parcerias;
- Necessidade de elevação do preço do litro de leite pago ao produtor, visto que são os laticínios quem mais ganham com a revenda do leite.

A figura 26 apresenta uma visão panorâmica de uma pequena propriedade com criação de vacas leiteiras no município de Farol.

O uso de novas tecnologias tem melhorado a quantidade e qualidade do leite e reduzido o peso do serviço braçal no campo. A criação da associação é importante e válida, no entanto, sozinha não apresenta amplitude e dinamismo suficiente para reverter o processo de esvaziamento populacional em curso no município de Farol. É necessário ampliar o leque e diversificar a produção que ainda é concentrada na soja produzida em grandes propriedades e destinada para a exportação. O apoio do Estado existe, especialmente através das ações da EMATER, mesmo assim não são suficientes para impulsionar o desenvolvimento local. É preciso que a comunidade em parceria com o poder público (federal, estadual e municipal), levantem as potencialidades e promovam ações diversificadas com a finalidade de elevar a renda local e melhorar o bem estar das pessoas.

Figura 26 – Prática de pecuária leiteira



Fonte: Arquivo do autor (2012)

No município de Godoy Moreira uma iniciativa que começou a apresentar resultados interessantes foi a instalação de uma filial da Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região - COAPROCOR, que tem sua sede na cidade de Corumbataí do Sul. A cooperativa surgiu em razão da necessidade de diversificação da produção em virtude da crise do mercado do café. O cultivo do maracujá foi o escolhido em virtude do baixo custo para o produtor e da pequena utilização de agrotóxicos.

Hoje o município de Corumbataí do Sul é considerado o maior produtor de maracujá do Paraná. A cooperativa conta com cerca de 460 cooperados e tem o maracujá como produto principal, em seguida vem a produção de tomate, a uva de mesa, a laranja, o café, a poncã, o caqui, o pimentão e a batata doce. A cooperativa atende, principalmente, a agricultura familiar e se expandiu para a região atuando em Barbosa Ferraz, Iretama, Nova Tebas, Quinta do Sol, Peabiru, Prudentópolis, Lidianópolis, Jandaia do Sul e Godoy Moreira.

A COAPROCOR em Godoy Moreira (figura 27) começou a atuar com maior intensidade no ano de 2010, estimulando a produção em pequenas propriedades e contribuindo para a diversificação da produção. Na visita *in loco* verificamos que a cooperativa atende pequenos agricultores e

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

os produtos entregues são: o maracujá, a uva de mesa, o tomate e a batata doce. A produção é encaminhada para Corumbataí do Sul onde uma parte é industrializada (fabrica de polpa para sucos) e a outra enviada para ser comercializada em mercados e mercearias de diversas cidades paranaenses. O estudo de Lima (2012) demonstrou:

[...] a viabilidade da cultura do maracujá, para os pequenos produtores rurais do Município de Corumbataí do Sul, que passa a ser uma alternativa de ganho rentável e também como forma de diversificação de cultura, trazendo um crescimento econômico para os produtores rurais do município, bem como de toda a região, não havendo a necessidade de seus filhos, migrarem para os grandes centros urbanos. (LIMA, p. 109, 2012).

O cultivo do maracujá em um hectare de terra com 900 plantas (valores para novembro de 2012) tem como custos de plantio e colheita R\$ 9.001,13 e gera um valor bruto de R\$ 12.636,00 obtendo um resultado positivo de R\$ 3.634,87 (LIMA, 2012). Os resultados positivos indicam a viabilidade para o cultivo do maracujá na região, especialmente em pequenas propriedades familiares como possibilidade de diversificar a produção e melhorar a renda.

O maior destaque em Godoy Moreira está na diversificação da produção e no apoio para o pequeno produtor rural promovido pela cooperativa. Já o problema está no fato de que não existe agregação de valor da produção no próprio município através de uma indústria de polpa e extração de óleos e essências, o que possibilitaria a geração de empregos e receita. O reduzido número de empregos e os baixos salários estão entre os maiores problemas enfrentados pela população, por outro lado, a diversidade da produção rural é significativa. No entanto, não existe nenhuma atividade de agroindustrialização.

A diversificação da produção nas pequenas propriedades familiares no município e sua comercialização é um ponto positivo e deve ser considerado como um avanço. Porém, sem uma estratégia eficiente de industrialização da produção rural com o objetivo de agregar valor na produção, os resultados até o momento ainda são pouco expressivos para o desenvolvimento municipal.

Em Nova América da Colina a iniciativa está voltada para a plantação de laranja em pequenas propriedades. Os primeiros passos foram dados na década de 1990. No ano de 2002 os produtores criaram uma associação com o objetivo de melhorar a qualidade da produção e ampliar o

Fábio Rodrigues da Costa

mercado de atuação. A associação cresceu e em 2011 se tornou cooperativa, denominada Cooperativa Nova Citrus.

Figura 27 - Posto de recebimento da COAPROCOR em Godoy Moreira



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A entrevista com o representante da cooperativa revelou a existência de 65 pequenos produtores de laranja na região que entregam aproximadamente 25 mil caixas por mês, o equivalente a 300 mil caixas ano. O tamanho das propriedades rurais variam entre 2 até 10 alqueires. No barracão da cooperativa, figura 28, é feita a limpeza, o polimento e a classificação da fruta conforme o tamanho e a qualidade.

Conforme entrevista a principal contribuição da cooperativa é:

Com o escoamento dos produtos que eles produzem e o incentivo para plantarem mais laranja, mais uma alternativa na roça, e com o Ceasa que tem a cooperativa. No Ceasa de Londrina, incentiva a plantarem mais [...] a cooperativa fornece agrônomo e pequenos financiamentos com o nome da Nova Citrus que consegue com o banco Sicred. (B., 2013).

A laranja entregue pelos pequenos produtores é vendida, no Ceasa em Londrina, para os mercados da região e para os atravessadores que adquirem a fruta no barracão da cooperativa. O objetivo é expandir a venda para Curitiba e Mato Grosso do Sul. A Cooperativa treina os agricultores e

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

realiza o monitoramento das lavouras com a finalidade de melhorar a produção.

Figura 28 - Barracão da Cooperativa Nova Citrus



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Entre os pontos problemáticos verificados na visita aos produtores estão a pequena diversificação de culturas e o pouco valor obtido com a produção, visto que a laranja é comercializada *in natura*. É necessário investir na agroindustrialização da fruta, especialmente no que se refere à polpa, produzindo sucos e essências, contribuindo para elevar o ganho dos cooperados e para a geração de empregos no local. No entanto, a cooperativa enfrenta dificuldades para avançar no processo de industrialização.

A entrevista realizada com uma pequena produtora rural que entrega laranja na cooperativa revelou que no último ano a produção não deu para pagar as contas com veneno e adubos. Foi necessário vender um boi para cobrir os gastos com a produção de laranja em razão do baixo valor recebido. Inúmeros pequenos produtores familiares em Nova América da Colina, mesmo com o apoio da cooperativa e a assistência técnica oferecida pela EMATER, ainda enfrentam dificuldades para manter a produção e retirar da terra o sustento da família.

Em Cruzeiro do Iguaçu duas atividades vêm se destacando: a avicultura e o turismo. A avicultura já está desenvolvida e inúmeras propriedades rurais trabalham com a criação de frango para abate. O

potencial da avicultura começou a crescer com a instalação de um grande abatedouro de aves da empresa Sadia no município de Dois Vizinhos. A empresa incentivou a criação de frangos na região garantindo a compra, o que estimulou proprietários rurais de Cruzeiro do Iguaçu a investirem na construção de aviários.

O turismo ainda está em fase de desenvolvimento, porém apresenta significativo potencial regional em razão da praia municipal (figura 29) no distrito de Foz do Chopim. A praia foi construída no lago da usina hidrelétrica de Salto Caxias (Usina Hidrelétrica Governador José Richa), inaugurada em 1999, com um lago de 131 km². Em razão da distância até o litoral (600 km até Guaratuba e 640 km até Balneário Camboriú), e da boa estrutura existente (estacionamento, piscina, campo de futebol de areia, churrasqueiras, quiosques, lanchonetes, pedalinhos, etc.), a prainha está recebendo no período de verão turistas provenientes da região Sudoeste.

Figura 29 - Praia Municipal em Cruzeiro do Iguaçu



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A prefeitura de Cruzeiro do Iguaçu está investindo no turismo com o objetivo de oferecer oportunidade de lazer para a população local, bem como atrair turistas provenientes de outras regiões do Paraná. Nos meses de verão são realizadas uma série de atividades recreativas e nos fins de semana o

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

movimento é significativo. Na virada de ano a prefeitura promove uma grande festa com fogos, música e danças.

Os avanços rumo à construção de uma nova economia começam a se materializar no espaço geográfico. Entretanto, os exemplos estudados são apenas capazes de alterar as condições de vida de uma pequena parcela da população, não apresentando desdobramentos mais abrangentes. A maior dificuldade verificada está no reduzido alcance dos projetos e nas limitações dos resultados obtidos. As estratégias de desenvolvimento são pensadas e práticas isoladamente e não são capazes por si só de conter o esvaziamento populacional e melhorar consideravelmente a renda da população local.

Palavras Finais

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual oferece subsídios analíticos para explicar as profundas desigualdades e contradições existentes na produção do espaço paranaense a partir da reestruturação produtiva ocorrida da década de 1970 em diante, na qual o capital nacional e internacional na procura de novos espaços para reprodução ampliada e com o apoio político do Estado brasileiro e paranaense promoveu profundas transformações.

Os novos investimentos privados e públicos e o realojamento dos investimentos anteriormente existentes, somados com a ideologia neoliberal estabeleceram novas dinâmicas territoriais que conduziram a concentração ainda maior da renda nas mãos de uma parcela pequena da população. O que se viu no Paraná foi:

- A redução das pequenas propriedades rurais e a elevação das médias e grandes propriedades;
- O incentivo para a produção agrícola - monocultura voltada para a exportação em detrimento da valorização dos produtores de alimentos para o mercado interno;
- A concentração industrial em restritos centros urbanos fortemente dinâmicos e dinâmicos;
- A instalação de grandes e poderosas corporações industriais e financeiras - de origem externa e interna;
- A orientação do Estado em estabelecer políticas destinadas a privilegiar o capital;
- A valorização do solo urbano e a especulação imobiliária - paralelamente ao crescimento das favelas em fundos de vale e áreas íngremes;
- A mobilidade da força de trabalho do campo para a periferia das grandes cidades;
- A segregação da população de menor renda e a formação de condomínios de luxo para a elite;
- A ampliação dos problemas ambientais urbanos e rurais (poluição dos rios e nascentes, contaminação da água, poluição do ar, desmatamento, entre outros).

Nos municípios periféricos estudados no presente livro a redução da população foi um dos principais problemas verificados. O processo de

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

esvaziamento está diretamente relacionado com a modernização da agricultura. Se por um lado a modernização liberou o homem do trabalho braçal pesado no campo, por outro lado desarticulou a dinâmica de crescimento populacional e econômico pré-existente. O êxodo rural foi significativo, assim como a migração urbana com destino urbano. Apenas alguns pontos específicos do território paranaense - por conter as condições necessárias exigidas pelo capital - se integraram efetivamente nos novos fluxos. Em outros municípios as perdas foram grandes, adquirindo condições periféricas.

As principais críticas realizadas pela população entrevistada dizem respeito à falta de empregos, baixos salários, problemas de infraestrutura (estradas, saneamento básico, iluminação, asfalto), saúde pública precária, carência de desenvolvimento, falta de espaços para lazer, carência de atividades culturais, limitação das políticas públicas e pouco apoio para a agricultura familiar. Tais problemas, segundo os moradores, estimulam a mobilidade da população jovem em direção aos municípios fortemente dinâmicos e dinâmicos. Os principais destinos da mobilidade no Paraná foram Curitiba, Maringá, Londrina, Cornélio Procópio, Campo Mourão, Arapongas, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Dois Vizinhos. Para outros estados a mobilidade foi mais intensa para Santa Catarina, Mato Grosso e São Paulo.

Os baixos salários vigentes nos municípios periféricos garantem a obtenção de mais-valia nas atividades desempenhadas no local e na região (como exemplo temos o caso da micromobilidade física para atuar nos frigoríficos de abate de frango). O desemprego estimula a macromobilidade física da população que atende as necessidades por trabalho dos setores produtivos, além de atuar como exército de reserva com duas funções: mão de obra disponível para trabalhar quando necessário e contingente de desempregados que contribuem para manter os salários estagnados. Assim, os municípios periféricos também desempenham a função de disponibilizar reserva de trabalho para os municípios fortemente dinâmicos e dinâmicos.

A redução ou perda de funções urbanas também estimulam a micromobilidade física da população em direção aos centros regionais dinâmicos mais próximos com o intuito do consumo de mercadorias, recebimento de salários, pagamento de contas, realização de empréstimos bancários, serviço odontológico, consultas médicas especializadas, realização de cursos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores.

Outro fato comum verificado nos municípios periféricos estudados - ocorrendo em alguns com maior intensidade e em outros com menor - é a ideia de que o desenvolvimento e as políticas voltadas para a redução do

esvaziamento populacional e elevação dos salários deveriam ser promovidos a partir de ações exógenas desencadeadas pelo governo federal, estadual e pela iniciativa privada. Alguns gestores municipais, assim como uma parcela significativa da população, acreditam que a solução para reverter a evasão da população e para vivenciar um ciclo de crescimento econômico seria a instalação de grandes indústrias no local. Tal ideia tem como fundamento a velha concepção de desenvolvimento alicerçada no crescimento econômico impulsionado pela indústria.

É necessário desmistificar tal ideologia a partir de três questões principais: 1) as grandes indústrias, em razão da modernização tecnológica, geram um número pequeno de empregos e com alto grau de qualificação, 2) sua instalação geralmente subordina o território e a força de trabalho de acordo com os seus interesses, 3) a logística e os fluxos de capitais e serviços exigem que as grandes indústrias se instalem em pontos estratégicos do território, o que inviabiliza sua instalação em municípios periféricos.

Na nossa argumentação também consideramos que o modelo de desenvolvimento capitalista embasado no crescimento econômico infinito, na exploração da força de trabalho e dos recursos naturais vem se demonstrando limitado e gerador de inúmeros problemas sociais e ambientais. O modelo predominante concentre a riqueza nas mãos dos 20% mais ricos da população à custa da exploração dos 80% mais pobres.

Para os municípios considerados como periféricos reverterem o quadro atual devem pensar em promover estratégias de desenvolvimento local integrado, autogerido e autossustentado. A palavra integrado assume papel decisivo, pois verificamos que a maioria das iniciativas de desenvolvimento local - com poucas exceções - surge isoladamente a partir da iniciativa e do comprometimento de um pequeno grupo que luta por anos - ou até mesmo por décadas - para superar as dificuldades e resistir as barreiras impostas pelos atores hegemônicos.

Essas iniciativas conquistaram resultados expressivos quando avaliadas isoladamente. Porém, quando ampliamos a análise e verificamos sua ação no município e a sua inserção na região percebemos que os resultados não são capazes de promover melhorias efetivas para toda a população e sim apenas para um restrito grupo.

Uma ou duas ações isoladas, mesmo que recebam apoio de diferentes órgãos e instituições públicas ou privadas, não são suficientes para reverter à estagnação, o esvaziamento populacional e a subordinação territorial. As ações de desenvolvimento local embasadas nas potencialidades do município têm que ser integradas e coletivas, atuando em

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

vários segmentos. A participação da população é essencial e o compromisso com o coletivo deve superar os anseios e ambições individuais.

O desenvolvimento local integrado parte da compreensão de que toda comunidade tem que estar ciente dos problemas enfrentados pelo município e pensar em conjunto com os atores externos um plano de desenvolvimento municipal - ou até mesmo regional - procurando aproveitar as potencialidades de cada indivíduo e do local. A inovação e a criatividade são elementos primordiais.

Nos municípios periféricos as iniciativas de desenvolvimento devem estar atentas para a necessidade de integração entre o rural e o urbano, estimulando a agricultura familiar a partir da diversidade na produção e melhoria na qualidade. Também é preciso a viabilização de uma ação agroecológica que não descarta a criação de valor agregado a partir do uso de tecnologia na própria propriedade ou em cooperativas de produtores. Integrado a esse processo tem que estar a comercialização, estimulando-se o preço justo.

As feiras são um importante canal de comercialização diretamente com o consumidor, desde que revitalizadas e revalorizadas. Os produtores rurais ao comercializarem diretamente com o consumidor eliminam os atravessadores que muitas vezes ficam com a maior parte do lucro. Os consumidores estão cada vez mais se abrindo para o consumo de produtos orgânicos, pois contemplam o uso responsável da água, do solo, dos recursos naturais e respeitam as relações culturais. Também é importante estabelecer a expansão regional da produção, especialmente nas cidades mais dinâmicas que possuem um maior número de consumidores, possibilitando uma ação mais abrangente e efetiva.

Os estímulos ao desenvolvimento local integrado com o apoio do governo municipal, estadual e federal podem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população que vive nos municípios periféricos, porém, a reversão do esvaziamento populacional e da pobreza historicamente herdada é uma questão complexa e difícil de ser solucionada, visto que envolve uma série de fatores que permeiam pela escala local, regional, nacional e internacional.

Referências

ALEGRE, Marcos. **Estrutura da população brasileira: tópicos e realce para São Paulo e Paraná**. Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2002.

ALVES, Francelino Adilson, *et. al.* Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. **Vilas rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 1, p. 63-76, set., 2000. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n1_fideles.pdf> Acesso em: 30 de mai. De 2011.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da População**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BENÍTEZ, Marcela. Pequenas localidades y vaciamiento demográfico: desafios y oportunidades. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

BERMAN, Marshall. **All that is solid melts into air: the experience of modernity**. New York: Simon and Schurter, 1982.

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. nº 3, jul-set. 1953.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **EMTESE, Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011b.

CASTRO, Francisco José Gouveia de; SUZUKI JÚNIOR, Julio Takeshi. Características e determinantes do crescimento industrial paranaense em 2011. **Análise Conjuntural**. IparDES. v. 34, n. 1-2, jan.fev. 2012.

CINTRA, Anael Pinheiro Ulhoa; SUZUKI JÚNIOR, Julio Takeshi; PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. **Primeiros resultados do censo agropecuário 2006 – Paraná**. IPARDES: Notas técnicas, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

Fábio Rodrigues da Costa

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. **Geografia (Londrina)**, v. 18, n. 2. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2482/3301>>. Acesso em 12 de abri. de 2010.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Reflexões Preliminares sobre a Constituição de Centros de Economia Dinâmica e Municípios Periféricos no Estado do Paraná. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 5., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas SP: UNICAMP, 1985.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 93-107, jul/dez. 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. Considerações sobre o grau de integração da Região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital, 2009.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

FRESCA, Tânia Maria. Análise da dinâmica da produção industrial no interior paranaense. **Revista Terr@ Plural**. Vol. 2, n. 2, p. 227-239, 2008.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: Endlich, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCÍA, Eugenio Cejudo; VALVERDE, Francisco Antonio Navarro. Quince años de aplicación de los programas de desarrollo rural. Desigualdades sociales y territoriales en la província de Granada. **Scripta Nova**. Vol. XVI, n. 390, 1 de fev. 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa. 1977.

GHIZZO, Márcio Roberto. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá**. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HADDAD, Paulo R. Apresentação. In: VALE. Gláucia Maria V. **Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais**. Editora Garamond Ltda, 2007.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: British Library, 1982.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

Fábio Rodrigues da Costa

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006a.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**. New York: Verso, 2006b.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu**. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1990.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu – *PR. Boletim de Geografia*, Maringá, 1993.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Paraná 1970**. Série Regional. Vol. I, Tomo XIX. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_PR.pdf>. Acesso em: 26 jan. de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Paraná 1980**. Vol. 1, Tomo 3, n. 18. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_PR.Pdf>. Acesso em: 26 de jan. de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Paraná 1991**. n. 22. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1991/CD_1991_caracteristicas_populacao_domicilios_PR.pdf>. Acesso em: 26 de jan. de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 21 de mar. de 2011.

IBGE-CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 06 de dez. 2012.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

ÍNDICE FIRJAN. Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Edição 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice>>. Acesso em: 05 de dez. 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional.** Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. Índice IPARDE de Desempenho Municipal. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/metodologia_indice_ipardes_2010.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás – Oeste paranaense: o 3º espaço relevante.** Curitiba: IPARDES, 2008.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96) origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** IPARDES. v. 1, n 95, 3-26, janeiro/abril, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La Survie du capitalisme:** la re-production des rapports de production. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo.** São Paulo: Difel/Difusão Editorial. 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal Lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987.

Fábio Rodrigues da Costa

LIMA, Mário de. A relação custo/benefício na cultura do maracujá para os pequenos produtores rurais do município de Corumbataí do Sul. **Revista GEOMAE**. Campo Mourão, v.3, n.1, p. 93 – 110, 1ºSem., 2012.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. A economia paranaense e o mercado de trabalho nos anos 90. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: LÖWY, Michael; BENSÁID, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

MAGALHÃES, Marisa Valle. Movimentos Migratórios na Região Sul: novas tendências. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. Curitiba, **Anais...** Curitiba: IPARDES, 1997.

MAGALHÃES, Marisa Valle; KLHEINKE, Maria de Lourdes Urban. Projeção da População do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba. n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000.

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/dirur/dinamica_dos_municipos/Capitulo%201.pdf>. Acesso em: 18 de ago. 2011.

MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os Economistas**. Relatório de Pesquisa nº 3, 1997. Disponível em: <http://eaesp.fgv.br/AppData/GVPesquisa/P00163_1.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2010.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v 3, n. 5, p. 51-59, Set. 2002.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

MARTONE, Geoge; BESKOW, Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTONE, Geoge; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caeté, 1987.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Edições Avante, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 12 de abr. de 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 – o processo de produção do capital. Volume 1. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 – o processo de produção do capital. Volume 2. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIGLIORINI, Sonia M. dos Santos. Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista eletrônica Geografar**. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 62-80, jul/dez. 2006.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da Costa. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. UEM. v.1, n. 16, 1-55, 1998.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura. In: VILLA LOBOS, Jorge G. (org.) **Geografia Social e Agricultura no Paraná**. Maringá: PGE – UEM, 2001.

Fábio Rodrigues da Costa

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lurdes Urban. **Urbanização e Espacialidades do Sul do Brasil**. Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lurdes Urban. Espacialidades de Concentração na rede Urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. IPARDES. v. 1, n 95, 3-26, janeiro/abril, 1999.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: Endlich, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael. **Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do censo 2010**. Curitiba: IPARDES, notas técnicas, n. 22, 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_22_Primeiros_Resultados_Censo_2010.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Rede Urbana Brasileira: algumas reflexões teóricas. **Revista Formação**, n. 15 volume 2, p. 100-109. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/10_simoneli.pdf>. Acesso em: 07 de out. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. Considerações acerca da ocupação e da migração no Estado do Paraná. **IPARDES**, s/d. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/ocupacao_migracao.pdf> Acesso em: 03 de mar. 2011

PIRES, Élson L. S; MULLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delimitação preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro. V. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/Article/1374>>. Acesso em: 30 de mai. 2011.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REGIC. **REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES**. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

RELATÓRIO ESPECIAL DAS ÁREAS DEPRIMIDAS NOS EIXO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Brasil. Planejamento. 2008. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/downloads/081014_DOWN_EX_PNC_ArDep_area.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2011.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho**: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste Paranaense. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual do Paraná, Maringá, 2011.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas – um olhar para o norte central paranaense**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998a.

ROCHA, Márcio Mendes. A (In) Determinação da Noção de Mobilidades nas Ciências Humanas. **Boletim de Geografia**. UEM. Ano 16, n. 1, 1998b.

Fábio Rodrigues da Costa

ROCHA, Márcio Mendes. Distribuição Populacional na Mesorregião Central Paranaense - o Perfil Concentrador como Resultante de um Modelo de Desenvolvimento Econômico. **Boletim de Geografia**. UEM. Ano 17, n. 1, 1999.

ROCHA, Márcio Mendes. As cidades periféricas da Mesorregião Norte Central Paranaense: os vazios demográficos e o desenvolvimento local. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICA, 1., 2004. Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2004. p. 1-15.

ROCHA, Márcio Mendes. A produção dos espaços periféricos na ação regional a partir da economia solidária. **Revista Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 2(1), p. 241-248, jul./dez. 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.. Disponível em: <http://www.sebraepr.com.br/portal/page/portal/PORTAL_INTERNET/PRINCIPAL2009/BUSCA_TEXTO2009?codigo=900>. Acesso em 25 de jan. 2011.

SCHILESINGER, Gino; ROLIN, Cásio F. C. O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 114, p. 33-51, jan./jun. 2008.

SCHÖNTAG, Rodolfo da Rosa. Autônoma financeira municipal: contradição ou realidade? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

2349, 6 de dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13977>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Madianita Nunes da. Produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 13, n 1, p. 63-78, jan./abr. 2014.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio A. (Coord). **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza, 1980.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. **Geografia Pós-Moderna**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORIANO, Sara Mônica Pinot. **Expropriação e violência**: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso á terra (Campo Mourão: 1946-1964). Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SOUSA, Roberto González. El espacio latinoamericano y la utopía del desarrollo regional – local. In: CONVENCION INTERNACIONAL GEOGRAFIA, MEDIO AMBIENTE Y ORDENAMIENTO TERRITORIAL, 2., 2011. Habana. **Anais...** Habana, Cuba, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

Fábio Rodrigues da Costa

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**. vol.8, n. 4, out-dez. 1988. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf> Acesso em: 14 de mai. 2012.

TAVARES, Lílian Pérsia de Oliveira. São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 108, p. 33-59, jan/jun. 2005.

TAVARES, Márcio Miguel. **Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

TETAMANTI, Juan Manuel Diez. **Despoblamiento y Acción del Estado en la región Sudeste de la Provincia de Buenos Aires entre 1976 y 2004**: Estudio de caso en las localidades de Mechongué (Partido de General Alvarado) y San Agustín (Partido de Balcarce). (Monografía). Universidad Nacional de Mar del Plata. Provincia de Buenos Aires, Argentina, 2006.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970 - 2000**. Maringá, PR: Eduem, 2006.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**: a queda do tzarismo. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná. 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BATALHA, Altiva Pilatti. **Ocupação do Paraná**. Série: Cadernos de Migração. Vol. 3. 1988.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de Negócio – Estudo da colonização no Oeste Paranaense**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

Condições Periféricas: Desenvolvimento Geográfico Desigual no Paraná

YOKOO, Edson Noriyuki. Processo da Dinâmica das Frentes de Ocupação Territorial e da Paisagem Agrária na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. EPCT, 4., 2009. **Anais...** Campo Mourão: FECILCAM, 2009. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/02_YOKOO.pdf>. Acesso em: 24 de jun. 2012.

ZAI, Clotilde. **Municípios rurais e desenvolvimento territorial: reflexões a partir do município de Mato Rico - PR.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná
Campus de Campo Mourão

No capitalismo o espaço geográfico é produzido, especialmente, com o interesse de multiplicação dos lucros, o que estabelece intensas e profundas desigualdades. O objetivo do livro é analisar a influência do capital na constituição de municípios periféricos no Estado do Paraná a partir do processo de reestruturação produtiva. A perspectiva do livro está na concepção dialética histórico-geográfica, cujo enfoque está no estudo da (re)produção do espaço, atentando para a possibilidade do devir e da transformação, enxergando a proposta marxista como uma concepção de mundo voltada para a emancipação dos seres humanos.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-88753-39-6



9 788588 753396